



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 130/131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE OUTUBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 130

123ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Mensagens 04

Ofícios 08

Indicações 08

Requerimentos 09

Projetos de Lei 17

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 23

Dep. Luiz Eduardo Cheida 24

Dep. Tadeu Veneri 24

Dep. Mario Roque 25

Dep. Felipe Lucas 26

Dep. Pastor Edson Praczyk 27

Dep. Elio Rusch 29

Grande Expediente:

Dep. Professor Lemos 31

Dep. Antonio Belinati 33

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 28

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 29

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 39

Liderança do PMDB

Dep. Dobrandino da Silva 40

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 41

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 42

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 44

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 46

Discussão/Votação

Redação Final 47

2ª Discussão 48

1ª Discussão 49

Requerimentos 51

Explicações Pessoais: 52

Encerramento da Sessão 55

DIÁRIO Nº 131

124ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 56

Presenças 56

Abertura da Sessão 56

Expediente:

Requerimentos 56

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final 57

3ª Discussão 58

2ª Discussão 58

1ª Discussão 58

Encerramento da Sessão 61

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato 61

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 130

123ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Mensagens	04
Ofícios	08
Indicações	08
Requerimentos	09
Projetos de Lei	17
Pequeno Expediente:	
Dep. Douglas Fabrício	23
Dep. Luiz Eduardo Cheida	24
Dep. Tadeu Veneri	24
Dep. Mario Roque	25
Dep. Felipe Lucas	26
Dep. Pastor Edson Praczyk	27
Dep. Elio Rusch	29
Grande Expediente:	
Dep. Professor Lemos	31
Dep. Antonio Belinati	33

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Pastor Edson Praczyk	28
Liderança do DEM	
Dep. Elio Rusch	29
Liderança do PDT	
Dep. Neivo Beraldin	39
Liderança do PMDB	
Dep. Dobrandino da Silva	40
Liderança do Bloco PTB/PR	
Dep. Jocelito Canto	41
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	42
Liderança do Governo	
Dep. Luiz Claudio Romanelli ...	44

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	46
Discussão/Votação	
Redação Final	47
2ª Discussão	48
1ª Discussão	49
Requerimentos	51

Explicações Pessoais:..... 52

Encerramento da Sessão:..... 55

DIÁRIO Nº 130

123ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **16ª LEGISLATURA** **ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM** **28 DE OUTUBRO DE 2009**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Douglas Fabrício e Mario Roque.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mario Roque, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Elton Welter, Ademir Bier, Jonas Guimarães, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Plauto Miró e Stephanes Júnior (09).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Luiz Nishimori, Nereu Moura e Teruo Kato (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 095/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doar, ao Município de Santa Inês, área de 5.400m², na rua Governador Munhoz, constituída pelos Lotes de terras n.ºs 01, 02, 03, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, todos da Quadra n.º 04, conforme Transcrição das Transmissões n.º 1412, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Colorado.

A presente medida consulta aos interesses públicos, eis que o referido imóvel somente poderá ser utilizado para implantação de Centro de Atendimento da Mulher e da Criança, bem como da Biblioteca Cidadã.

Consta, do texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Santa Inês, área de 5.400m², na rua

Governador Munhoz, constituída pelos Lotes de terras n.ºs 01, 02, 03, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, todos da Quadra n.º 04, conforme Transcrição das Transmissões n.º 1412, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Colorado.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para implantação de Centro de Atendimento da Mulher e da Criança, bem como da Biblioteca Cidadã, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 096/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo, através de Minerais do Paraná S.A - MINEROPAR, a efetuar a doação, ao Município de Cerro Azul, área de 1.080m², constituída pelos Lotes n.ºs 8 e 9 da rua São Manuel, conforme Matrícula n.º 1.187 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que a referida área será utilizada, exclusivamente, para instalação de um Posto do INSS.

Consta, do texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através da Minerais do Paraná S.A. - MINEROPAR, autorizado a efetuar a doação, ao Município de Cerro Azul, de área com 1.080m², constituída pelos Lotes n.ºs 8 e 9 da rua São Manuel, conforme Matrícula n.º 1.187 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para instalação de um Posto do INSS, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 097/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pato Branco, área com 13.000m2, parte de área maior constituída pelo Lote nº 06, da Quadra nº 429, com 40.451,51m2, conforme a Matrícula nº 20.354, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que a referida área será utilizada, exclusivamente, para implantação de unidade escolar.

Consta, do texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pato Branco, de área com 13.000m2, parte de área maior constituída pelo Lote nº 06, da Quadra nº 429, com 40.451,51m2, conforme a Matrícula nº 20.354, do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para implantação de unidade escolar, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 098/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pato Branco, de

área com 3.627,55m2, constituída pelo Lote nº 08, da Quadra nº 78, conforme Matrícula nº 13.671, do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que a referida área será utilizada, exclusivamente, para implantação de praça pública.

Consta, do texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pato Branco, de área com 3.627,55m2, constituída pelo Lote nº 08, da Quadra 78, conforme Matrícula nº 13.671, do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para implantação de praça pública, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 099/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Altônia, da data de Terras nº 03, da Quadra nº 54, com área de 487,50m2, contendo edificação em madeira com 139,70m2, conforme a Matrícula nº 8.210, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Altônia.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Altônia, da data de Terras nº 03, da Quadra nº 54, com área de 487,50m2, contendo edificação em madeira com 139,70, conforme a Matrícula nº 8.210, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Altônia.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 100/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pranchita, área com 1.000m2, constituída pelo Lote nº 02, da Quadra nº 47, tendo 304,96m2 de edificação, sob a Matrícula nº 11.505, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que a referida área será utilizada, exclusivamente, para funcionamento de serviços públicos municipais.

Consta, do texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pranchita, de área com

1.000m2, constituída pelo Lote nº 02, da Quadra nº 47, tendo 304,96m2 de edificação, sob a Matrícula nº 11.505, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para funcionamento de serviços públicos municipais, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 101/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São Carlos do Ivaí, de área com 820m2, constituída pela data de Terras nºs 06, 07 e 08-A, da Quadra nº 74, conforme a Matrícula nº 8.187, do Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para implantação de Salão Comunitário.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São Carlos do Ivaí, de área com 820m2, constituída pela data de Terras nºs 06, 07 e 08-A, da Quadra nº 74, conforme a Matrícula nº 8.187, do Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para implantação de Salão Comunitário, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 102/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Nova Londrina, de área com 373,06m², constituída pelo Lote de Terras nº 10, da Quadra nº 30, conforme a Matrícula nº 8.318, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que a referida área será utilizada, exclusivamente, para implantação de Postos de Saúde de Família.

Consta, do texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Nova Londrina, de área com 373,06m², constituída pelo Lote de Terras nº 10, da Quadra nº 30, conforme a Matrícula nº 8.318, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para implantação de Postos de Saúde da Família, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 103/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ibiporã, de área com 900m², constituída pelos Lotes nºs 06 e 07, da Quadra nº 38, com edificação de 422,84m², conforme as Matrículas nºs 2.795 e 2.796, do Registro de Imóveis da Comarca de Ibiporã.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que a referida área será utilizada, exclusivamente, para estruturas do serviço público.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Ibiporã, de área com 900m², constituída pelos Lotes nºs 06 e 07, da Quadra nº 38, com edificação de 422,84m², conforme as Matrículas nºs 2.795 e 2.796, do Registro de Imóveis da Comarca de Ibiporã.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para estruturas do serviço público, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 104/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São João do Caiuá, de área com 600m², constituída pelo Lote de Terras nº 11, da Quadra nº 24, conforme a Matrícula nº 5.975, do Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para implantação de Biblioteca Cidadã.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São João do Caiuá, de área com 600m², constituída pelo Lote de Terras n° 11, da Quadra n° 24, conforme a Matrícula n° 5.975, do Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para implantação da Biblioteca Cidadã, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 105/09

Curitiba, em 22/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Jataizinho, de área com 724,52m², constituída pelos Lotes n°s 17 e 18, da Quadra n° 01, conforme as Matrículas n°s 7.423 e 7.424, do Registro de Imóveis da Comarca de Uraí.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que a referida área será utilizada, exclusivamente, para implantação de Centro de Referência em Assistência Social - CRAS.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Jataizinho, de área com 724,52m², constituída pelos Lotes n°s 17 e 18, da Quadra n° 01, conforme as Matrículas n°s 7.423 e 7.424, do Registro de Imóveis da Comarca de Uraí.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, somente poderá ser utilizado para implantação de Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o n° CTL/CC N° 126/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO parcialmente o Projeto de Lei n° 155/09, de autoria do Poder Executivo, por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, pelos motivos expostos. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/CC N° 130/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO integralmente o Projeto de Lei n° 292/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos expostos. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CEE/CC N° 3512/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei n° 353/09 de autoria do Deputado Péricles de Mello. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 21/10/09.

Prezado Senhor:

Solicitamos a especial atenção de V. Exa. para reservar o Plenário, às 10h no dia 04/11/09, para entrega de Menção Honrosa à RDP Petróleo.

Sendo o que temos para a oportunidade, firmamos atenciosamente.

(a) CIDA BORGHETTI

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 28/10/09.

Prezado Senhor:

Solicitamos a especial atenção de V. Exa. no sentido de autorizar, no Grande Expediente do dia 03 (três) de novembro, que o CREA/PR apresente a Agenda Parlamentar da Instituição, pelo período improrrogável de 05 (cinco) minutos.

Sendo o que temos para a oportunidade, firmamos atenciosamente.

(a) CIDA BORGHETTI

Indicação

INDICAÇÃO N° 909/09

SÚMULA:

Solicita providências para recuperação da pavimentação asfáltica nas PRs-484 e 180.

Ao Exmo. Sr. Dr. Rogério Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Caíto Quintana, dirige-se a V. Exa. para solicitar o seguinte:

- Sejam tomadas providências urgentes objetivando a recuperação da pavimentação asfáltica nas rodovias PR-484, que liga Capitão Leônidas Marques a Boa Vista da Aparecida, e PR-180, que liga Boa Vista da Aparecida a Juvionópolis, na Região Oeste do Estado.

Conforme informações das autoridades locais as mencionadas rodovias encontram-se em péssimo estado de conservação, agravados pelas constantes chuvas que vem castigando a região, ocasionando inúmeros problemas aos veículos que por ali trafegam, com elevado risco de causar acidentes de gravidade.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 5264

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 29 de outubro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO N° 5223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei n° 680/07

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO N° 5224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei n° 169/09, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO N° 5263

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei n° 590/09, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Sumaré, com sede e foro no Município de Paranavaí, por já existir lei. (12002/98)

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 5281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei n° 234/09, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO N° 5283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada por 5 (cinco) Sessões do Projeto de Lei n° 390/09, item 06 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 5227

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, informa à Mesa que estará ausente da Sessão Legislativa, do dia 28/10/09, em virtude do fato de que estará presente em Seminário de Educação que se realizará em Paranavaí nessa data, conforme programação descrita na brochura anexa, razão pela qual REQUER, à Mesa seja acolhida a presente justificativa de ausência.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO N° 5222

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa Diretora, a convocação da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais e demais serviços administrativos internos deste Poder, dirigida pelo jornalista Rafael de Lala para a organização de Seminário visando discutir e buscar soluções para as alterações climáticas na Bacia do Rio Paraná, responsável pelo aumento da velocidade dos ventos e desgramento dos períodos pluviométricos.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

“O vento de superfície dobra de velocidade aqui no solo, desorganização das correntes lá no alto. Não sabemos plantar muros de árvores nas cercas e nas estradas como fazem os europeus há 5 mil anos. Não temos esse quebra-vento aqui no chão. Quebra vento que a turma pensa que é enfeite.”

Foi dessa maneira que o economista Joelmir Beting chamou nossa atenção para os problemas das enchentes e ventanias no ano de 1983.

Naquele ano, ocorreram as inesquecíveis enchentes ao longo do rio Iguaçu e ventos cujas velocidades passavam facilmente dos 100 km/h, causando estragos em dezenas de Cidades e prejudicando centenas de agricultores.

Não nos esqueçamos, e principalmente os seus moradores, do incrível furacão que quase varreu do mapa do mundo, a Cidade de Nova Londrina, em março de 1981.

Os jornais da época, recortes em mãos, noticiavam os desastres provocados nas Cidades de Umuarama, Pérola, Campo Mourão, Quedas do Iguaçu, Guaíra, Formosa do Oeste, Assis Chateaubriand, Santa Helena, São João e tantas outras.

Pérola sofreu a fúria dos ventos a mais de 120 km/h e contabilizou prejuízos em mais de um bilhão de cruzeiros, a moeda de então.

Em Curitiba, setembro de 83, primeiro ano do Governo José Richa, os costumeiros alagamentos dos bairros da Região Sul.

Seria demonstração de falta de sensibilidade e de desrespeito à política da boa vizinhança, não nos referimos às desgraças climáticas que se abateram sobre a nossa querida gente catarinense, ainda no ano passado.

Agora, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, as tempestades saltaram para o lado de cá e, segundo os institutos de meteorologia, as intempéries ainda perdurarão por quase toda a Primavera.

Nas viagens pela Região Noroeste durante esse período de turbulências atmosféricas, pude verificar com muita preocupação, os problemas lá causados.

Mas venho observando que as autoridades de um modo geral veem se referindo às situações localizadas, pontuais.

Que também se preocupam com a solução imediata do oferecimento de abrigos para as famílias que perderam ou tiveram danificadas as suas moradias e com a recuperação das estradas e pontes perdidas, da malha viária danificada.

Mas, questiono: será que sofreremos com tais problemas somente nesse ano de 2009, esquecendo-nos de outros desastres em outras épocas, como o foram os de 1983?

Proponho, pois, que a Mesa Diretora desta Assembleia convoque a Diretoria de Serviços Especiais desta Assembleia Legislativa, dirigida pelo jornalista Rafael de Lala para a organização de Seminário visando a discussão do assunto em questão, à busca de soluções, para a qual deverão ser expedidos convites para cientistas, pesquisadores e técnicos que já se manifestaram de uma forma ou outra, ou que tenham alguma contribuição para oferecer.

A década de 80, século passado, foi pródiga na discussão dos problemas que resultaram no êxodo rural, quando o Noroeste paranaense perdeu quase a metade da sua população. A erradicação do café e o advento da pecuária foram detectados como as principais causas do abandono da nossa região. Mas a erosão, o enfraquecimento do solo também foi apontado como importantes fatores do esvaziamento populacional.

Nas Cidades, a então SUCEPAR - Superintendência do Controle da Erosão executava o ProNoroeste para conter a erosão que comprometia as suas estruturas, às vezes, transformando-se em incrível voçorocas com as que existiam em Paranavaí, em Cianorte. Como resultante maior destas discussões, adveio o Programa do Manejo Integrado de Solo e Água, o Pmisa que, construindo curvas de nível a partir da integração dentro de microbacias, controlou substancialmente a erosão no campo.

Mas mesmo que em menor escala, a migração no sentido campo-Cidade, continua e com ela, as mazelas que todos conhecemos com o inchamento das periferias urbanas e a natural incapacidade das administrações em acompanhar o adensamento populacional com a oferta de serviços básicos como limpeza, coleta de lixo, água e esgoto mais creches, escolas e postos de saúde, além do transporte público.

Urge então, a retomada das providências para melhorar as condições de vida na área rural e, naturalmente, uma das premissas que se impõe é o oferecimento de segurança sócioeconômica aos vocacionados, os nossos agricultores, tanto os pequenos, como os médios e mesmo os melhores aquinhoados.

Daí entendo a oportunidade da convocação deste seminário.

O jornal Gazeta do Povo em sua edição de 26/10/83 mostra importante matéria sob o título Tentativa para Explicar as Alterações Climáticas na Bacia do Paraná.

De posse de metade da página, nela o editor lembra que o geógrafo e geólogo alemão Reinhardt Maack então professor na nossa Universidade Federal, ainda na década de 30 previa as consequências de uma alteração climática.

Mais adiante sexto parágrafo, o redator assinala que: “Essas alterações desastrosas do clima geral da bacia do Rio Paraná só poderão ser sustadas mantendo-se os solos sempre cobertos por gramíneas ou outras massas orgânicas para se evitar o aquecimento para mais de 30 graus centígrados positivos; pelo reflorestamento de larga faixas nas colinas com árvores de folha caduca...”

No mesmo jornal, a edição de 25 julho daquele inesquecível ano de 1983 noticiava a realização em Curitiba, do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Solo. O professor Winfried Blum, da Universidade de Ciências Agrárias de Viena, em sua intervenção disse: “Se os Estados do Sul do Brasil ainda dispusessem de cobertura vegetal permanente de qualquer tipo, a catástrofe que prejudicou centenas de Municípios, não teria sido assim tão devastadora”.

São, portanto e em suma, colegas Deputadas e amigos Deputados, estas leituras as principais justificativas para a realização de um seminário que resulte na elaboração de um projeto que contemple a execução de ações concretas para o enfrentamento de catástrofes futuras.

REQUERIMENTO N° 5228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização da Mesa Diretora desta Casa de Leis para utilização do plenarinho no Seminário sobre a FERROESTE, ponto de partida da Ferrosul, no dia 02 de dezembro, a partir das 8h, bem como o envio dos convites da Coordenadoria do Cerimonial.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO N° 5218

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Florisbela Alves de Moura na Cidade de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A vivência do companheiro Nereu Moura nesta Casa, inicialmente como seu funcionário atento na assessoria do então Deputado, o ex-Presidente Nilso Sguarezi e Parlamentar aguerrido, respeitável e amigo, já no exercício do seu 5° mandato nos autoriza à apresentação dos nossos mais sinceros pesares a ele e aos quase 30 irmãos, os nascidos dela e os criados com idênticos sentimentos por Dona Florisbela Alves de Moura, que veio a falecer na manhã da terça-feira, dia 26, na Cidade de Catanduvas, com a idade de 83 anos.

Maior exemplo de cristandade, o assumir da maternidade de tão otimamente criados filhos, é a justificativa maior para o registro do passamento de Dona Bela, nos Anais deste Poder de representação do povo paranaense.

Choram os catanduvenses, sei a perda de respeitável concidadã, mas se alentam com a imaculada memória da mulher batalhadora, incansável, solidária e plena de bondades, os seus maiores legados a todos os que viveram a felicidade da sua vizinhança, da sua bem-querência.

Que, desta iniciativa, se dê ciência aos poderes constituídos da Cidade de Catanduvas e à família enlutada, através do envio de ofício ao nosso dileto colega Deputado Nereu Moura.

REQUERIMENTO N° 5219

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Aparecido Bregolin, ocorrido em Porto Rico.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A família, a comunidade de Porto Rico e todos os que tiveram o enorme prazer de participar do seu numeroso círculo de amizades, choram a morte do Sr. Antonio Aparecido Bregolin.

O seu passamento ocorreu dia 20 de outubro e causou profunda tristeza na Cidade de Nossa Senhora dos Navegantes de Porto Rico.

Antonio Bregolin era filho de Geraldo e Maria Josephina. Deixa viúva a esposa e companheira Irene Nogueira com quem teve a filha Gigliola, esposa do Sr. Alessandro Turini que lhes presentearam os netos Guilherme e Gabriel.

O extinto trabalhou no Banco Mercosul de São Paulo na Cidade de Altônia no ano de 1962, transferindo-se a seguir para o extinto Banco do Estado do Paraná.

Gerenciou as agências daquela instituição financeira nas Cidades de Diamante do Norte, Nova Aurora, Mirador, Itaúna do Sul, Santo Antonio do Caiuá, Querência do Norte e Ponta Porã no vizinho Estado do Mato Grosso do Sul, além da casa bancária lá em Porto Rico.

Entre os anos de 1993 a 1999, Antonio Bregolin administrou a filial do BANESTADO em Querência do Norte, mas mantendo sua residência em Porto Rico, percorrendo diariamente a distância que separa as duas Cidades - 60 quilômetros, para o cumprimento das suas atividades. Provava assim a sua paixão pela Cidade a qual jurou nela findar a sua vida.

Aposentado no derradeiro ano do século passado, Bregolin passou a dedicar-se a empresa Agropecuária Santo Antonio, a filatelia, a numismática e ao cultivo de orquídea. Era conceituado membro da consagrada e respeitável Associação dos Orquidófilos de Diamante do Norte que também lamenta a perda de tão honorável participante.

Esta Assembleia Legislativa cumpre pesarosamente o mister de registrar este voto de pesar em seus Anais, numa manifestação de respeito e elevada consideração à memória do nosso concidadão.

Que, da iniciativa, se de conhecimento à família enlutada, através do envio de correspondência à Sra. Irene Nogueira.

REQUERIMENTO N° 5225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Florisbela Alves de Moura, mãe do Deputado Estadual Nereu Moura, ocorrido hoje, 27 de outubro, em Cascavel, neste Estado.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento à família enlutada, na pessoa do Deputado Nereu Moura, nesta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Com 83 anos, faleceu na madrugada desta terça-feira, em Cascavel, a Sra. Florisbela Alves de Moura, cujo corpo está sendo velado na Cidade de Catanduvas, onde será sepultado.

Mãe de 15 filhos de sangue, além de mais 14 adotivos, Dona Bela, como era conhecida, sempre foi uma pessoa dedicada à família e à comunidade e seu falecimento causou enorme comoção e tristeza.

Por este requerimento, queremos manifestar nosso pesar e inteira solidariedade à família enlutada, pelo falecimento de Dona Bela, que certamente deixará uma grande lacuna no seu enorme círculo de amigos, mas cujo exemplo e bondade jamais serão esquecidos, fazendo com que a lembrança dos momentos vividos atenuie a dor da saudade.

REQUERIMENTO N° 5230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alfredo Silva Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Amândio Sambeski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonieta Chesine, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5233

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Kruchinski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5234

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Miguel Sad, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Atílio Cordeiro da Cruz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cândida Woellner, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Carlos Enrique de Cristo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cesar Davi de Rocco, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cristiano Prestes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5240

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dacília Ferreira Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Esmael Silva Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Geovano Antunes da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jandira Soares de Siqueira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Lauro da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Ribeiro de Paula, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5246

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Vitor de Araújo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Francisco de Paula, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Luiz Lievore Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lauro Padilha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luene Raissa Maciel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lurdes Chuienk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria do Espírito Santo de Moura, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Petsch Alves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Matilde Pierin Damo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maurício Carlos Garcia, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nelci Azamburja, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro de Oliveira Ramos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Luiz Jungles, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Romão Marks, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vicente Leal, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5261

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Wilson Roberto Nascimento Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 5262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Jorge Guilherme Marinho Martins.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jovem Jorge Guilherme Marinho Martins, com 26 anos de idade, filho do Exmo. Sr. Coronel Jorge Luiz Thais Martins, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná e de Dona Graça Maria Marinho Martins, foi assassinado na manhã do último dia 22 (quinta-feira), durante uma tentativa de assalto no bairro Boqueirão.

O jovem Jorge foi assassinado depois de reagir a um assalto, às 6h e 30 minutos da manhã quando levava para casa a namorada Srta. Jéssica de Andrade Casas, a qual foi ferida atingida por uma bala desferida pelo bandido assaltante. Os marginais queriam roubar o veículo que o jovem dirigia, na Rua Conde de São João das Duas Barras no bairro Boqueirão.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos... Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada na companhia de seus familiares.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, pois a saudade que sentirão será imensa, mas temos certeza que o Pai Celeste lhes dará o consolo necessário, neste momento de grande dor.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares do jovem Jorge, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 5266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa votos de profundo pesar pelo falecimento prematuro do Sr. Alexsandro Rodrigues ocorrido hoje, dia 28 de outubro. O Sr. Alexsandro foi Vereador na Cidade de São Mateus do Sul na Legislatura passada e na atual exercia o cargo de suplente, desempenhando suas funções como funcionário da Prefeitura Municipal.

Requer ainda que seja dada ciência à família.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO N° 5267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Ovande Bernardin ocorrido no dia 24 de outubro. O Sr. Antonio foi o primeiro Prefeito da Cidade de Antonio Olinto, tendo exercido o cargo por três legislaturas.

Requer ainda que seja dada ciência à família.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO N° 5268

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Florisbela Alves de Moura, mãe do Deputado Estadual Nereu Moura.

Requer, outrossim, envio de votos de condolências ao Deputado Estadual Nereu Moura.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 5269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Sebastiana de Lima Toaldo.

Requer, outrossim, envio de votos de condolências à família enlutada, na pessoa do Sr. Vereador Renato Toaldo.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 5270

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam externadas as condolências desta Casa Legislativa à família Gorski, de Curitiba, pelo falecimento da senSra. Dilma Sieno Gorski, esposa do ex-Vereador curitibano José Gorski.

Revela notar que nos cinco mandatos que seu esposo cumpriu na Câmara Municipal de Curitiba, representando os bairros Bigorrião, Campina do Siqueira, Campo Comprido, Orleans e São Bráz, a residência do casal sempre foi um ponto de encontro de todos que tinham reivindicações a fazer. Com infinita paciência dona Dilma, mesmo nos momentos que o marido cumpria compromissos externos, a todos atendia com admirável solicitude.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por este Parlamentar, associa-se a dor da família Gorski manifestando solidariedade e profundo pesar pela perda irreparável.

Pede-se, outrossim, seja dada ciência das condolências requeridas à família enlutada, na pessoa do senhor José Gorski, via correspondência.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 5214

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à COPEL, em razão dos 55 anos.

Criada em 26/10/54 por ato do Governador Bento Munhoz da Rocha, a COPEL surgiu com a missão de solucionar o crônico problema de desenvolvimento econômico e social, mas à própria integração territorial do Estado.

Os serviços da COPEL cobrem praticamente todo o Paraná, estando presentes em 3 milhões 571 mil unidades consumidoras atendidas diretamente, o percentual de atendimento com a energia elétrica à população chega a praticamente 100% dos domicílios nas áreas urbanas e passa de 95% nas regiões rurais.

O trabalho dessa instituição merece o reconhecimento do Poder Legislativo, haja vista o seu alcance social.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5217

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Hospital Pequeno Príncipe, enviando voto de congratulações ao Hospital Pequeno Príncipe em razão dos 90 anos.

O hospital sediado em Curitiba iniciou suas atividades em 1919, através da Cruz Vermelha, que oferecia consultas e medicamentos gratuitos às crianças pobres do Paraná. O atendimento era realizado numa casa cedida por uma família curitibana.

Em 1930 foi inaugurado o primeiro prédio, chamado de Hospital de Crianças. Na década de 50 é fundada a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro. Sob a presidência da Sra. Ety Gonçalves da Conceição Forte, até hoje no cargo, a Associação iniciou, na década de 60, uma nova mobilização da sociedade para a construção de mais um prédio, pois a demanda por atendimento continuava a crescer.

Hoje o Pequeno Príncipe oferece 390 leitos, sendo 62 em Unidade de Terapia Intensiva e Semi-Intensiva, um centro cirúrgico composto por oito salas e um centro de vacinas.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de votos de congratulações e aplausos ao Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual e toda sua tropa, pela comemoração do 45º aniversário.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente ao Comandante do BPRV Ten. Cel. QOPM João Francisco dos Santos Neto.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual comemora hoje, dia 27 de outubro, 45 anos de atividades, cumpre-nos manifestar os nossos sentimentos de admiração e respeito pelo profissionalismo e pelos altos padrões de eficiência no trabalho realizado nos 12 mil quilômetros de rodovias paranaenses.

Criado em 27/10/64, o Batalhão de Polícia Rodoviária é uma Organização Policial Militar da Polícia Militar do Paraná (PMPR), especializada no policiamento das rodovias estaduais. Ele está subordinado ao Comando de

Policiamento do Interior, o qual é responsável pelo gerenciamento do policiamento no Interior do Estado do Paraná.

O policiamento rodoviário atua nos locais de risco de acidentes, priorizando sempre a atuação preventiva. Realiza bloqueios programados com o objetivo de reprimir o furto e roubo de veículos e cargas, tráfico de entorpecentes e contrabando, bem como coibir abusos por parte dos condutores, e proporcionar, fluidez e acessibilidade às vias de tráfego.

O BPRV exerce suas atividades em estreita harmonia e cooperação com o DER/PR, e realiza ações educativas junto às escolas; promovendo palestras e campanhas para a divulgação e orientação da segurança nas rodovias.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar os Oficiais, Praças que juntos somaram seus conhecimentos, dedicação, profissionalismo para alcançarem a notoriedade desfrutada pelo Batalhão da Polícia Rodoviária no cenário estadual nestes 45 anos de atividades.

REQUERIMENTO Nº 5265

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Roncador, pelo transcurso, no próximo dia 05 de novembro de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, igualmente, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo.Sr. Aguinaldo Luis Chichetti, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Roncador que no próximo dia 05/11/09 estará comemorando 48 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 48 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 5275

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Arquidiocese de Curitiba - Centro de

Pastoral Nossa Sra. da Luz na pessoa do Arcebispo Metropolitano de Curitiba Dom Moacyr José Vitti pelo lançamento da Campanha Nacional de Incentivo ao Teste para HIV.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 5276

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Jornal de Colombo na pessoa da Diretora Presidente Zoeli dos Santos pela comemoração aos 10 anos de sua circulação.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 5282

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações a população do Município de Almirante Tamandaré, através de seu Prefeito Sr. Vilson Rogerio Goinski, pelas comemorações de seu 120º aniversário no dia 28 de outubro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 5220

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de voto de louvor pelo transcurso do Dia do Servidor celebrado na data de hoje e de Moção de Apoio às reivindicações trabalhistas encampadas pelas suas associações e sindicatos.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Com toda a sinceridade, queremos estender a nossa gratidão, a cada um e a todos os funcionários do povo paranaense, pelo transcurso da data de hoje que lhes é consagrada com toda justiça e mérito.

Os paranaenses todos se orgulham dos seus contrarrazões, das suas concidadãs, que escolheram o serviço público como vocação e meta das suas vidas.

Neste 28 de outubro, registramos nos Anais deste Poder representativo de todo o conjunto de moradores deste Estado, os nossos mais elevados reconhecimentos ao sempre atento e dedicado servidor público, responsável pelo correto e dinâmico funcionamento da máquina estadual, esta, presente em todos os setores da vida administrativa paranaense.

Mas o nosso reconhecimento maior, queremos explicitá-lo no nosso apoio a todos os movimentos reivindicatórios da classe, independentemente das categorias que os acolhem. Pleno de razão, o funcionalismo público do Paraná, pleiteia de forma organizada e respeitosa, o cumprimento dos deveres patronais que lhes são assegurados pela Constituição e reconhecidos em todas as esferas judiciais.

Paralelamente então, à nossa saudação pela comemoração do Dia do Servidor, o registro do nosso endosso a todos os rogos que realmente atendam as justas ansiedades do nosso muitas vezes incompreendido servidor público.

Que, desta iniciativa, se dê ciência à Secretaria de Estado da Administração e do Planejamento, através do envio de cópia deste documento.

REQUERIMENTO Nº 5280

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e tendo em vista a generalizada sensação de insegurança dos agricultores proprietários de terras no Estado do Paraná e o medo, cada vez mais presente quanto a perda da propriedade por invasões indevidas ou pelo não estabelecimento da sua plena e legítima propriedade, quanto às áreas já invadidas, REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, informar o que segue:

1 - Quantas decisões judiciais para reintegração de posse estão aguardando cumprimento por parte do Poder Executivo Estadual?

2 - Qual a data das decisões judiciais não cumpridas e porque ainda foram cumpridas?

3 - Qual a previsão para o cumprimento das decisões para remoção dos ocupantes das áreas indevidamente ocupadas?

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA, ANTONIO BELINATI, FELIPE LUCAS, MARIO ROQUE, VALDIR ROSSONI, ELIO RUCSH, ADEMAR TRAIANO, LUIZ ACCORSI, MILTINHO PUPIO, RENI PEREIRA, DURVAL AMARAL E PASTOR EDSON PRACZYK.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 593/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas pessoas jurídicas, prestadoras de serviços ao Estado do Paraná, que sejam da Administração Direta ou Indireta, decorrentes de concessão pública, ou de processo administrativo decorrente de licitação, serão obrigadas a recolher suas obrigações sociais mensalmente, em conta bancária em separado.

Art. 2º A fiscalização mensal desta providência no artigo 1º, ficará sob a responsabilidade do órgão competente da Administração Pública que estiver responsável para efetuar os respectivos pagamentos à empresa que estiver prestando os serviços, cuja liberação dos pagamentos ficam condicionados a verificação e comprovação dos respectivos recolhimentos de todas as obrigações fiscais especificamente constante na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 3º O não cumprimento dos dispositivos contidos nos artigos 1º e 2º desta lei, implicarão no rompimento do respectivo contrato firmado com o Governo do Estado do Paraná, quer sejam da Administração Direta ou Indireta.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O Poder Público em todos os níveis no País, vem sistematicamente absorvendo sérios prejuízos decorrentes de falências de empresas prestadoras de serviços ao Poder Público, as quais ao falirem deixam suas dívidas trabalhistas para os cofres públicos pagar, em virtude de jurisprudência firme, que responsabiliza o Estado como solidário das dívidas trabalhistas, nestes casos.

Salienta-se que o Governo Federal tem mais de 10 mil processos na Justiça Trabalhista referente a ações trabalhistas herdadas de empresas terceirizadas, em consequência destas inúmeras ações o Ministério do Planejamento baixou norma interna com o mesmo objetivo da presente proposição. Com a presente proposição, o Estado do Paraná poderá deixar de absolver os prejuízos decorrentes de casos semelhantes.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do referido projeto de lei que introduz normas de garantias de recolhimento de obrigações fiscais trabalhistas por parte de empresas terceirizadas ou com relação de prestação de serviço com o Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 594/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

A Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros, é uma entidade sem fins lucrativos, com reconhecimento de utilidade pública municipal, a qual tem por finalidade o desenvolvimento sustentável integrado do turismo da Região dos Campos Gerais.

A Agência Rota dos Tropeiros desenvolve trabalhos de apoio às atividades, projetos e iniciativas de turismo buscando formatar produtos competitivos, consolidar e integrar economicamente os empreendimentos inseridos nos 16 Municípios pertencentes à Rota, além de gerenciar a divulgação de informações dos mesmos.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, e pela sua comprovada importância e representatividade merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade com a utilidade pública do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 595/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cáritas Diocesana de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Cáritas Diocesana de Ponta Grossa, entidade sem fins lucrativos, sediada no Município de Ponta Grossa, tem como objetivo prestar assistência a pessoas, famílias e grupos em situações de exclusão social, promover o pleno acesso aos direitos sociais, bem como estimular iniciativas governamentais e privadas para a realização de investimentos sociais, culturais, educação da base, geração de trabalho e renda e de preservação do meio ambiente.

O título da utilidade pública estadual a esta entidade é elemento de grande importância para o seu fortalecimento e prosseguindo de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 596/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro mensal, de interesse das áreas de assistência social e saúde do Estado, mediante pagamento das contas de águas e serviço de tratamento de esgoto, nos limites estabelecidos em regulamento próprio, às

entidades prestadoras de serviços de terapia renal substitutiva, mediante convênios a serem celebrados pela Secretaria de Estado competente e as empresas concessionárias respectivas, e termo de compromisso com as entidades pretendentes.

Art. 2º O auxílio social e econômico de que trata o artigo 1º desta lei visa a promover o aumento da capacidade de atendimento das unidades de assistência aos portadores de doenças renais e de insuficiência renal crônica, aprimorando assim o serviço disponibilizado à população e propiciando a seus pacientes atenção e assistência integral e integrada.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, os critérios quanto à definição dos beneficiários, dos limites do benefício a ser concedido conforme prescreve o artigo 1º e dos parâmetros utilizados como base para a sua concessão serão estabelecidos por decreto do Poder Executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes da implantação desta lei serão custeadas com recursos do orçamento da seguridade social, consignadas na unidade orçamentária competente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada deliberação desta nobre Casa de Leis, este projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro mensal, de interesse das áreas de assistência social e saúde do Estado, às entidades prestadoras de serviços de terapia renal substitutiva para pagamento das contas pelo consumo de água tratada e pela utilização do serviço de tratamento de esgoto.

Quanto aos aspectos legal e constitucional, a Constituição da República prescreve em seu artigo 196 que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”; ainda na mesma seção, estabelece no artigo 197 que “são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”.

A Lei Federal nº 8080, de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, preconiza que “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”.

No tocante ao mérito, de acordo com a Sociedade Brasileira de Nefrologia - SBN, a prevalência da doença renal crônica em estágio avançado, com necessidade de terapia renal substitutiva, é de 593 pmp (censo SBN-2008), na Região Sudeste do País. No Brasil, em torno de 90 mil pacientes estão em tratamento dialítico.

A terapia renal substitutiva pode ser realizada por meio de hemodiálise, diálise peritoneal ou transplante, entretanto, 90,8% dos pacientes renais crônicos realizam hemodiálise (censo SBN-2007).

Para a realização do procedimento de hemodiálise, são consumidos 400 litros de água potável por sessão. Essa água deve ser submetida a tratamento prévio, por meio de sistemas muito onerosos. O custo de água potável corresponde a 6% do faturamento das clínicas conveniadas ao SUS, e o custo do tratamento dessa água corresponde a mais 3% do faturamento. Dessa forma, observa-se que somente para o uso da água, as clínicas são obrigadas a gastar 9% do faturamento que recebem do SUS. Vale ressaltar que a água corresponde apenas a um entre inúmeros itens necessários a realização da hemodiálise - todos igualmente onerosos.

Ocorre que 94% das Unidades de Terapia Renal Substitutiva são conveniadas ao SUS (censo SBN-2007) e são remuneradas por meio de tabelas notoriamente defasadas, com reajuste de apenas 5% nos últimos 3 anos. Os baixos valores da tabela do SUS, associados à elevação progressiva dos custos de todos os insumos, impostos e de recursos humanos, além da defasagem entre a realização dos serviços e pagamento destes (mais de 60 dias), obrigam as unidades de hemodíálises a realizarem empréstimos bancários frequentes. Essa situação está sendo agravada de tal forma, que já prejudica o investimento no setor, gera falta de vagas para pacientes novos e coloca em risco a qualidade e a continuidade do atendimento à saúde.

Outra agravante decorre do fato de que as clínicas que prestam serviços de diálise ao SUS, sob gestão estadual, vêm sofrendo cortes lineares nos pagamentos, justificadas pelo não repasse dos valores pelo Ministério da Saúde. Em muitos casos, esses cortes chegam a 7% do valor total das faturas, representando enorme prejuízo acumulado, em se considerando que a situação vem ocorrendo desde o ano de 2004. É importante frisar que o Tesouro Estadual vem, nos últimos anos, buscando essa diferença, pela sensibilidade social do Governo.

Por tais fatos, diante da realidade vivenciada pelos usuários dos serviços de diálise oferecidos pelo SUS, cuja situação delicada e precária é de conhecimento público, expondo a sério risco a atividade exercida pelas unidades de diálise e, por consequência, a vida dos pacientes, é inegável a relevância da medida proposta.

A grave situação de anormalidade econômico-financeira ou administrativa enfrentada pelas clínicas de terapia renal substitutiva coloca em risco a qualidade ou continuidade do atendimento à saúde. A diálise é fundamental para a vida do paciente, sendo evidente a luz do alcance do projeto e os benefícios que ele traz.

Por fim, no que concerne à importância da proteção da vida e da saúde dos cidadãos brasileiros, pronunciou-se o Supremo Tribunal Federal: “Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito inalienável, assegurado pela própria Constituição da República (artigo 5º, *caput*), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo - uma vez configurado esse dilema - que razões de ordem éticojurídica impõem ao julgador uma só e possível ação: o respeito indeclinável à vida.” (Pet/1246, Ministro Celso de Mello).

Outros Estados da Federação já se movimentam para efetivar esse benefício. Projeto de lei de autoria do Deputado Estevam Galvão já está em fase de aprovação na Assembleia Legislativa de São Paulo e nos inspirou a apresentar este projeto de lei, já que em Minas Gerais a proteção à saúde sempre foi tratada com especial relevância.

Do legislador, espera-se, também, a única e possível ação: o respeito indeclinável à vida!

Expostos assim os motivos que nos nortearam na elaboração desta proposição e considerando que este projeto de lei defende mais que o interesse público, mas principalmente atende à necessidade de preservação da saúde e da vida da população usuária do SUS, contamos com o apoio dos nobres Deputados para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 597/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º São objetivos da Política Estadual da Saúde do Homem:

I - ampliar a consciência do homem quanto a fatores peculiares à saúde masculina, com especial ênfase na população com mais de quarenta anos;

II - desmistificar procedimentos médicos estigmatizados por uma visão distorcida da condição masculina;

III - educar o homem para que cuide de sua saúde e desenvolva o hábito de periodicamente se submeter a consultas médicas e a exames de controle;

IV - difundir informações, de forma clara e simplificada, sobre as doenças que acometem o homem, seus sintomas e formas de prevenção, as terapias existentes e a orientação quanto aos exames necessários e sua periodicidade e todas as informações que sejam úteis para debelar a ignorância e o preconceito em relação a essas doenças;

V - difundir informações e conceitos, de forma clara e simplificada, sobre planejamento familiar, métodos contraceptivos inclusive e principalmente sobre a cirurgia de vasectomia e suas características;

VI - desenvolver programas de informação e educação para adolescentes, conscientizando-os acerca do problema da gravidez precoce e das doenças sexualmente transmissíveis, a fim de reduzir sua incidência;

VII - difundir informações sobre as consequências do uso de bebidas alcoólicas, da prática do tabagismo, bem como do uso de quaisquer outros tipos de drogas, para a saúde corporal e mental e para a vida em família, na sociedade e no trabalho.

VIII - realizar exames clínicos de resultado imediato, tais como verificação de pressão arterial, glicemia e colesterol;

IX - prestar assistência nas áreas de fisioterapia e de terapias alternativas e em outras áreas que dediquem suas atividades à saúde física e mental do homem, com vistas à mais ampla promoção possível do seu bem-estar geral.

Art. 2º As campanhas publicitárias da Secretaria de Estado de Saúde conterão inserções com informações sobre os principais temas relativos à saúde do homem, em sistema de rotatividade periódica, com base em seleção técnica feita pela Pasta.

Art. 3º O Estado, para bem executar o que permite esta lei, poderá estabelecer parcerias com organismos federais e municipais, universidades públicas e privadas, grêmios estudantis, sindicatos e demais entidades da sociedade civil organizada.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de:

I - recursos orçamentários da Secretaria de Estado de Saúde;

II - recursos transferidos por meio de convênios firmados com órgãos federais;

III - doações ou legados de pessoas físicas e entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;

IV - outras fontes.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Como lenda ou como verdade, desde tempos imemoráveis o homem forte, resistente à dor, hábil na caça e no manejo de armas, corajoso, valente, rigoroso com o inimigo, guardião da própria honra foi festejado por seus contemporâneos, que registraram seus feitos, sua liderança, sua vida e fizeram com que sobrevivesse através dos tempos, permitindo que chegasse até nós.

Mais do que uma referência histórica, esse tipo masculino, guerreiro e heróico, ainda é nos nossos dias a mais forte referência de comportamento para o homem. Dessa forma, o ser masculino carrega esse estigma cultural: deve buscar ser o mais forte, o mais resistente à dor, o mais corajoso, o mais valente.

Entretanto, os nossos tempos são outros, muito diversos daqueles em que a matriz masculina forjou-se. O homem moderno não pode seguir descurando da

saúde como uma conduta derivada da sua necessidade de ser aquele homem cheio de força física, que aguenta a dor e que por isso é corajoso e valente. Tal conduta leva o homem a morrer mais cedo que a mulher, por cuidar menos da saúde, por menosprezar sintomas, ignorando o que significam, e por descurar de males que têm tratamento e cura, devido à vergonha e ao preconceito. Os indicadores relativos ao homem e às moléstias inerentes à condição masculina revelam elevado grau de desconhecimento quanto às doenças que o acometem, suas causas, seus sintomas, a possibilidade de diagnóstico, tratamento, cura ou mitigação de consequências. Em geral, quando o homem vai ao médico, se já não é tarde, o estágio de evolução da moléstia já apresenta quadro de irreversibilidade ou já se constata a presença de sequelas evitáveis se a procura por atendimento se desse no tempo devido.

Pensamos, pois, que é hora de o homem aprimorar-se, cuidar de sua saúde física, mormente quanto aos males que são inerentes à sua desmistificada e isenta de preconceitos. Para isso, além de realizar exames clínicos e laboratoriais, cirurgias e de prescrever remédios, é vital educar o homem para cuidar de sua saúde.

É possível atingir o mesmo êxito alcançado relativamente à saúde da mulher, a qual conhece melhor as peculiaridades da sua saúde, a necessidade de se submeter a consultas e exames, de acompanhar a evolução do quadro geral de sua saúde e de combater o mais cedo e eficazmente possível os males que possam manifestar-se.

Trata-se de uma oportunidade, portanto, de desenvolver os mecanismos de incentivo para que o homem cuide da própria saúde.

É sob esse enfoque e para esse fim que esta proposição é apresentada, com um vigoroso pedido de apoio a todos os Parlamentares desta Casa para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 598/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, a Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes, a ser realizada, anualmente, na semana que antecede o dia 25 de maio - Dia Nacional da Adoção.

Parágrafo Único. Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes deve culminar, anualmente, sempre no dia 25 de maio.

Art. 2º A Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes tem por finalidade a reflexão, a agilização, a comemoração e a realização de campanhas de conscientização, sensibilização e publicidade do tema adoção com a realização de debates, palestras e seminários e a promoção de iniciativas visando a adoção de crianças e adolescentes em todo o Estado do Paraná

Art. 3º A efetivação da Semana da Adoção de Crianças e Adolescentes fica a cargo dos órgãos competentes do Poder Executivo em consonância com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e entidades da Sociedade Civil.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A instituição da Semana Estadual da Adoção destina-se a estabelecer no Estado do Paraná, uma semana dedicada à questão da adoção, que por sua relevância, traz à tona problemas que devem ser resolvidos, tais como a lentidão dos processos e a própria propositura, com a instituição da Semana Estadual da Adoção visa, sobretudo, provocar a reflexão, a agilização e o debate público, sobre a questão da adoção, envolvendo poderes e órgãos estatais juntamente com entidades da Sociedade Civil.

A adoção é uma experiência humana que demanda de todos os envolvidos, em suas múltiplas expressões, um permanente debate dos direitos e deveres, no sentido de implementar estudos e ações, para a troca de ideias e de experiências, que precisa ser mais bem compreendido pelos Poderes Públicos e pela sociedade.

A instituição da Semana Estadual da Adoção, além dos aspectos motivadores que vimos acima, procura regulamentar a Lei Federal nº 10447, de 09/05/02, que institui o Dia Nacional da Adoção a ser comemorado no dia 25 de maio. Por essas razões, é fundamental, a instituição da Semana Estadual da Adoção.

PROJETO DE LEI Nº 599/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 15117 de 12/05/06, que dispõe que os instrumentos de formalização, renovação ou aditamento de convênios, instrumentos congêneres ou de consórcios públicos, na forma que especifica, sejam contratadas mediante processo de licitação pública.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 15117 de 12/05/06, que dispõe que os instrumentos de formalização, renovação ou aditamento de convênios, instrumentos congêneres ou de consórcios públicos, na forma que especifica, sejam contratadas mediante processo de licitação pública.

A lei citada não se atentou da dificuldade de efetuar estes procedimentos, e principalmente o problema de se efetuar o pregão eletrônico. O custo é elevado e principalmente a dificuldade de realizá-lo.

Ainda sobre o assunto em tela, diversas entidades não conseguem arcar com seus compromissos, já que a dificuldade para receber estes repasses é imensa, causando um problema de proporções imensas para estes grupos, que lutam pelo interesse da população do nosso Estado.

Em tais condições, conclamamos aos Pares de Casa que procedam a devida revogação em acatamento da soberana decisão do povo.

PROJETO DE LEI Nº 600/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A cobrança da tarifa de pedágio por meio de serviço de pagamento eletrônico não pode corresponder a mais de 25% das cancelas operadas pelo sistema de cobrança por operador.

Parágrafo Único. A operação do sistema deverá observar o percentual do *caput*, devendo permanecer aberto no mínimo três cancelas para cada uma que adota o sistema de pagamento eletrônico.

Art. 2º A infração ao disposto nesta lei sujeitará o infrator, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, à multa no valor de 200 (duzentos) a 10.000 (dez mil) Unidades Padrão Fiscais do Estado (UPF-PR), conforme as condições econômicas do fornecedor e a gravidade de transgressão, em face da natureza da operação, da quantidade do produto ou da reincidência, isolada ou cumulativamente consideradas.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado tem por finalidade estabelecer diretrizes para o sistema eletrônico de cobrança de tarifas de pedágio.

As concessionárias buscam que os usuários utilizem o sistema eletrônico, alegando que com este sistema não é necessário esperar em filas, e a viagem acaba ficando mais rápida.

O que foi notado é que em diversas estradas as concessionárias começaram a diminuir o número de cancelas com operação humana, causando eventuais esperas indesejadas pelos motoristas, buscando desta forma fazer um marketing indireto e subliminar com a finalidade de atrair o usuário para contratação deste sistema.

Neste caso, é facultado ao consumidor escolher qual das duas opções deseja utilizar, e as concessionárias não tem o direito de coibir a escolha deste usuário.

Ainda com esta prática adotada pelas concessionárias mais um problema se cria que é a diminuição das frentes de trabalho, fazendo uma troca da força humana pela máquinas.

O objetivo do presente projeto é garantir o princípio da equidade, e possibilitar uma maior transparência na contratação entre o usuário e a consequência.

O artigo 25, inciso V da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece como de competência tanto da União, quando dos Estados e dos Municípios legislar concorrentemente sobre a produção e consumo. Portanto, o que está sendo analisado no presente projeto é o consumo entre o usuário e a concessionária.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 601/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída semana destinada à instrução aos alunos do ensino fundamental e ensino médio, sobre os cuidados e preocupações que devem ser tomadas para combater os crimes de internet.

Art. 2º A Secretária da Educação, para cumprimento do disposto no artigo anterior poderá trabalhar em conjunto com a Secretária de Estado da Segurança Pública, bem como a outros órgãos, que possam prestar o auxílio necessário em termos de informações sobre este tema.

Art. 3º A semana disposta no artigo 1º será realizada, nos horários que não coincidam com as atividades curriculares normais.

Parágrafo Único. Caberá a direção dos estabelecimentos de ensino, convidar os pais ou responsáveis pelos alunos, a participar da semana de prevenção de crimes de internet.

Art. 4º As eventuais despesas decorrentes da publicação desta lei correrão a conta das dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece em seu artigo 24 inciso IX, que cabe também ao Estado legislar sobre educação, estabelecendo uma atenção especial ao grande risco que circunda a vida dos menores. Portanto, quanto à constitucionalidade do presente projeto não resta dúvida de sua possibilidade.

Sobre o mérito resta claro a necessidade de que estes jovens sejam informados sobre os crimes que podem ser cometidos pela internet.

A internet engloba grande parte da população, e muitas pessoas acabam por cometer crimes dentro da rede, que desconhecem. O principal objetivo do presente projeto é informar as pessoas destas ilicitudes.

Implantar uma semana de palestras que traga a estes jovens os conceitos destes crimes, como eles são cometidos, quais eles são tem uma relevância imensa, aja visto que cada vez mais os jovens acessam a internet, e usam delas para diversas coisas.

Somente desta forma, as crianças e os jovens poderão ter um maior conhecimento sobre quais são os crimes de internet. Portanto uma maior discussão sobre o assunto só trará benefícios a sociedade.

Portanto, o presente projeto tende a direcionar uma eficaz instrução às crianças que alcancem também aos pais sobre os crimes de internet, para prevenir através do conhecimento, os alunos sobre as armadilhas que a rede mundial pode proporcionar.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta Casa registra e agradece a presença do Vereador Mário Hossokawa, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Cidade Canção do Paraná. Seja sempre bem-vindo a esta Casa, a Casa do povo do Paraná!

Passa-se ao Horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito na tarde de hoje, com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti; Sra. Rosane, 2ª Secretária; e Pastor Praczyk, Sr. 1º Secretário; Srs. Deputados; Sras. Deputadas.

Vou usar o Pequeno Expediente para dizer o seguinte: Deputado Elio Rusch, V. Exa., que é o Líder da Oposição, ontem discutimos aqui sobre Segurança Pública. Uma das coisas que eu mais respeito aqui dentro da Assembleia Legislativa é a opinião de cada Deputado. Cada Deputado aqui é livre para elogiar o Governo, para criticar o Governo, para votar do jeito que a sua consciência determina. Assim que tenho agido aqui dentro desta

Casa, respeitando a posição de cada um. Sempre foi assim e será sempre assim, porque aqui não tem ninguém maior do que ninguém, ninguém mais do que ninguém, todo mundo é igual. A hora que vai para o voto, cada um tem um voto. Então, o projeto é a favor, vota SIM; é contra, vota NÃO. Pronto. Vem o resultado. Mas ontem discutimos sobre Segurança Pública, que alguns dizem que está boa, outros dizem que não está boa; eu particularmente acho que não está, porque ouço a população, e o povo diz que não.

Mas, quero restabelecer aqui, aí falando em restabelecer a verdade, é importante deixar claro sobre a verdade. Sobre Segurança Pública eu fiz vários pronunciamentos aqui nesta Casa, vários, cobrando melhorias, falei da questão do salário dos profissionais da área de Segurança, tanto dos policiais civis quanto dos militares. Hoje já recebi várias ligações de policiais, parabenizando a nossa postura aqui ontem, de cobrar realmente mudanças e melhorias na Secretaria da Segurança Pública, policiais civis e militares, inclusive alguns dizendo assim: “Por favor, não me identifique, porque o meu telefone pode estar grampeado e aí fica difícil”.

Mas, quero também dizer, com relação à história, uns dizem assim: “Ah, o Secretário foi convidado”. Outros falam: “Não o Secretário foi convocado”. Até para mim, particularmente, não tem muita diferença se é convidado ou convocado. Mas tem que restabelecer que vários Deputados queriam que o Secretário viesse aqui. Ele veio uma vez, discutiu na sala da presidência, tratou sobre a questão da Segurança Pública. Isso há alguns anos atrás. De lá para cá não resolveu o problema. Depois fizemos outros convites, é bom deixar claro aqui, foram feitos outros convites para que o Secretário viesse aqui. Alguns foram reprovados, até teve o título de convocação, foi reprovado no voto. Mas eu apresentei - está aqui o documento - dia 22 de abril apresentei um outro documento convidando o Secretário para vir aqui. Foi pedido para discutir. Na semana seguinte foi discutido e aprovado. Já era o segundo convite. Depois veio esse terceiro, agora, que era uma situação de convocação ou de convite. Ele veio aqui para discutir sobre Segurança Pública. Deixar restabelecido que não importa quantos convites foram feitos. O importante é que ele veio, e pela força dos Deputados, para que ele pudesse vir se explicar.

Tivemos coragem de dizer que a Secretaria da Segurança Pública está indo mal, apesar dos bons policiais que tem tanto na área da Polícia Civil, quanto da Militar. O Secretário perdeu o comando da Secretaria. Se ele tivesse um gesto de humildade e abrisse mão dessa pasta Segurança Pública, tenho certeza, Srs. Deputados, que o Governador reassumiria essa pasta e imediatamente teríamos o conforto, a sensação de melhoria da Segurança. A população espera que melhore a Segurança no Estado do Paraná.

Tenho em minhas mãos o documento que comprova, que estamos sempre lutando e brigando para melhorar a Segurança Pública do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares.

A Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, está propondo a criação da FERROSUL, uma ferrovia que tem os seus trilhos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e também que faça conexão com o Paraná. A proposta da Governadora foi possível - já se tornou pública - e será no próximo evento dos Governadores do CODESUL, que também será proposta aos outros três Governadores. Se tornou possível porque o Paraná já tem a FERROESTE. A única empresa pública no setor ferroviário, dá a possibilidade de se avaliar, se aquilatar o que seria uma ferrovia nos moldes mais amplos, que pudessem incorporar uma logística, com baixo custo de transporte, de preço, de armazenagem e com respeito ao meio ambiente aos outros Estados do Sul.

Está em gestação uma grande ideia, um grande plano. O Governo Federal, através do BRDE, já tem recursos para isso, para se fazer uma grande ferrovia do Sul, a chamada FERROSUL, englobando Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, e naturalmente nós da Assembleia Legislativa, e que pudéssemos com isso ter a dimensão em um Seminário como esse, do que significa para o Sul do País a construção de uma ferrovia desse porte.

O Governo Federal está em construção com a FERRONORTE que poderá fazer conexão com a nossa FERROSUL, e isso vai possibilitar, sem dúvida nenhuma, Deputado Elio, uma extraordinária mudança de paradigma no que diz respeito à logística, transporte, custo de produção e de transporte em meio ambiente.

Por isso, peço a aquiescência de todos os Parlamentares na tramitação desse requerimento. E mais do que isso, neste dia gostaria de propor, de encaminhar a criação de uma Frente Parlamentar, aqui do nosso Parlamento paranaense, para que pudéssemos trabalhar nesse sentido. Uma Frente Parlamentar com Deputados que viessem a apoiar a FERROESTE e a FERROSUL e que pudéssemos trabalhar incansavelmente dentro desse projeto.

Mais do que isso, Sra. Presidente, Srs. Deputados, esperamos que este seja um debate visando naturalmente o futuro da produção engajado com a questão energética, com a questão ambiental, que são coisas extraordinariamente recentes, pertinentes para todos nós. Tenho certeza absoluta que virá fazer a diferença e o Paraná já tem essa ferrovia. O Exército a construiu nos anos de 1991 a 1994, gastou-se R\$ 383 milhões para que isso acontecesse, mas com o dinheiro do Tesouro Estadual. Enfim, o Paraná tem experiência nesta área e pode compartilhar com outros Estados do Sul do Brasil.

Uma boa ideia e tenho certeza que, da maneira como está sendo encampado pelos outros Governos e Parlamentos do Sul, o Paraná não deve ficar fora dessa grande empreitada.

Para a conclusão, gostaria de falar a respeito da manifestação que fazem os servidores da Saúde, que buscam o seu PCCV, e dizer que da parte deste Deputado os servidores da Saúde continuarão tendo o nosso amplo apoio. Acredito que tal qual já se fez nas demais áreas do Governo, na área de Educação principalmente e outras afins, os servidores da área da Saúde precisam, desejam, merecem o apoio de todos os funcionários, os Parlamentares desta Casa.

Era somente isso, Sra. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sra. Presidente Cida Borghetti, que no dia de hoje preside a Sessão Legislativa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero primeiro fazer uma saudação a todos os servidores públicos que estão, no dia de hoje, não só comemorando o seu dia, Deputado Belinati, mas principalmente fazendo deste dia um dia de luta, um dia para que sejam reconhecidos, enquanto profissionais, em todos os seus pontos de vista. Tiveram uma negociação na parte da manhã, outros Deputados certamente vão comentar sobre isto, agora mesmo os servidores da área de Saúde estão aqui, alguns dos senhores receberam um CD, outros provavelmente ainda vão receber, mas especificamente eu, no dia de hoje, quero deixar aqui consignado um reconhecimento à luta dessas pessoas que há muito tempo vêm buscando ter o seu reconhecimento profissional, do ponto de vista, inclusive, salarial.

E especificamente quero me ater a uma situação, obviamente que o Governador - quem viu ontem a Escola de Governo - o Governador já sinalizou que haverá progressão nesse período até o final do ano, não sabemos ainda em que base, mas o que eu quero aqui especificamente trazer é a necessidade de termos um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da área de Saúde, enviado para a Assembleia Legislativa.

Por que falo isso? Porque de todos os servidores, Professor Lemos, V. Exa. que é professor, foi Presidente da APP, de todos os servidores, há uma diferença entre alguns, alguns tiveram uma progressão maior, uma progressão menor, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos já veio há alguns anos para cá, quatro anos atrás, tem alguns avanços, tem alguns recursos, mas na Saúde temos dois problemas graves: primeiro é a falta do plano, Deputado Dobrandino, V. Exa. quando foi líder

aqui contribuiu muito para que fizéssemos um debate, não a respeito do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, porque naquele momento não estava posto, é um plano que já vem sendo discutido há algum tempo com os sindicatos, mas da jornada de 30 horas, e eu, enquanto tiver mandato vou insistir que é preciso que tenhamos a jornada de 30 horas para os servidores da Saúde.

Por que vou insistir nisso, Deputado Dobrandino? V. Exa., lembra no seu gabinete, gabinete da liderança, que tínhamos um convencimento da necessidade de aprovarmos o projeto aqui nesta Casa. Aprovamos, infelizmente houve o veto, que não conseguimos derrubar, Deputado Cheida, que também é da área da Saúde, é médico, sabe que hoje o Congresso Nacional está na sua agenda, na sua pauta, o Congresso Nacional está com a possibilidade muito real de votar nas próximas semanas, talvez ainda neste mês de novembro, ou talvez o mais tardar em dezembro, votar a lei, o projeto de lei que já está há mais de 10 anos aguardando, que é o projeto de lei que justamente regulamenta as 30 horas para a área de Saúde.

E espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que nós aqui do Paraná não sejamos os últimos a fazer com que os servidores da área de Saúde tenham essa jornada também consagrada em lei, e para que isto aconteça, Deputada Luciana, V. Exa. que também foi uma das pessoas que votou à época a favor da lei das 30 horas, para que isto aconteça, nada melhor do que fazer com que esses servidores sejam contemplados no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, afinal esse é um processo que já está aqui há alguns anos sendo debatido, a Secretária Maria Marta já, há alguns anos, falou que mandaria para cá esse projeto, eu acompanhei algumas reuniões e não é de agora. Falava o Deputado Dobrandino que desde o tempo em que ele estava na liderança estamos fazendo esse debate.

Então, Srs. Deputados, o dia de hoje acho que é um dia para lembrar da luta desses trabalhadores, dessas trabalhadoras, todos eles, temos inúmeras situações diferenciadas dentro do serviço público, mais especificamente na área de Saúde, precisamos com urgência do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, porque não é possível que as pessoas continuem trabalhando nos seus locais, às vezes até sem condições físicas, e não tenham uma perspectiva melhor para o próximo tempo que elas estarão no serviço público.

Mais uma vez quero deixar aqui o meu reconhecimento ao servidor público e dizer que se não houver um servidor público remunerado adequadamente, atendido adequadamente, com planos adequados, não adianta fazer qualquer outro tipo de discussão com a população, porque esse servidor não vai atender adequadamente a ponta, que é a população, e essa população, seja ela dependente da parte de Saúde, de Educação, de Segurança, qualquer que seja, ela será atendida à medida que o servidor público estiver também contemplado no seu atendimento.

Quero deixar registrado isso aqui e os meus parabéns aos servidores, homens e mulheres que acreditam na luta e que fazem do seu dia a dia uma luta contínua até que consigam aquilo que, por direito, têm e que nós, por obrigação, temos que votar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Com a palavra o Deputado Mario Roque.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população do Estado.

Venho a esta tribuna por dois motivos: primeiro, não fiquei satisfeito ontem com o nosso Secretário, porque ele falou por último e não foi correto. Quero dizer a ele que a cadeia de Paranaguá tem 220 presos, porque realmente a Segurança é boa. Está enganado, a cadeia pública de Paranaguá data de 1945, tinha Paranaguá 20 mil habitantes e a mesma cadeia, com o mesmo espaço físico, em 2009, atende uma população de 160 mil habitantes. O que aumentou foi a criminalidade, houve aumento demográfico, então, não foi o trabalho digno da Segurança que sustentou isso. Mas ainda, recebi telefonemas e e-mails dos agentes penitenciários: *É vergonhoso que hoje em dia os bandidos derrubem helicópteros, bem armados, e o Sr. Governador vetou o pedido dos agentes penitenciários para andarem armados*. Cuidam de presos, estão nas casas de custódia, temos que trazer para o Plenário e ser contra este veto.

E aproveitando, Jocelito Canto, vai me perdoar, pensei que ele não vinha, não ia nem me expressar, mas ele não foi muito correto comigo ontem e nem com ele mesmo. Primeiramente, depois que sai desta tribuna e ele a usou, dizia que eu fiz um desabafo e que o Governador não tinha que dar bola para político, das respostas, nem os Secretários. Temos que trazer os problemas, as reivindicações das nossas regiões, que trabalhássemos sobre isso, e que estava correto o Governador de não dar bola. Eu só quero dizer ao nosso nobre Deputado, que esteve aqui há mais ou menos uma três semanas legislando em causa própria, trazendo um processo que o promotor não leu direito, que o Juiz também não deu bola, que o Desembargador não sei o quê, eram todos uns borra-botas. Legislando em causa própria, ele quer que todo mundo dê atenção, que olhe seu processo, que ouça seu advogado, aí ele quer ser atendido, e nós que trabalhamos com a população e não usamos esta tribuna para angariar votos, ele agradece ao Governador por não atender os políticos, humilhando a nossa classe de Deputados.

Quer dizer, estamos aqui trazendo os problemas para esta Casa, conversamos com a população e não resolvemos os problemas porque eles não são obrigados a nos dar atenção! Eu, que consegui ir até o Secretário de Obras, para que fosse feito o projeto e fiz com que ele

disse que em junho a nossa penitenciária já estará pronta em Paranaguá, ou mudada daquele local, é um trabalho que angariamos o voto, agora fica feio o Deputado chegar aqui e dizer que não tem que dar bola para ninguém, depois dá a volta, vai ao Palácio e pede ao Governador para fazer uma obrinha para ele se eleger. Isso é que é vergonha! Isso é serviço porco, não é serviço e gente que está aqui para defender a nossa população!

Eu venho para cá sem medo, não amarelei ontem porque tinha muitos Soldados, Coronéis, policiais civis, eu não amarelei, falei o que tinha que falar. Agora, chega aqui, vê o povo todo com divisas e homenageou, deu graças ao Governador por não atender os pedidos dos Deputados! Isso não pega bem! Eram todos promotores borra-botas, estiveram dois aqui na frente dos nossos Deputados e não falam isso.

Teve aqui um homem ilibado, que merece o respeito de toda a nossa sociedade, Olympio de Sá Sotto Maior, esteve aqui e ninguém falou nada. Tinha sido chamado de borra-botas, mas não falaram na frente dele. Esteve aqui, ontem, também o Secretário, que também é promotor e foi homenageado, porque estava na frente.

Por trás é todo mundo borra-bota e aqui na frente manda beijinho e abraços. E mais ainda, tem a petulância de dizer que em Ponta Grossa não há ladrões, está tudo bem, ninguém rouba.

Olha gente, ontem vi uma coisinha triste aqui, não precisa mais nada, está tudo certo, parabéns, Sr. Secretário. Lá nos Campos Gerais todo mundo está tranquilo, ninguém morre, ninguém é assaltado, não acontece nada. Foi isso que eu assisti: temos que ser comedidos e não respeitados. Estou falando isso não querendo ofender o Deputado, que continua sendo o meu amigo, mas tem que medir as palavras e respeitar. Eu respeito todo mundo. Há uns que criticam muito, outros que criticam pouco, outros homenageiam, outros falam bem, e isso é próprio da Casa.

Agora chega aqui: "O Deputado Roque fez um desabafo e agora quer que todo mundo..." Não é assim! Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

O Deputado Mario Roque, acho que ele não estava presente na Sessão ontem, eu fiz a defesa de V. Exa. V. Exa. não compreendeu o que eu quis falar, quando dizia que o Secretário deixa de atender os Deputados, quando deveria atender. Tem que atender mais os Deputados.

Com todo o respeito que tenho por V. Exa., eu não disse que nos Campos Gerais não tem bandido. O senhor não ouviu bem, não falei em momento nenhum que não tem bandido. O senhor, com todo o respeito, ouviu demais. Tudo bem, vou lhe entender, até porque tenho respeito pelos seus cabelos brancos, não vou lhe ofender, jamais vou deixar de ter, pela sua inteligência.

Agora, Deputado, ontem eu lhe defendi, não lhe ataquei. Eu lhe defendi quando disse ao Secretário que V. Exa. fez um desabafo, porque foi lá e ele não o atendeu.

O que os Deputados querem é ser atendidos. Foi isso que disse ontem, é só pegar o meu pronunciamento. Agora, se V. Exa. entendeu diferente me perdoe, porque a minha intenção foi de defendê-lo. Entendi, quando V. Exa. fez aquele pedido, aquele desabafo, fez porque foi lá, pediu, e não foi atendido. Foi o que falei durante a minha fala ao Secretário.

V. Exa. entendeu diferente, respeito o seu entendimento, mas reafirmo aqui que quando falei naquele momento, falei com a intenção de dizer que o Deputado tinha razão que queria cobrar algo e que o Governador mandava não atender os Deputados. Ele disse isso várias vezes e eu acompanhei.

Só para deixar bem claro o meu posicionamento. Quanto aos promotores, Deputado Roque, eu nunca falei de todos. Todos não. Jamais podemos generalizar. Existem bons promotores, bons Juízes, existem bons Desembargadores, mas também tem os maus. Isso eu sempre vou dizer quando tiver que dizer.

V. Exa. me perdoe se entendeu, porque a minha intenção, ontem, foi de defender o desabafo que o senhor fez.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vim aqui para registrar que, na data de ontem, tivemos em Curitiba um dia especial com referência ao Centenário de Nascimento de Miguel Bakun, 1909-1963.

Queria, nesta oportunidade, deixar registrado nesta Assembleia os agradecimentos para as pessoas que, de toda forma, ajudaram nesse evento, que foi marcante, principalmente para as pessoas que são da arte e que participaram, as pessoas que conhecem os artistas principalmente, e tantas outras pessoas que estiveram presentes.

Queria agradecer a Secretária da Cultura, Vera Mussi, por ter organizado esse evento no Paraná, especificamente em Curitiba, que nos honrou muito. A Vera com a Eliana, que faz parte da Secretaria de Cultura, junto com a sua equipe, fizeram com que esse evento se transformasse num marco. Uma justiça àquele pintor e desenhista que, ao longo de sua vida, não foi reconhecido. Isso tem sido muito constante conosco, as pessoas costumam ser reconhecidas, às vezes, após a sua morte. Com o Miguel Bakun aconteceu isso.

Queria agradecer o Bispo da Igreja Ortodoxa do Paraná, Dom Jeremias, que esteve no Cemitério Municipal fazendo as homenagens, depois na Secretaria da Cultura; ao Embaixador da Ucrânia, no Brasil; a nossa Cônsul da Ucrânia, aqui em Curitiba; às pessoas no nome do Cônsul Honorário, no Paraná; o Presidente da Representação Central Ucraniana; o Padre Davi, da Igreja católica, e tantas outras pessoas.

Tive uma oportunidade ontem de ver coisas emocionantes na vida, entre elas houve um documentário que vimos, feito pelo cineasta Silvio Back, de 43 minutos de projeção, em que retrata a vida desse pintor, que tinha uma cor ocre. Essa cor, ele foi comparado depois da sua morte ao nosso Van Gogh brasileiro.

(Lê):

“Miguel Bakun (1909 - 1963)

2009 - Centenário de Nascimento

Biografia

Miguel bakun nasceu em Marechal Mallet/PR, em 1909. Pintor e desenhista. É considerado um dos pioneiros da arte moderna no Paraná. Filho de imigrantes ucranianos, aos 15 anos ingressou na Escola de Aprendizagem da Marinha em Paranaguá. Em 1930, uma queda sofrida no navio o impossibilitou de continuar a carreira naval. Transferiu-se então para Curitiba, onde passou a dedicar-se exclusivamente à pintura. Incentivando por Groff e Guido Viaro, passou a trabalhar profissionalmente nas artes.

A vida de Bakun foi polêmica. Era uma pessoa que desenvolvia um certo complexo de inferioridade, com tendência à depressão, conta João Osório, que conheceu pessoalmente o pintor. Miguel Bakun desenvolvia a pintura sem utilizar o desenho e apesar da falta de técnica, muitas vezes sem perspectiva, o seu talento era tal, que certo dia De Bona viu um de seus quadros e disse: está tudo errado, mas é muito bom, lembra Brzezinski.

Considerado um dos maiores pintores do Paraná, Miguel bakun foi muitas vezes chamado de Van Gogh paranaense, pela vida trágica que teve e pela semelhança às cores utilizadas pelo pintor holandês, o tom ocre que caracterizou muitas de suas telas. Sua obra, de forte apelo expressionista e marcada por uma existência mística, privilegiou paisagens suburbanas de Curitiba, marinhas, retratos e naturezas mortas.

A partir de 1960, realiza obras de temática religiosa. Nessa época, há um predomínio do abstracionismo nas poucas exposições da Cidade, marginalizando os artistas figurativos. Miguel Bakun sente esse processo e sofre com sua precária situação econômica. Na ocasião, recebe tratamento médico por causa de forte depressão. No início de 1963, aos 54 anos, o artista suicida-se em seu ateliê.”

Foi uma pessoa que passou por lá, nasceu na região onde eu moro, procurava sempre retratar a região onde nós moramos, a Região Sul, Centro-Sul do nosso Estado.

Tem uma data controversa, temos toda uma documentação que o seu nascimento foi dia 27 de outubro e não no dia 28. E entre essas pessoas vi tantas pessoas que deram depoimento, artistas, jornalistas, entre eles uma pessoa que ao longo da minha vida eu aprendi a admirar, sei que às vezes tem as suas questões, mas ele sempre foi, na minha opinião, um bom conhecedor do jornalismo, das questões do Paraná, que é o jornalista e radialista Luiz Geraldo Maza. Ele sempre teve o jeito dele, mas sempre colocou com uma forma de um conhecimento muito bom do Paraná.

Então, queria fazer, mais uma vez, esse agradecimento aos familiares de Miguel, que estiveram no cemitério, que acompanharam depois na Secretaria da Cultura, onde se criou um espaço, um museu virtual ao Miguel, que foi uma pessoa que criou muito na sua época aqui em Curitiba e marcou muito o Estado do Paraná como um grande artista.

Quero encerrar e dizer que essas pessoas são lembradas só depois da sua morte, isso acontece com muitas pessoas que têm dedicação em várias áreas. Um agradecimento especial à Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, às pessoas envolvidas da comunidade ucraniana, o grupo folclórico, enfim, a todas as pessoas que participaram enfim a todos. Precisamos de toda forma reverenciar e marcar aquela pessoa que fizeram parte desse nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Pastor Edson.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna nesta tarde para tecer um comentário de uma matéria do jornal Gazeta do Povo, no dia de hoje, intitulada: Governo tenta cortar isenção de ICMS a Igrejas. Desconsiderando a falta da crase no título da matéria, faço questão de ressaltar que a proposição em questão é de nossa autoria. Lei aprovada no Estado do Paraná, que tramitou com o apoio de todos os Srs. Parlamentares desta Casa, que faço questão de mais uma vez agradecer, e que foi vetada pelo Governador Roberto Requião.

Seguindo o rito legislativo, considerado o veto em condições de ser apreciado, o Plenário desta Casa derrubou o veto e consequentemente o Deputado Hermas Brandão, Presidente na ocasião da Assembleia Legislativa do Paraná, promulgou a lei. O que o Governador e a sua assessoria fizeram? Entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade.

Bom, para que os telespectadores entendam, geralmente às vésperas da eleição é comum se enaltecer os trabalhos dos religiosos, quer sejam evangélicos quer sejam católicos romanos, ortodoxos, carismáticos. Mas na prática pouco se faz a favor dessas instituições, que sim, realizam um trabalho social indiscutivelmente fantástico, reconhecido pelos políticos. Ações que acabam compensando a ausência e a ineficiência do Poder Público.

Por essa razão, apresentei uma proposta de que todo o templo religioso, quer sejam católicos, protestantes, tenham a isenção das taxas cobradas na água, na luz, no telefone, inclusive no gás, para que essas entidades possam ampliar o seu reconhecido trabalho a favor da sociedade.

De pronto, os Deputados apoiaram essa ideia, votaram favoravelmente em todas as comissões, inclusive a Comissão de Constituição e Justiça, e finalmente, depois de vetado, derrubado o veto, seguiu-se à Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A matéria que faço questão de ler, faz o comentário que a aprovação inclusive do assessor jurídico da CNBB, que em nome do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, reconhece que modéstia à parte, a proposta de lei é constitucional e justa.

Diz ele, Dr. Marino Galvão, assessor jurídico da CNBB: “O administrador tem que compreender que não está concedendo uma benesse, como tentam defender os que sustentam a ideia da ADIN de inconstitucionalidade. Mas está compensando uma atividade benéfica para a própria sociedade”. Ou seja, Deputado Artagão que também é religioso, muitas pessoas reconhecem o trabalho social das correntes religiosas, trabalho esse que recupera pessoas, reabilita vidas muitas vezes marginalizadas por todos e que desencadeia na economia para os cofres públicos.

Vou dar um exemplo prático, da Igreja Evangélica: O cidadão é alcoólatra - e posso falar com muita propriedade, porque sou filho de pais alcoólatras - por causa do seu alcoolismo traz uma infinidade de desconforto à família. Quando não agride a esposa, os filhos, vive com problemas no trabalho, quando não desencadeia problemas de saúde. Sendo mais claro, o cidadão alcoólatra inveterado acaba se utilizando, muitas vezes, do serviço de Segurança, porque se envolve, por causa do alcoolismo, em briga de bar e até em acidente de trânsito.

A esposa do mesmo, estressada porque geralmente é maltratada pelo alcoólatra inveterado, tem que recorrer aos postos de saúde, aos hospitais, onde acaba utilizando-se da estrutura pública, onerando, assim, o Estado. O filho, revoltado, para descontar toda aquela pressão negativa, envolve-se com más companhias, quando não segue até o mau exemplo e torna-se, também, um alcoólatra em potencial, envolve-se com a marginalidade, com o crime. E não há investimento público que consiga curar isso. Não existe. Vem a Igreja, voluntariamente, consegue cooptar este cidadão e mudar sua mentalidade. O mesmo, quer por milagre, quer por ideologia - dê o nome que quiser - mas leva-o a ter uma nova vida. E o alcoólatra deixa de ser alcoólatra.

Consequentemente, o seu casamento, que estava comprometido, já não está mais dilacerado, destruído; o filho já não tem mais motivo para odiar o pai ou revoltar-se contra o pai, porque o pai está regenerado; a esposa já não tem mais motivo para se estressar, se aborrecer, viver naquelas constantes brigas e maus tratos, não vai mais depender do Sistema de Saúde. Enfim, indiretamente, este cidadão que muitas vezes não conseguia parar no emprego, não trabalhando, não conseguia contribuir com os impostos, só dava prejuízo para o Estado, passa a ser um cidadão de bem, passa a ser contribuinte.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Então, é uma gama de benefícios desencadeados. Indiscutivelmente, seja qual a entidade religiosa: sejam os católicos, os evangélicos, os protestantes, não importa. Nada mais justo que isentar todos os templos, que voluntariamente, como disse, prestam este serviço tão reconhecido, este benefício para a sociedade e para o Estado.

Não estamos aqui legislando em causa própria. Não estou direcionando apenas para os protestantes ou para os evangélicos. Deputado Antonio Anibelli, V. Exa. sabe, como católico fervoroso, que também os templos católicos serão beneficiados. E consequentemente, sendo beneficiados, desonerando-os da taxa de ICMS, que é ínfima, é muito grande para quem paga, mas para o Estado é pequeno, é insignificante, aí então terão mais fôlego para mais auxílio prestar ao cidadão, ao marginalizado, ao que está desencaminhado.

Fica aqui minha crítica ao jornal Gazeta do Povo, que não é a primeira vez que omitem a autoria de um projeto, de uma proposição. Não sei se é porque tenho uma ação contra este veículo de comunicação, mas está aqui sendo votado hoje pelo Supremo, com grandes probabilidades de ser aprovado, passar a ser negada a ação de inconstitucionalidade. O que tenho certeza, será um grande ganho, um grande avanço para todas as denominações, sejam elas do segmento católico, sejam do segmento evangélico, sejam cristãs ou não.

Fica aqui o registro, e apenas para conhecimento de quem desejar mais informações, podem acessar minha página na internet, que aparece no rodapé do seu televisor. É a Lei n° 14586, datada do dia 22 de dezembro de 2004. Peço, inclusive, que o telespectador torça para que consigamos esta vitória, que não é minha nem tampouco do meu segmento, mas de todos os religiosos, aos quais faço questão de prestar uma homenagem pelos serviços voluntários que prestam à sociedade.

Para finalizar, Sr. Presidente, recebi alguns e-mails na parte da manhã de algumas pessoas que acompanharam, na íntegra, a Audiência Pública com o Secretário da Segurança. E lamentavelmente, ontem, talvez até pela inexperiência de questionamento a um Secretário, precipitei-me e abri mão do tempo da réplica, e também me somo à grande maioria dos Parlamentares e creio que a grande maioria dos paranaenses, de que as respostas do Secretário da Segurança indiscutivelmente, foram muito evasivas.

Por exemplo, quando perguntei para o Secretário acerca do que estava faltando para uma nova contratação, eu não estava me referindo à contratação que ele já tinha anunciado dos 2 mil e 500 policiais, até porque havia um consenso de que aquele número não era suficiente, mas sim paliativo. Estava perguntando se porventura, além dessa contratação de 2 mil e 500 policiais haverá outra, e se não haverá, por quê? É por falta de vontade política, falta de recursos públicos, ou o quê está acontecendo?

E o Secretário, convinha a ele, é óbvio, tendenciou a resposta como se eu estivesse me referindo aos 2 mil e 500 policiais, o que não era a nossa intenção.

Quando também questionei sobre os caroneiros, ora, não acredito que nenhum policial que não esteja em serviço use farda, e os policiais que este Parlamentar e outros tantos Parlamentares que aqui estão costumam dar carona, apesar das famigeradas diárias para esses policiais, todos eles estavam fardados e, portanto, todos eles em serviço. E quando questionados, eles confirmaram que quando não estavam em serviço, estavam fazendo cursos para aprimoramento de sua profissão e, portanto, estavam à disposição do Estado. Ora, se há uma diária e mesmo assim o honroso policial está ali se submetendo a uma carona, alguma coisa está errada! E a resposta do Secretário foi: “Olha, não sei a quais caronas V. Exa. está se referindo”. Engraçado, não é?

Quando questionei sobre a aquisição das armas ponto 40, todos os policiais questionados que eu flagrei com o antigo 38 disseram: “Olha, nem todos os policiais receberam a arma ponto 40”.

Foi por isso que fiz aquele comparativo que, por ocasião da aquisição dos ônibus escolares, o Governador e inclusive o Líder do Governo falou, inúmeras vezes, que a demora da entrega dos ônibus dava-se pelo fato de que incluído na sua política de distribuição dos ônibus escolares estava toda uma preparação para o motorista, estava toda a criação de um roteiro mais rápido para facilitar a busca e a condição das crianças para a escola. Aí falei que todo policial sabe manusear uma arma, então queria saber à que se dava a demora, sendo que pela matemática havia sido adquirido um número suficiente de pistolas ponto 40. A resposta do Secretário foi: “Talvez uma burocracia no processo administrativo.” Ele atribuiu a algum empecilho, a alguma burocracia no processo administrativo. Bom, para ouvir essa resposta eu não precisava do Secretário aqui! Foi uma resposta literalmente evasiva.

Então, fica aqui o meu desapontamento, porque não foram respondidas as afirmações, os questionamentos, e inclusive a minha última pergunta foi com relação aos CONSEGs, e recebi e-mails me solidarizando e me parabenizando, porque os CONSEGs, senão todos mas a grande maioria, não têm recebido sequer o devido apoio ou a devida atenção da parte da Secretaria da Segurança Pública. Não falei em recursos financeiros, falei em apoio estrutural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de registrar a presença dos funcionários da Secretaria da Saúde, que estão aqui presentes pedindo apoio ao seu pleito. Todas as regiões do Estado do Paraná estão presentes hoje para reivindicar aquilo que acham justo para eles e que haveremos, aqui no Plenário, de atendê-los.

Também gostaria de registrar as presenças, aqui na tribuna de honra, do Presidente da Câmara Municipal de Ramlândia, Vereador Orlando de Oliveira; Vereador Élcio Junqueira Brites; diretor executivo Natalino Ferreira; e o diretor da ala jovem do Partido Democrata, Gildo Lorenzo. Sejam bem-vindos! É sempre uma honra receber os Vereadores dos mais diversos Municípios.

Tivemos ontem a oitiva, tão falada, com o Secretário da Segurança Pública. Primeiro quero fazer um esclarecimento: o Secretário veio a convite do Presidente Nelson Justus, num entendimento que tivemos com a Liderança do Governo, marcamos dia e hora. Que fique claro para a sociedade do Paraná, para o próprio Secretário e para os Parlamentares, independente de partido, porque Segurança não é de Oposição ou de Situação, Segurança é um direito da sociedade, e por esta razão que o Secretário esteve aqui. Ele veio para esta Casa tendo em vista o requerimento que apresentamos com 31 assinaturas. Isso forçou e apressou a vinda dele a esta Casa.

Como tem nos falado o Presidente Nelson Justus, com a presença do Líder do Governo e também com a presença do 1º Secretário Alexandre Curi, que quando fizemos aquela reunião e combinamos a data, V. Exa., Deputado Nelson Justus, disse que por sua pessoa o Secretário já deveria ter vindo bem antes para dar os esclarecimentos necessários para a sociedade do Paraná. Para quem ouviu a explanação do Secretário da Segurança, entende que o Paraná é o Estado que mais investe em Segurança Pública, como se no Paraná estivessem resolvidos os problemas e a criminalidade estaria diminuindo.

Ontem contestei o Secretário em relação a alguns números que ele apresentou. Disse ontem e repito hoje quem quiser ter acesso aos números é só acessar o site do Ministério da Justiça. Um trabalho feito pelo Fórum da Segurança do nosso País, que mostra que o Estado do Paraná estava, em 2008, em 22º lugar em aplicação de recursos em favor de Segurança Pública. Quer dizer, ficamos atrás apenas do Maranhão, Ceará, Distrito Federal, Piauí e Santa Catarina. São quatro Estados e o Distrito Federal que investiram menos na Segurança Pública. Descontando a folha de pagamento e os encargos, o Estado investiu, por habitante, em 2008, R\$ 108,90. Quer dizer, é o 22º Estado do Brasil.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

São esses números, que não inventamos. Ninguém trouxe para nós. Está disponível para a população do Estado do Paraná inteiro, que pode acessar isso.

Então, não podemos aceitar quando o Secretário vem para cá e diz que é o Estado que mais investe. Ora, numericamente, já nos manifestamos semana passada, é lógico que no ano passado se investiu em dinheiro mais do que em 2002, do que 2003, porque houve um aumento na receita, Deputado Reni Pereira. Agora, em termos reais, em relação à receita tributária do Governo do Estado - esta é a base - volto a dizer, em 2002 o Governo do Estado investiu 10,39%; em 2008, o Governo investiu 8,45%.

Não quero levar em consideração o Governo passado, Jaime Lerner, Álvaro Dias, José Richa, Jayme Canet, Ney Braga, seja lá quem for. Se o problema existe, temos que enfrentá-lo. Não podemos administrar olhando pelo retrovisor. Temos que administrar olhando para frente, enfrentar o problema, dizer que temos problemas, como o próprio Secretário tem problema, mas não vamos querer culpar Governo passados. Até quando vão culpar o Jaime Lerner? Já estão sete anos no Governo, Deputado Nelson Justus e sociedade do Paraná, no entanto, ainda, em alguns casos: "Ah, por que o Governo passado..." Governo passado é o próprio Governador Roberto Requião, que o mandato dele terminou dia 31 de dezembro de 2006. Ele foi reeleito Governador. Então, ele é o sucessor dele mesmo. Agora, querer culpar Governos lá do passado!

Devo enaltecer aqui, sim, o Presidente da República quando ele, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tenho criticado pelo seu Governo, inúmeras vezes reconhece que Governo passado é ele mesmo.

Uma outra questão que foi levantada pelo Secretário, Sr. Presidente, tenho os dados oficiais que foram passados pela Secretaria da Segurança, olha, Srs. Deputados, vejam aqui, registro de inquérito de homicídios dolosos por mês, mês a mês, tenho aqui comigo de 2007, 2008, 2009. O maior número de registro de inquéritos de homicídios dolosos por mês é agora em 2009. Em 2009, mês por mês, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, tenho esses dados até junho, primeiro semestre. Em todos os meses deste ano, houve o maior registro de inquéritos de homicídios dolosos no Estado do Paraná.

Furto de veículos: também, tenho aqui em minhas mãos. Veículos furtados, roubados no Paraná. Na Capital, Curitiba, foram furtados, no segundo semestre de 2008, que é abril, maio e junho de 2008, e vamos pegar abril, maio e junho de 2009 também, veículos furtados aqui em Curitiba, nesse trimestre abril, maio, e junho de 2008, 1 mil 733 veículos. Agora, neste ano, em abril, maio e junho, foram furtados na Capital 2 mil e 55 veículos. Fora Capital, no ano passado, em abril, maio e junho, foram furtados 2 mil 437 veículos. Este ano, nos mesmos meses, 2 mil 947 veículos. Total de veículos furtados no trimestre do ano passado, abril, maio e junho, total no Paraná, 4 mil 170 veículos. Esta ano foram 5 mil e 22. Então, aumentaram os furtos e os roubos de veículos no Estado do Paraná, aumentou o registro de inquérito de homicídios dolosos, mês a mês. Esses são os números que temos aqui.

Sem falar em uma coisa que conseguimos, ao menos, nessa Audiência Pública, ontem, saber oficialmente quantos policiais militares temos na ativa: o Secretário disse que em torno de 17 mil policiais. A lei que cria os cargos chega próximo dos 22 mil. Mas tem que dizer que desses 17 mil, 3 mil, aproximadamente, estão no Corpo de Bombeiros, outros estão em outros serviços. Então, temos uma defasagem de quase 5 mil policiais militares.

Anuncia-se concurso de 1 mil e 600 policiais militares. O concurso vai acontecer ainda. O policial tem que se preparar, vai ter que enfrentar escola, academia, mil horas, no mínimo. Quando esses policiais vão assumir? Neste Governo? Muito difícil. Só em 2011. Mas, quantos policiais vão se aposentar até 2011? Quantos vão sair da corporação? E dizem mais uma, que conseguimos constatar ontem, que quando o Secretário Delazari assumiu a Secretaria, ou quando o Governo Requião assumiu, tinha 18 mil, em números redondos, policiais militares na ativa. E quantos tem hoje? Dezesete mil. Mil a menos, sete anos após. E como é que vai dizer que nunca se investiu tanto? Claro que se investiu, mas proporcionalmente com relação à receita, não. Poderão até investir este ano, poderão até investir no próximo ano, mas sempre vamos levar em base a receita tributária do Estado do Paraná.

Por falar em Segurança, eu disse ontem do desvio da função, o próprio Secretário disse ontem, o desvio de função era subjetivo e não é objetivo. Claro que é objetivo, porque a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Científica têm funções específicas e não podem desviar-se das funções. Se colocarmos todos os policiais que estão hoje prestando serviço não para a finalidade para a qual foram concursados e contratados, com toda a certeza a sociedade ia sentir a sensação da Segurança Pública.

E mais uma que ontem conseguimos constatar, mas eu queria falar para o Secretário e já levantei uma vez essa questão aqui, se tem uma coisa que é muito sagrada é a nossa Constituição, e o Secretário da Segurança Pública é um homem inteligente, é um homem que vem do Ministério Público, ele sabe que quando tem a lei, a lei tem que ser cumprida, não pode ser descumprida. E a nossa Constituição diz, no seu artigo 45, parágrafo 12: *São direitos do militar estadual: inciso II - Soldo da classe inicial do Soldado nunca inferior ao salário-mínimo fixado em lei, assegurando-se a diferenciação decorrente do escalonamento hierárquico.*

O que isso quer dizer? Que nenhum policial militar pode receber menos no soldo, no salário inicial, do que o salário-mínimo vigente no Estado. Temos salário-mínimo que é nacional e temos salário-mínimo que é fixado pelo Governo do Estado, que gira em torno de R\$ 650. Então, não adianta você querer falar uma coisa - o nosso policial tem que estar motivado - dizer: "Ah, mas agora está recebendo o dobro que recebia no Governo passado". Ora, se o Governo passado não prestou, se no entender deles não prestou, não valeu nada, mas são sete anos para corrigir

essa distorção. Até quando vamos continuar ouvindo essa balela? Até quando vamos ouvir que é culpa do Governo do Estado? Pelo amor de Deus, quem ganha a eleição administra! Ele sabe que você vai ser Governador, se ganhar, e não adianta pôr a culpa nas costas dos outros!

Então, realmente, é lamentável que isso aconteça. E eu cheguei a seguinte conclusão: temos dois Paranás: um é o Paraná do Secretário da Segurança, pelos números lindos, fabulosos e bonitos que ele mostrou; o outro é o Paraná real, da sociedade, que clama por Segurança Pública e mais investimentos nesta área.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns, Deputado, pelo pronunciamento de V. Exa.

Tenho uma carta da Dona Ana Schults, da Capital, que reclama que aqui, na nossa cara e na do Governador Requião, bem em frente ao Museu Oscar Niemeyer, tem um bando de desocupado, que bebem, menores de idade, onde a droga rola solta. Se o Governador abrir a janela ele verá essa cena.

Quando V. Exa, diz que não tem Segurança, eu digo que tem. Quem não tem segurança é o povo. O Requião, na Granja do Canguiri, também tem segurança à vontade. Ele não reclama de falta de segurança, porque o efetivo que está ali à disposição dele é muito grande, extraordinário. Não é só o Governador que precisa de segurança. Todos os paranaenses estão cobrando, porque o clima de medo, pavor, quase de desespero de um assalto é muito grande.

Recebi um e-mail dizendo que é muito difícil que alguém de uma família não tenha sido assaltado ou que não esteja apavorado, com medo de ser assaltado.

Parabéns!

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Obrigado, Deputado Antonio Belinati.

Encerro dizendo que esperamos que o Governo, daqui para frente, comece a administrar olhando para frente e não continue olhando no retrovisor, para tentar achar culpados no Governo passado. Senão, daqui a 100 anos, ainda o Governador Jaime Lerner vai ser culpado pelo não sucesso de qualquer atividade e área de ação do Governo do Estado.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Venho a esta tribuna para tratar de dois temas hoje: do servidor público, que hoje comemora o seu dia; e também do tema de ontem da “escolinha” do Governo, tratado pelo Governador Roberto Requião, muito infeliz, com relação à comunidade LGBT no Paraná e no Brasil.

Com relação aos servidores públicos, quero saudar todos os meus colegas companheiros, trabalhadores do serviço público, que assim como eu exercem essa tarefa importante, para que o serviço público atenda com qualidade a população, que precisa do Poder Público.

Hoje, 28 de outubro, é o dia escolhido para homenageá-los. Nós, no Paraná, no dia de hoje, não fizemos festa. Fizemos um dia de luta, começando às 8 h da manhã em frente ao Palácio, com mais de 1 mil representantes dos servidores públicos, vindos de todas as regiões do Estado, para cobrar, por exemplo, promoções e progressões atrasadas aos servidores públicos da Educação e de outras áreas.

Recebemos no Palácio, em audiência às 10 h da manhã, onde participei junto com o Fórum dos Servidores Públicos. Relatar aqui: agentes de execução; penitenciários; de aviação; de apoio; pagamento na folha de novembro de 2009, no dia 30 de novembro; promoção e progressão - também são progressões e promoções do Quadro Próprio do Poder Executivo. Atrasados há mais de um ano, que serão pagos agora no dia 30 de novembro.

Também recebemos a informação que a Educação, os professores, o Quadro Próprio do Magistério, a progressão que deveria ser paga em outubro, não será paga em outubro. Será paga em 30 de novembro. Ainda atrasados da Secretaria da Educação, total de 32 milhões, período de outubro de 2008 a setembro de 2009. Então, será pago no dia 11 de dezembro de 2009. Uma dívida que o Estado tem com os professores de promoção na carreira desde outubro do ano passado.

Também para os funcionários de escolas será pago retroativo a janeiro. De janeiro a agosto também no dia 11 de dezembro. Então, os servidores públicos do Estado do Paraná receberão, até o final do ano, a dívida que o Estado tem com eles. Esta é a informação, escrita, entregue a todos os sindicatos que compõem os setores públicos, na manhã de hoje no Palácio das Araucárias.

Quero mais uma vez ressaltar por quê os servidores estavam lá no Palácio e estão hoje na Assembleia Legislativa, especialmente o setor da Saúde, que estão visitando todos os gabinetes. Por quê? É preciso Plano de Carreira para a Saúde. As 30 horas da Saúde precisam ser votadas, tem que ser respeitado pelo Governo.

O Poder Judiciário também precisa rever o seu Plano de Carreira.

A Polícia Civil também espera há cinco anos o Plano de Carreira.

E o subsídio PEC que redigimos aqui, debatemos em Audiência no dia 23 de setembro, apresentamos com o apoio de mais de 25 Deputados, que modifica a remuneração da Polícia Civil e da Polícia Militar no Paraná, pagando por subsídio. Queremos ver aprovada aqui.

Também enquadrar os que trabalham, têm formação para tal, mas recebem um salário inferior.

O SAS - Sistema de Saúde do Servidor Público, está literalmente na UTI, precisa ser recuperado. E a previdência? Um Diretor da ParanáPrevidência anunciou pela imprensa que quer rever, voltar a cobrar a previdência dos servidores aposentados.

Não aceitamos isso, por isso estamos na rua. Outra coisa é aumentar a alíquota que hoje é de 10%. Não aceitamos isso, porque aumentar a alíquota reduz o salário.

Também temos outras reivindicações. O servidor público, no dia de hoje, está fazendo lutas, porque têm direitos que precisam ser respeitados e têm direitos que outros Estados já conquistaram e que o Paraná ainda não concedeu aos seus servidores. Por isso, quero homenagear todos os servidores públicos, que representados estiveram aqui, mais de 1 mil pessoas na manhã de hoje.

Agora, quero apresentar aqui uma nota oficial assinada pela Associação Paranaense da Parada da Diversidade, dirigida ao Governador, que representa gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Também estão aqui dois ofícios dirigidos ao Governador, solicitando uma reunião com o Governador pelo grupo GLBT, pela comunidade, solicitando também na Escola da próxima terça-feira um espaço para tratar do tema, que é muito importante para a cidadania dos paranaenses e dos brasileiros, tratar do tema que o Governador tratou na Escola de ontem. Foi uma frase muito infeliz que o Governador fez chegar ao Brasil inteiro, via TV Educativa: “Embora hoje o câncer de mama seja uma doença masculina também, deve ser consequência dessas passeatas gays”. Esta foi a frase que o Governador, na Escola de Governo, numa TV pública, utilizou.

Isto contraria o próprio trabalho que o Governo do Estado do Paraná tem feito ao observar, por exemplo, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, dirigida pelo Dr. Nizan; a Secretaria da Educação, que tem lá dentro um departamento da diversidade; contraria com o que nós na APP, no sindicato, nos diversos sindicatos estamos tratando, com as nossas universidades, fazendo cursos, especializações, fazendo Seminários de combate a homofobia no nosso Estado, de combate à violência, de combate ao crime de ódio.

O Brasil é considerado o País mais homofóbico do planeta. Só no ano passado foram assassinadas 190 pessoas por não serem heterossexuais, por terem uma outra orientação sexual. Em 2º lugar no planeta ficou o México, com 35 assassinatos. O Brasil está disparado na frente.

No Paraná, do começo do ano até agora, tivemos 19 assassinatos, por desrespeito às pessoas que têm uma outra orientação sexual que não seja a heterossexual.

Então, uma frase como esta, vinda de uma autoridade como o Governador do Paraná, não contribui para o combate à homofobia. Ao contrário, estimula o crime de ódio, estimula a violência contra aqueles e aquelas que têm orientação sexual diferente dos heterossexuais.

Não combina com a defesa da vida, porque quando se organiza uma parada da diversidade, quando 120 mil pessoas vão às ruas, como aconteceu no dia 27 de setembro aqui em Curitiba, é para fazer a defesa da vida.

Não tem nada a ver câncer de mama masculino com a parada da diversidade, com a defesa do direito das pessoas terem orientação sexual diferente daquela que tem o Governador, que têm muitas pessoas no Paraná, no Brasil e no mundo.

Então, vejam, estamos clamando para que a Escola de Governo seja aberta, para que se faça o esclarecimento correto para diminuir o preconceito, para que possamos ter uma explicação correta. O câncer de mama masculino afeta, independente do sexo, independente do gênero, independente da orientação sexual das pessoas, e precisa ser cuidado preventivamente, ser tratado, e não pode afastar as pessoas com argumentos desse modo, com brincadeiras desse tipo, afastar as pessoas de prevenção e tratamento porque ficam preocupadas por conta do preconceito.

Já aconteceu, há mais ou menos 30 dias na Escola de Governo, uma outra brincadeira do Governador, quando falou do câncer de próstata, quando envolveu naquela brincadeira preconceito contra japoneses, contra a campanha que precisamos desenvolver. Precisamos de campanhas que defendam a vida, que acabem com preconceitos. Precisamos aprovar leis. Enquanto não se tem Justiça, aprovar leis como o projeto que apresentei junto com a Deputada Rosane Ferreira, de combate à homofobia. Mas não basta um projeto de lei, precisamos de outros projetos, de outras leis para assegurar o direito à vida e a vida com dignidade.

Estamos recebendo aqui representantes da comunidade GLBT, estão aqui acompanhando esta Sessão, que também assinaram o documento que chegou ao Governador, a Rafaeli Wiest, que é presidente do Grupo Dignidade; a Kelly, que é da APPADE - Associação Paranaense da Parada da Diversidade; o Igor Francisco, também da APPADE; Martini, do Centro Paranaense de Cidadania - CEPAC; e a da Adriele Vogue, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Então vejam, precisamos mais do que o Governador receber no Palácio, no gabinete, a comunidade GLBT, para tratar dos vários programas que são importantes de serem tratados no Paraná para combater à homofobia. Precisamos que a nossa TV, que é pública, e também a Rádio Educativa, FM e AM, sejam abertas para uma retratação, para uma explicação, para colocar no devido lugar esse programa que é tão importante para a igualdade.

Sr. Presidente, para concluir, dizendo que o Estado do Paraná, o Governo do Estado, através de várias Secretarias, tem feito um esforço na defesa da igualdade, mas brincadeiras como esta não podem prosperar, é preciso que o Governador, de fato, abra espaço na TV pública, na rádio pública, para que seja feito o encaminhamento correto deste tema.

Quero me solidarizar com a comunidade GLBT do Estado e do Brasil. Portanto, queremos conclamar os Deputados e Deputadas a juntos construirmos leis aqui no Estado para combater a homofobia.

Viva a vida!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos acompanham.

Foz do Iguaçu, nosso querido João Batista Jaquinta está rebatendo aqui o Chico Noroeste. Bom, tenho de respeitar o direito dele de falar bem da área de Saúde de Foz do Iguaçu e ele dá até o endereço dele para o Deputado Chico Noroeste.

Aliás, falando em Foz do Iguaçu, Deputado Dobrandino, os agricultores de toda aquela região, não só de Foz, de toda área de Itaipu, estão ansiosos por uma decisão da Justiça em Brasília, para que eles sejam indenizados, porque eles receberam muito pouco pelas áreas alagadas quando foi feita a Usina de Itaipu. Tomara que Brasília reconheça e determine para Itaipu, que tem bilhões de reais no caixa, que pague essa indenização para cada família de agricultor que perdeu a terra que foi utilizada para a usina.

O Programa Detonação na TV.

E recebo de Guarapuava um ofício interessante, do Edênilson.

Bom-dia Deputado Belinati. Moro em Guarapuava, vi ontem pela TV SINAL o seu comentário sobre a Viação Garcia. Quero dizer que seria um sonho para Guarapuava ter a Viação Garcia aqui. Para o senhor ter idéia, é um transtorno ir pela Nordeste de Guarapuava a Londrina, pois tem dois horários saindo aqui de Guarapuava: às 10h e às 12h, sendo que se a pessoa precisar ir na parte da tarde para Londrina, a pessoa precisa ir até Ponta Grossa, via Princesa dos Campos, e lá pegar outro ônibus da Garcia até Londrina. A Cidade de Guarapuava, de 1999 para cá cresceu muito na área de ensino superior, tanto a UNICENTRO como as outras três faculdades particulares recebem estudantes do Brasil todo e com isso a demanda por passagens saindo e entrando em Guarapuava cresceu bastante.

Para o senhor ter ideia, Laranjeiras do Sul, que fica apenas 108 quilômetros, tem apenas 30 mil habitantes, lá todo dia às 17h30 tem ônibus direto para Erechim e Porto Alegre pela empresa Unesul, visto que em Guarapuava tem muitos estudantes que residem no interior do RS e SC e que estudam em Guarapuava.

Dia desses eu fui de madrugada até Pato Branco, pela Princesa dos Campos, peguei o ônibus à 1h30 da manhã aqui e percebi que embarcaram quatro meninas

com malas do curso de Nutrição da UNICENTRO. Pois bem, chegando quatro da manhã em Pato Branco, percebi que elas estavam esperando outro ônibus. Eram 5h30 da manhã, encostou o ônibus da Unesul, que vai de Pato Branco a Passo Fundo, ou seja, além da Unesul não passar em Guarapuava, elas esperaram uma hora e meia por outro ônibus. Isso é um descaso com Guarapuava, pois temos a rodovia PR-170, que liga Guarapuava à BR-153, que sai em General Carneiro, que inclusive não é pedagiada e que muita gente que vem de SC e RS rumo a SP, MG, que corta caminho por ali, pois poderia perfeitamente ter uma linha de Guarapuava a Passo Fundo pela Unesul ou Reunidas. Isso é apenas um exemplo que relatei. E se formos daqui a Porto Alegre é a mesma coisa, temos que pegar dois ônibus, ou seja, ir pela Princesa dos Campos até Pato Branco, esperar lá na rodoviária deles cerca de uma ou duas horas e pegar a Unesul até Erechim ou Porto Alegre.

Sem contar também para outras Cidades, como por exemplo em Mato Grosso do Sul ou Mato Grosso, ou a pessoa precisa ir pela Princesa dos Campos até Cascavel, ou ir pela Nordeste até Campo Mourão, e nessas localidades pegar ônibus da Eucatur. Sem contar que não temos linha direta para Maringá pela Nordeste, a pessoa precisa ir até Ivaiporã ou Campo Mourão e pegar outro ônibus da mesma empresa. Não temos linhas diretas para Apucarana, Arapongas, Umuarama e Cianorte, sem falar em Palmas, que fica apenas 225 quilômetros de Guarapuava para se chegar em Palmas, ou a pessoa vai até Pato Branco pela Princesa dos Campos, ou vai até União da Vitória pela Nordeste, e precisa pegar outro ônibus até Palmas. A população de Guarapuava acha isso um absurdo, pois temos, segundo o IBGE, 173 mil habitantes praticamente, somos a principal Cidade da Região Central do Estado, inclusive eu mesmo fiz um documento apontando as principais deficiências no transporte interestadual e intermunicipal, mas o pessoal aqui tem medo de mexer com a Princesa dos Campos, medo de represália.

Reportagem extraída de fev/2009 do jornal Estado do Paraná feita pelo repórter Antonio França:

Há mais de meio século, o Paraná não licita transporte.

Desde 1952, Estados e União vêm prorrogando contratos de linhas interestaduais e intermunicipais.

Há mais de meio século, ou mais exatamente desde 1952, o Paraná não realiza licitação para a exploração das linhas interestaduais e intermunicipais de transporte coletivo no Estado. Desde então, a União e os sucessivos Governos paranaenses do período, incluindo a atual administração de Roberto Requião (PMDB), vem prorrogando os contratos através de aditivos, mantendo sempre as mesmas empresas na concessão das linhas dentro e fora do Paraná. O problema já vem sendo investigado pelo Ministério Público, inclusive com decisões judiciais de primeira instância, determinando o cancelamento desses aditivos, considerados ilegais e inconstitucionais.

A situação levou o Deputado Estadual Marcelo Rangel (PPS), Presidente da Comissão de Transportes da Assembleia Legislativa, requerer os procedimentos do Governo Requião em relação ao setor. O último a prorrogar os contratos foi o próprio Requião, mantendo orientação do Departamento de Estradas de Rodagens (DER).

Rangel quer saber de que forma são autorizadas as concessões e também a relação das empresas que fazem o serviço atualmente e quando vencem suas concessões. “O que dá para adiantar é que não há critérios adotados para licitar, nem prorrogar contratos. É uma espécie de agrado político. As empresas se sentem donas das linhas, pelo que se percebe”, critica o Deputado. No Paraná, são 736 contratos assinados entre empresas, DER e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Desse total, 732 contratos foram prorrogados e houve apenas quatro concorrências, mas para novas linhas criadas e licitadas na década de 80.

Uma das principais empresas beneficiadas é a Viação Garcia, que além de explorar a maioria das linhas paranaenses, tanto estaduais como interestaduais, tem outras duas outras empresas pertencentes ao grupo empresarial: Princesa do Ivaí e Viação Ouro Branco. No entanto, se mantém contratos antigos com empresa como Expresso Kaiowa, Nossa Senhora da Penha, Princesa dos Campos, Viação Umuarama, Princesa do Norte, Lapeana, Graciosa, Expresso Maringá, Eucatur, Viação Nova Integração, dentre outras.

Histórico - A falta de licitação para explorar as linhas já é antiga e ganhou força no Governo Requião, que manteve a prática desde seu primeiro mandato na década de 90. Neste quase meio século, o único Governador que tentou mexer nesse respeito foi Álvaro Dias (PSDB), que governou o Estado entre 1987/1990. O ex-Governador pediu que o Líder do Governo da época, ex-Deputado Neivo Beraldin (PDT), fizesse um Plano Diretor para o Transporte de Passageiros no Paraná, com critérios e formas de licitação, e ainda apresentasse uma emenda à Constituição do Estado, que tornava obrigatória a licitação para a concessão deste tipo de serviço. O projeto foi apresentado em 1987 e só foi votado em 1995 - nove anos depois. Já no comando do Estado, a bancada do ex-Governador Jaime Lerner derubou as duas propostas.

Nessa época, como Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembleia, Beraldin enviou o relatório de suas investigações ao Ministério Público. De lá para cá, os contratos permaneceram sendo renovados sem licitação. Beraldin suspeita que as concessões são moedas políticas acertada em épocas de campanha e cumpridas pelo Governo depois de eleito. “Isso virou regra”, denunciou.

Silêncio - Procurado pela reportagem do Jornal do Estado, o Diretor Geral do DER, Rogério Tizzot, disse que estava ocupado e que não falaria sobre a falta de licitação das linhas do transporte no Estado. O setor de comunicação informou que não se licita linhas do transporte de passageiros desde a década de 80.

Até agora, os contratos foram renovados sem concorrência. O DER também informou que é no ato da assinatura das renovações que se decide valores de passagens. Com isso, através de prorrogação, mantém-se o monopólio e os valores das passagens são cobradas em acordos entre empresas e o Governo.

O DER disse que não fez licitação até agora porque falta um Plano Diretor para o setor, o que estaria pronto ainda neste ano. “A licitação obedecerá esses critérios do plano, mas a concorrência depende do Governador”, informou a assessoria de imprensa do DER. A ANTT disse que necessariamente neste ano deverá haver nova licitação, uma vez que vencem a maioria das concessões do Paraná em dezembro de 2009. A assessoria de imprensa do Palácio das Araucárias não soube informar quantos, dos 736 contratos existentes, teriam sido renovados por Requião. Como em outras questões, os contratos foram considerados sigilosos pela Procuradoria Geral do Estado.

Transporte/Requião barrou investigações na Assembleia.

Antônio França.

Uma investigação minuciosa sobre os contratos com empresas de transporte de passageiros foi barrado pelo Governador Roberto Requião (PMBD), no seu segundo mandato, em 2005. Na ocasião, as constantes renovações sem critérios e feitos de forma sigilosa foi questionada pelo ex-Procurador do Estado, Luiz Henrique Bona Turra. Por causa de denúncia, o Governador o demitiu, mesmo sendo um profissional concursado e de carreira dentro do serviço público. “Foi uma retaliação e uma perseguição”, disse o ex-Deputado Neivo Beraldin (PDT), que acompanhou todo o processo.

Na ocasião, Bona Turra acusou o Governador Requião de ter permitido a prorrogação de contratos de concessão de transporte coletivo intermunicipal sem nenhum tipo de critério técnico, usando apenas acordos políticos para renovações. Um requerimento para investigar o caso foi engavetado pela base de apoio a Requião na Assembleia Legislativa. O ex-Procurador, depois de demitido, foi procurado pela reportagem, mas não foi localizado.

Transporte/Recurso deixa contratos sub judice.

Antônio França

Desde o ano passado, os contratos das empresas que exploram linhas intermunicipais e estaduais no Paraná estão sub judice. O Ministério Público Federal (MPF) com base nas informações obtidas da Assembleia Legislativa, impetrou ação contra as empresas de ônibus, o DER e a ANTT. O Juiz Federal Substituto da 5ª Vara Federal de Curitiba, Vicente de Paula Ataíde Júnior, julgou nulos os contratos destas empresas pelo fato de terem sido renovados sem licitação, dando razão à ação civil pública proposta. De imediato, o magistrado mandou suspender a exploração das linhas, mas as empresas e os dois órgãos envolvidos entraram com recurso e obtiveram liminar junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, até que a ação fosse julgada em instâncias superiores.

A Procuradoria do Estado informou ontem que, enquanto a ação não for transitada e julgada, não terá efeito. A Associação Brasileira de Empresas de Transporte Terrestre (ABRATI) informou que, havendo derrota no TRF, a causa deverá chegar até a última instância, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. Desta forma, o serviço oferecido pelas empresas continuará funcionando regularmente, até que ocorra uma decisão definitiva sobre o caso. Segundo uma informação do advogado das empresas, Ricardo Jorge Rocha Pereira, o argumento usado no recurso é que a ação civil proposta perdeu o objeto, pois o que a motivou, a falta de licitação, está sendo providenciada pela ANTT.

O MPF aponta ilegalidades nas concessões feitas depois de 1988 e pede que sejam anuladas. Segundo o órgão, a Lei nº 8987/95, que trata da concessão de serviços públicos, determina que os contratos anteriores à Constituição de 1988 permaneçam válidos apenas até que se faça novo processo de licitação. O Decreto nº 2521/98, que regulamenta a lei, estabelece a validade desses contratos até outubro de 2008. A Procuradoria justificou que o decreto é ilegal, por contrariar a lei que deveria regulamentar.

Dessa forma, o Juiz entendeu que os contratos teriam que ser cancelados e o Governo deve abrir novas licitações. Depois de saber da existência do requerimento do Deputado, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Elton Venturi, informou que fez novos estudos sobre o assunto e que se pronunciará oficialmente na próxima semana”.

Peço que dê uma olhada no documento em anexo, que elaborei sobre alguns gargalos e possíveis soluções para o transporte intermunicipal e interestadual que envolve Guarapuava e algumas Cidades. Abraço.

Ele tem muita competência para analisar. Guarapuava é uma Cidade grande, mas em termos de transporte está mal servida.

Vou encaminha esse expediente à Comissão de Transporte desta Casa.

Recebo e-mail do Guilherme Sell:

Caro Deputado Belinati, pense: a Segurança Pública está assim hoje por uma série de falhas e inoperâncias do Governo.

Se há água, leite e luz de graça, assim como os enormes investimentos em Educação, valorização, geração de empregos e renda, seguindo uma linha esquerdista de Governo, conforme deixou bem claro o Governador no primeiro dia de Governo, ao que me parece esse trabalho deixou bem claro o Governador no primeiro dia de Governo, ao que parece esse trabalho na região social é falha, uma vez que a Segurança Pública está próximo do colapso. É raro não ter passado por algum problema relacionado a violência, ou conhecer alguém próximo que tenha sofrido com isso. Os reflexos nas relações humanas são drásticos, a começar pela precaução adotada para tentar se evitar a violência. A Cidade está sitiada e os métodos de Segurança parecem não ser mais

eficazes. São cercas elétricas, ouriços cortantes, alarmes, câmeras e tudo que se possa imaginar para oferecer uma das funções que é obrigação do Estado, mas não cumpre. A ilha da fantasia, repassada pela publicidade oficial ou velada, que ocupa os canais públicos e educativos para promoção e marketing de um Governo, já ceifou milhares de vidas. A alta carga tributária se justificaria por uma via de retorno por parte do Poder Público, mas não é o que ocorre. Hoje pagamos por um segundo Governo, que nos garante paralelamente as funções básicas e obrigatórias do Estado.

A Segurança Pública é o reflexo de uma série de falhas e inoperância do Estado. É o fim da linha de um Governo inoperante em vários setores.

Atenciosamente, Guilherme Sell.

E-mail do Oscar. O Secretário veio aqui ontem e o bolso do policial vai continuar aguardando. Faz cinco anos que estão enganando e iludindo os policiais civis.

A nossa querida Vera, do Movimento das Esposas de Policiais Militares, esta num movimento danado. Estamos lutando para implantar o subsídio como forma de pagamento, porque os policiais tem uma perda de quase 30% no seu miserável salário. Agora, tomara que essa PEC do Subsídio seja aprovada. E também passar de 100 para R\$ 150 a hora que o policial trabalhar fora do expediente. Vamos continuar lutando.

E-mail da Carolina Araújo Nunes Mello:

Mais um comentário infeliz do nosso Presidente, como se já não bastassem os outros, agora Lula também coloca o nome de Deus no meio de suas trapalhadas...

Um desrespeito aos verdadeiros cristãos...

Deprimente.

E-mail do Davis Andrade:

Assisti, ontem, através da TV SINAL, a audiência do Sr. Secretário da Segurança Pública, o ex-Promotor Delazari, na Assembleia Legislativa do Paraná.

Vou resumir:

- a operação policial da segunda-feira foi, realmente, uma farsa - como bem disse S. Exa. o Deputado Rossoni - teatro de quinta categoria. Dizer o contrário é subestimar a inteligência mínima do homem médio;

- não existe nenhum Plano de Cargos de Salários para os servidores policiais civis.

Ficou muito nítido que o Sr. Secretário Delazari nada se importa com os funcionários de base. Só tem discurso vazio. Ele só sabe falar de Coronel e delegado, para ele, o resto é resto, é o nada. Detalhe: quem fica noites em claro, protegendo a população, não é o delegado, nem o Coronel. Tudo que diz respeito ao funcionário, ele empurra para a Secretaria da Administração: fica evidente a soberba e indiferença. É inconcebível que um Secretário que se diga de Estado - nada saiba acerca de seus funcionários.

Passado das 19h, durante a sabatina - para muitos Deputados não passou de conversa de cumpradre - o Sr. Secretário demonstrou cansaço, alegando o avançado da hora. E ele estava no ar-condicionado, com cafezinho,

água mineral, poltrona estofada de R\$ 3 mil, usufruindo de toda uma estrutura de Estado maior - seria deselegante dizer prosélitos?

Pergunto: e aqueles, como eu, que durante a vida inteira já ficamos centenas - talvez milhares - de noites inteiras em claro, em feriadão e datas comemorativas, longe da família, nos plantões nas delegacias, em rondas pelas ruas, podemos demonstrar cansaço e alegar o avançado da hora?

Fica o meu convite ao Sr. Secretário Delazari: se quer realmente conhecer o avançado da hora, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, risco para a vida, por favor, venha fazer um único plantão noturno em sua vida, e então saberá, realmente, o que é cansaço, físico e mental.

Ficarei feliz se alguém der uma explicação sobre questão que considero relevante: por que uma pessoa abandona uma carreira promissora no Ministério Público, a mais séria instituição do Brasil - onde pode se chegar até o Ministro do Supremo Tribunal Federal - para se apegar tanto a um cargo demissível ad nutum? Por que tanto amor ao poder?

Em conclusão, no momento, não resta outra alternativa: o único caminho será uma greve dos servidores Policiais Civis.

Precisamos participar, massivamente, do movimento paralisatório já marcado para o dia 10 de novembro.

Obrigado.

Davis Andrade Oliveira da Cruz - escritor aposentado.

O povo não gostou das colocações do Secretário. É verdade que o Paraná está inseguro. Isso ninguém pode negar e a violência está em todo canto na Cidade grande, na Cidade pequena.

Temos mais um e-mail:

Gostaria de parabenizar o nobre Deputado pela excelente atuação na Assembleia hoje, em relação às perguntas feitas ao nosso Secretário da Segurança, da forma brilhante que o senhor defendeu as nossas polícias, em matéria de salário, equipamentos, efetivo e forma de trabalho, também na maneira que o senhor falou do subsídio aos meus companheiros, para que aprovelem o quanto antes esta PEC, que eles não esqueçam que o ano que vem tem eleição, e do porquê que o Governador ainda não implantou, se é um direito nosso há 11 anos. Como sou policial militar, peço que mantenha meu nome em sigilo, pois como sabe posso ser punido por manifestar meu pensamento. obrigado por nos defender.

Ass: um policial.

Procurei conduzir a nossa linha de pensamento em cima da dignidade civil, militar, e dos bombeiros estão sendo vítimas de uma violência que são os baixos salários. Isso também é direito humano, a dignidade dos policiais quando eles não recebem os vencimentos que merecem. Isso é atentar também contra a dignidade dos nossos policiais.

E-mail do Anderson:

O senhor está de parabéns, Deputado, em lutar por um mísero aumento salarial para nós policiais militares, que muitas vezes passamos frio, calor, enfrentamos chuva, ventos, emoções psicológicas, até fome em determinadas ocorrências que duram horas, para agora chegar o Secretário aí e falar que está tudo bem, que os PMs estão ganhando bem, está tudo tranquilo. Me diga, Sr. Secretário da Segurança Pública: com que prazer, com que ânimo eu irei atender a população do PR, como irei transmitir o bem para as pessoas, se não consigo nem transmitir o bem-estar na minha própria casa, com esse salário?

E-mail do Sr. Guilherme Sell:

Parabéns, Deputado. Sou paranaense e estou retornando essa quarta de uma viagem à São Paulo. Aonde vou, o comentário é geral sobre a vergonha de ter um representante como esse no Estado. O exemplo para o Brasil, como o Governador dizia nas ações de Governo, agora é vergonha para o Brasil. Uma retratação é mais do que necessária. Os paranaenses não merecem mais ser motivo de chacota.

Atenciosamente, Guilherme Sell - jornalista - Curitiba/PR.

Hoje é Dia do Servidor Público, mas o que é que o servidor público vai comemorar hoje? Policial clamando pelo subsídio, para aumentar hora extra, policial clamando pelo Plano de Cargos e Salários, os funcionários da Assembleia Legislativa vão comemorar o quê, se não receberam a URV? Há um descontentamento geral no meio dos funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, que já foi paga em todos os outros Poderes e aqui, onde se faz, as leis, não se paga. Tem funcionários de empresas terceirizadas aqui que estão ganhando menos que o salário-mínimo.

O servidor está mal pago, tem tido uma perda salarial e vai comemorar o quê? é o caso do pessoal do SindSaúde, que há quanto tempo estão sendo empurrados de barriga e não resolvem o problema deles? Nossa solidariedade ao SindSaúde, aos servidores públicos, aos servidores e servidoras da nossa Assembleia Legislativa, que clamam pela URV.

O Governador Roberto Requião está na mídia de todo Brasil. O Arnaldo Jabour, no comentário da Rede Globo, também fez uma indagação no final: "Será que no Paraná não tem gay?"

Quero começar analisando o pronunciamento do Governador, lembrando que na minha visão esse pronunciamento do Requião, que já ofendeu quem tem câncer de próstata, que já ofendeu quem tem olhinho mais puxado porque é japonês, é o estilo dele. Tem uma parte da população que gosta do Requião do jeito que ele é.

O Requião, com esse comentário infeliz, agrediu o íntimo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Gostaria de aproveitar essa oportunidade, estou feliz porque recebi o SindSaúde, os servidores desse

Estado sempre me procuram como Líder do Governo, porque sabem que posso ser o interlocutor junto ao Governo, e para mim é uma alegria poder servir aos servidores públicos do Paraná.

Mas, quero dizer o seguinte: penso que V. Exa. é uma pessoa muito inteligente. Aliás, diga-se de passagem, seguramente é dos mais inteligentes, porque menino ainda eu o conheci, como uma pessoa habilidosa, em Londrina, na década de 70, V. Exa. já era famoso. Nós estamos no ano de 2009 e V. Exa. continua.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

V. Exa. me desmonta com esta conversa bonita. Quer dizer que quando jogava bolinha de vidro, usava calça curta, era uma criança, eu já estava na vida pública?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

No rádio. Eu ouvia V. Exa. no rádio. Então, tenho um admiração, porque é uma história de vida a sua. E V. Exa. sabe, também. O Governador Roberto Requião fez uma referência, uma piada de mau gosto, nada mais do que isto. E penso que não dá para tentar transformar este episódio como se não houvesse, por parte do Governador Roberto Requião e do nosso Governo, um profundo respeito em relação à diversidade, e claro, a todas as manifestações, que cada um individualmente faz. E coletivamente. Tanto que o Grupo Dignidade já tem o Governador Roberto Requião como uma pessoa que sempre foi um defensor dos direitos das pessoas que têm uma opção sexual diversa daquela que, do ponto de vista formal, pelo menos, vieram ao mundo.

Penso que não podemos transformar este episódio numa brincadeira de mau gosto - eu acho de mau gosto - como se fosse essa a opinião do Governador Roberto Requião em relação ao tema e nem do Governo. Temos um profundo respeito. E V. Exa., que é sabedor, sabe que a vida pública é assim mesmo. Outro dia o Presidente Lula, que é um dos homens mais inteligentes deste País, para demonstrar como é difícil governar o Brasil, fez uma comparação absurda entre Jesus e Judas, mostrando o quanto era difícil governar o Brasil, que tipo de conciliação tem que se buscar para governar.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Aliás, Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. é do PMDB, vamos aproveitar este embalo do Lula de usar o nome de Cristo, já andaram colocando até na internet que o Lula acabou de negociar com o PMDB. Será que ele está clamando o PMDB de Judas Iscariotes, que Cristo faria qualquer negócio com o Judas? Isto já está correndo aí pela internet.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. pode dizer melhor que eu, pois pertence ao PMDB. Saiu do PMDB e foi para o PDS. V. Exa. conhece como funcionam as injunções da política. E fez isso, me contou à época, para beneficiar Londrina,

cedendo ao regime da ditadura da época, para poder ter verbas para Londrina. V. Exa., que pertencia ao Partido da Liberdade, teve que fazer um acordo com Judas, com o Diabo, para poder governar Londrina. Então, V. Exa. sabe que é complicado este processo todo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Um dos maiores inimigos o antigo MDB foram ser cardeais no PMDB. Jayme Canet, inclusive, que era inimigo ferrenho do antigo MDB. Os inimigos lá de trás passaram a ser os mandatários.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

E veja como é que o Governador Canet, que foi um grande Governador neste Estado, foi importante no processo da redemocratização. Graças a ele José Richa pôde ser Governador do Estado, pudemos por um fim à ditadura aqui no Estado do Paraná e iniciar um processo de progresso dos regimes democráticos.

Então, V. Exa. sabe que este processo é dialético. Mas, em relação a este processo todo, V. Exa. sabe muito bem, não dá para explorar. V. Exa. é um homem inteligente. Tenho o maior respeito e admiração pelo Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli. Entendo que a colocação infeliz do Governador Roberto Requião atinge, sim, quem está com câncer. Uma pessoa, homem ou mulher, quando descobre que está com câncer, passa por um momento, um abalo emocional terrível. O abalo psicológico é difícil até de descrever, as primeiras reações. Quando uma mulher, por exemplo, fica sabendo, e ela toda bonitona, toda charmosa, vai ter que ser mutilada, vai ter que tirar um seio; de repente a doença se espalha e tem que retirar o segundo seio; de repente o médico não consegue conter o problema e essa mulher vai a óbito. E não é diferente com o homem ao descobrir que está com câncer no mamilo. Então, essa afirmação do Governador Requião atinge, na minha visão, não apenas o gay, a lésbica ou o travesti, mas atinge a todos de um modo geral. Ela ofende a todos.

Daqui a pouco o que poderá acontecer? De repente alguém vai pegar câncer e poder ser alvo de chacota: "Ah, foi lá na parada gay!" Além de estar sofrendo e arrasado emocionalmente, porque está com câncer, ainda vai ter que ouvir gozação: "Ah, esse foi lá na parada gay." E sabemos que aqui, 250 mil, quase 300 mil pessoas participaram da última parada aqui em Curitiba, mais de 1 milhão em São Paulo e tem aqui no Paraná mais ou menos 1 milhão entre gays, lésbicas e travestis. Tem gay, lésbica e travesti em todo o canto! Deve ter aqui na Assembleia Legislativa, às vezes um ou outro enrustido, tem na escola, tem na Igreja, tem na sociedade, tem no ambiente da alta sociedade ou até no meio do pobre. Então, para quê? É um direito, é uma opção que a pessoa fez e que temos que respeitar, gostando ou não!

Isso é um preconceito deplorável e condenável. Tem aí os direitos humanos, que asseguram o direito de ir e vir, o direito de você poder viver ao seu modo, respeitando as leis do nosso País.

Então, já que estamos diante de uma situação muito triste, porque o Paraná está entre os Estados do Brasil onde mais são assassinados travestis, homossexuais, é uma violência constante aqui, e tivemos há pouco tempo, na Capital, gente da alta sociedade cometendo assassinato contra gay. E daí fica aquela indagação: será que com uma colocação infeliz do Requião, será que isso não pode servir até para instigar mais ainda a violência contra o gay, contra a lésbica e contra o travesti? Pode, sim. Uma colocação infeliz pode, consciente ou inconsciente, estimular a violência. De repente vamos ter mais páginas do noticiário policial dando conta para o Brasil de novas mortes aqui no Paraná, que é o que não queremos.

Então, só cabe um caminho: que é o Governador Requião chamar todas as lideranças desses movimentos, por exemplo a ABGLT, que é a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, que foi criada aqui em Curitiba, em 1995, e já tem 210 entidades do Brasil que estão ligadas à ela. E de repente, em uma Cidade com uma entidade tão forte, vemos essa manifestação infeliz do Requião. Então, qual é o caminho?

O Governador abrir a “escolinha” de Governo e, diante das câmeras de televisão, pedir desculpas. Não é feio, não! Pedir desculpas a quem está com câncer de próstata também, que há pouco tempo foi ofendido. Pedir desculpas aos japoneses, que foram ofendidos pela sua raça. Acho que é o único caminho: senta com todo mundo, troca um abraço, pede desculpas e diga ao Brasil que aqui cada um faz a sua opção sexual do jeito que entender. É uma questão, que Deus abençoe a cada um e que cada um que fizer a sua escolha possa meditar.

Outro dia estava vendo na TV Bandeirantes uma reportagem sobre travestis em São Paulo e eles mostraram ali o que há de sofrimento por trás desse povo que é renegado, que é rejeitado pela sociedade. O problema psicológico e emocional que esse pessoal sofre, foi uma reportagem jornalística muito séria, mostrando que temos que estender o nosso amor, o nosso respeito, sim, a quem fez essa opção sexual.

Com a palavra Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, Deputado Belinati, concordo *ipsis litteris*, o senhor está realmente correto. O improvisado leva, muitas vezes, a pessoa a lugares onde ela não quer ficar ou estar.

O que aconteceu com o Sr. Governador na Escola de Governo foi uma infelicidade, foi algo terrível, pronunciado pela maior autoridade do nosso Estado, que infelizmente teve uma repercussão nacional e até internacional. Acho que o senhor está com toda a razão, o Sr. Governador teria que vir a público pedir desculpas, com humildade.

Aliás, a humildade também é reconhecimento, reconhecida, se o Governador fizer isso através de nota oficial. Eu não recebi nenhuma nota oficial a respeito desse equívoco, dessa declaração que infelizmente atingiu muitas pessoas. Essas pessoas que são acometidas dessa terrível patologia, os homossexuais. Enfim, acredito que o Governador poderia ter a grandeza e a humildade de realmente reconhecer que errou. Fez uma declaração extremamente infeliz.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado. Tem um ditado, desde criança que ouço, às vezes a pessoa está bêbada, isso pode acontecer até com um político, você vai fazer um comício, o cara que está bêbado, lá na plateia, se ele não gosta de você ele xinga, ele fala o que pensa. Muitas vezes, quando o político é ofendido pela pessoa embriagada, a família vem lá: “Olha fulano, não leve a mal, você sabe, ele estava bêbado.”

Mentira, o bêbado fala para o político aquilo que ele pensa quando não está bêbado também. Apenas ele cria um pouco mais de coragem quando está alcoolizado, ele bota para fora o que sempre pensou.

O Governador Requião foi infeliz na brincadeira, sim. Agora vamos esperar que ele mostre que no dia a dia, de fato, ele não pensa daquele jeito, que ele tem respeito para cada um por sua opção sexual. Um respeito que é dignidade, porque no mundo inteiro o preconceito é condenável. Já tem casos até nos Tribunais. Ainda hoje alguém estava analisando comigo que isso pode ser motivo até de ações por danos morais no âmbito da esfera do Judiciário, porque houve, sim, uma agressão.

Aí vem a pergunta: será que no dia a dia não é daquele jeito que o Requião pensa? Será que foi só naquele momento? Ou até por conveniência, agora: “Olha, foi apenas uma brincadeira”.

Mas em todo o caso ainda há tempo de o Requião pedir perdão a Deus, porque quem não respeita um ser humano é com Deus que vamos ter que prestar contas. Volto a repetir: cada um merece ser tratado com dignidade, com respeito. A essas criaturas, 1 milhão no Paraná, eles têm parentes, têm amigos, um Estado de 10 milhões de habitantes é um contingente poderoso, que se o Requião não se retratar no ano que vem, ele vai precisar do voto, e quem for agressor, quem ofender, quem não tratar com respeito o gay, a lésbica, o travesti, com toda certeza, com o grande peso que eles têm eu não tenho dúvida que ninguém será eleito Governador, ou Senador do Paraná, se não tratar com dignidade, com respeito, esse povo é merecedor.

Requião, ainda há tempo.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PDT, Deputado Neivo Beraldin.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Subo à tribuna na tarde de hoje para reforçar o pronunciamento que fiz ontem, com a presença do Secretário da Segurança aqui nesta Casa. Ontem dizia ao Secretário e conclamava os Deputados sobre uma questão que temos que buscar uma solução: criamos clínicas para dependentes químicos, para que tenham a terceira saída. Hoje eles têm duas saídas: uma é o cemitério e a outra é a cadeia. É dever do Estado oferecer a terceira oportunidade, oferecer clínicas de recuperação para que possam retornar à vida normal e terem a saúde tratada, que é obrigação e dever do Estado. Sabemos que muitas crianças que estão nas ruas, viciadas em crack, gostariam de ter essa oportunidade do tratamento e ter uma vida normal. Sabemos que os pais sonham em poder ter a oportunidade de dar essa condição de tratamento para seus filhos. Sabemos a tristeza que é para uma família ter um dependente químico.

Estamos aqui discutindo o orçamento público de 2010. Está em nossas mãos. Podemos oferecer uma emenda coletiva dos 54 Deputados Estaduais para que se construa, no mínimo, uma clínica de recuperação nas Cidades polos do nosso Estado do Paraná. Não adianta só discutirmos aumento do policial, aumento de recursos, também é necessário, mas todas as pessoas têm que se envolver nessa questão dos dependentes químicos.

Concedo um aparte ao Deputado Professor Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Quero elogiar seus pronunciamentos aqui nesta Casa. Eles têm sido ótimos. Quero parabenizá-lo e me somar a V. Exa. para que tenhamos clínicas públicas de recuperação. Precisamos de políticas públicas de prevenção. E quando se tem necessidade de se recuperar, é preciso de amparo público. E as famílias estão desesperadas, procurando um lugar para tratar os filhos. V. Exa. tem toda razão. Conte conosco, porque esta é uma necessidade do nosso tempo.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Acolho com muito prazer o aparte do Deputado Professor Lemos.

Concedo um aparte ao Deputado Fernando Scanavaca.

O Sr. Fernando Scanavaca (PDT)

V. Exa. está coberto de razão em levantar essa questão, pois é de Saúde Pública, realmente, o crack.

Por meio do orçamento, podemos ampliar os recursos para as clínicas que já estão hoje credenciadas e carecem de mais recursos; e para que a nossa juventude possa ter um tratamento digno, de respeito, e que

realmente o viciado possa largar o vício, por meio do Serviço Único de Saúde. Acho que estamos no momento certo de fazer com que os recursos da área da Saúde possam ser mais bem distribuídos, principalmente para que mais clínicas possam se credenciar e ter um tratamento em todo Estado do Paraná.

Parabéns por levantar essa questão e, com certeza. Essa é a maior segurança que precisamos, hoje, no nosso Estado. Parabéns pela ideia de estar levantando essa questão da droga no nosso Estado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Muito obrigado pelo aparte, Fernando Scanavaca, Deputado que representa muito bem o nosso Paraná.

Temos que observar essas clínicas. V. Exa. lembra bem que existem clínicas credenciadas. Temos que fazer uma análise de que tipo de tratamento essas clínicas têm. Não adianta colocarmos 300 pessoas dentro de uma clínica, sem psiquiatria, sem psicólogo, sem uma equipe multidisciplinar que seja altamente preparada para essa questão de recuperação dos dependentes químicos. Conheço bem uma de Campo Largo, porque muitas pessoas que lá se internaram me falam muito bem, que saem de lá com um tratamento realmente à altura da necessidade do seu problema.

Acho que poderemos, sim, fazer um entendimento entre todos. Que não seja uma emenda de um Deputado, mas que seja dos 54 Deputados, com anuência do Governador, para que, efetivamente, possamos tratar esse assunto como de interesse do Estado.

É uma obrigação nossa trazermos aqui na tribuna as inquietações que colhemos nas ruas e, efetivamente, por onde tenho andado no Paraná, tenho encontrado muitos pedidos de muitas mães, de muitos pais, para que se faça alguma coisa nesse sentido. Tenho certeza que os 54 Deputados aqui conhecem essa problemática, e devemos nos irmanar no sentido de fazermos uma emenda, destinarmos esses recursos para dar oportunidade àquele que, num momento de infelicidade, acabou consumindo droga e tornou-se um dependente químico, para que ele tenha uma outra oportunidade, que seja a da recuperação.

Sabemos que muitos entram na droga por questões de desigualdade social. Muitos começam experimentando e, depois, acabam sendo vendedores dessa cadeia maldita que é a cadeia da droga.

Quando fui membro da CPI de Drogas do Estado do Paraná, conheci muito essa questão por dentro. Tivemos relatos de pessoas que têm firma que vende drogas. Na época, um traficante nos relatou que ele só podia vender drogas no Largo da Ordem e tinha 30 vendedores. Então, ele nos disse, naquela época, em 2002, 2003, que tinha em torno de 150 firmas em Curitiba. Então, imagine quantas pessoas estão sendo possuídas por essa rede de drogas. E também tem aqueles que vão lá, inclusive aqueles mais bem abastados de recursos, e compram a maldita cocaína, o maldito crack e levam para o seio das suas famílias.

Hoje, já temos problemas dentro dos condomínios de luxo de Curitiba, problemas sérios com vizinhanças. Então, temos que enfrentar esse problema. E enfrentar esse problema é dar oportunidade ao cidadão para que possa entrar numa clínica de recuperação de dependentes químicos.

Era isso, Sr. Presidente, conto com V. Exa. também para que possa encabeçar esse pleito, que seja um pleito da Casa, do Poder Legislativo, para oferecer à sociedade essa oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PMDB: com a palavra o Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados.

Venho a esta tribuna porque quero fazer a minha fala no sentido da vinda do Secretário da Segurança, ontem, a esta Casa. Foi importante a vinda dele e eu também assinei o pedido de convocação, embora tenha vindo através de um convite, porque sempre fui favorável à vinda do Secretário aqui à Casa para trazer os esclarecimentos necessários. A democracia é isso. E achei importante a sua vinda.

Acompanhei ontem todos os questionamentos dos Srs. Deputados, acompanhei muito atento as explicações que o Secretário deu, o que discorreu aqui sobre os investimentos do Governo. E sabemos que isso é verdade. Gostei da postura do Secretário, pelo menos ele foi paciente diante de todas as perguntas, das críticas, das denúncias, dos questionamentos dos Deputados. Portou-se de forma correta, isso foi importante. As cobranças que os Deputados fizeram ao Secretário são todas pertinentes. Os Deputados têm, na verdade, o direito e a obrigação de fazer essas cobranças. Mas sabemos, por outro lado, do investimento que o Governo faz na Segurança Pública. E quero dizer aos Deputados que se fizer o dobro disso, a Segurança, com toda certeza, continuará como está.

Está ruim a Segurança? Está muito ruim. Sabemos que está muito ruim, concordo com os Deputados. A segurança está péssima no Paraná e no Brasil. Precisa melhorar o salário dos policiais? Precisa. Isso se faz necessário com urgência, porque com certeza vai dar mais estímulo aos policiais para atingirem o seu trabalho, que é bom, importante, que é o trabalho da Polícia no Paraná. Mas ninguém discutiu aqui, em nenhum momento eu vi, qual é a causa disso.

Vemos hoje tantos jovens já no caminho das drogas. E eu pergunto: qual é a causa disso? Sabemos que 99% dos crimes que acontecem neste Brasil são motivados pelo tráfico de drogas, a grande maioria. O que mata, o que morre, tem ligação com a droga. E eu lhe pergunto:

o Paraná produz essa droga? Essa droga é produzida no Paraná, ou no Brasil? As armas de grosso calibre, inclusive, nas mãos dos criminosos em grande quantidade, é o Paraná quem fabrica? Entram pelas fronteiras do Brasil, vêm de outros Países. Em todos os Países do mundo, o Governo coloca a sua Polícia, a guarda fronteirista, o Exército, sei lá, para cuidar da fronteira do Brasil.

O questionamento que eu queria fazer ontem ao Secretário e não pude, eu tinha um compromisso fora, tive que sair e não pude, e já discutimos aqui, o Deputado Elio Rusch já fez esse comentário, eu já fiz várias, quem tem que cuidar das fronteiras é o Governo Federal.

O Governo Estadual instalou na Cidade de Guaíra um pelotão para cuidar da fronteira. Esse pelotão poderia muito bem estar dando segurança aqui em Curitiba ou em outra Cidade no Estado do Paraná.

Dizer a V. Exa. que quem tem culpa disso é o Congresso Nacional - não é uma crítica, mas uma constatação - que diz amém à grande maioria, àquilo que o Governo quer e que poderia muito bem destinar recursos, que o Governo Federal tem, para melhorar a Segurança nas nossas fronteiras do nosso Brasil afora.

Trazem metralhadoras e vão até o Rio de Janeiro e São Paulo, porque a fronteira está liberada. Podem dobrar e triplicar o número de policiais, mas enquanto as drogas e as armas entrarem, vai continuar da mesma forma.

Vejo o Governo Federal distribuir bilhões para as ONGs. Por que não investem na Segurança do País? Adianta o Governo Federal ou Ministro da Justiça irem ao Rio de Janeiro, ou investirem para garantir um pouco mais de Segurança para a Copa que está vindo aí? E o restante do Brasil? Por que não fazem investimentos para guarnecer as nossas fronteiras?

Digo novamente que Foz do Iguaçu, em proporção, é uma das Cidades mais policiadas do Brasil. No entanto, continua o número de homicídios, a droga solta nas ruas. Lá tem o Exército, a Marinha, a Polícia Federal, a Guarda Municipal, a Força Verde. A Polícia Federal cuida apenas do contrabando que entra de fora, mais jamais cuida da fronteira, da entrada.

Enquanto ficamos combatendo aqui a Segurança dos Estados, quero deixar no ar uma pergunta: todos os Estados estão iguais ou pior do que o Paraná. Será que nenhum desses Governos presta? Será que nenhum Secretário da Segurança presta? Vejo os e-mails que mandam para o Deputado Antonio Belinati e acho que devem mandar isso para o Congresso Nacional, que tem um pouco mais de responsabilidade.

Hoje, o preso é condenado e vai para a cadeia, mas dali a pouco está saindo, porque a lei dá esse direito a eles. Vamos tratar de mudar a Legislação. O jovem está na droga por causa do desemprego e não tem onde trabalhar. Pode colocar a metade do Estado de policiais, porque vai continuar a mesma coisa, porque o povo não tem emprego e não tem o que comer.

Sugeri ao Governador Roberto Requião que deixe as fronteiras do Brasil para o Governo Federal tomar

conta. O Estado do Paraná deveria se preocupar com a população do nosso Estado. O Governo que coloque a Polícia Federal para guarnecer as fronteiras desta Brasil. O Congresso pode, com certeza, criar condições para que o Governo faça isso. Senão, continuaremos assistindo os nossos jovens, como em Foz do Iguaçu, que morrem todos os dias, um ou dois e assim pelo Brasil afora, os assaltos, arrombamentos, sequestros, porque a droga está solta por este País. Será que o Governo não vê isso todos os dias, a apreensão de drogas, que estão escondidas de todas as formas, burlando a legislação? Isso acontece porque não há Segurança nas fronteiras.

Será que não dá para fazer um debate nacional, para que se possa dar uma basta nisso? Muitas vezes achamos que é falta de vontade política, ou falta de competência. Se isso não ocorrer, Deputado Antonio Anibelli, vai ficar de mal a pior.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Vemos o Exército Nacional ser sucateado. Vemos na imprensa nacional que o Exército está suspendendo o expediente, por falta de alimentação. Estão deixando os jovens sem prestar o serviço obrigatório do Exército Nacional, aos 18 anos, para que possam ter um pouco de nacionalidade, brasilidade, para a defesa da Pátria, do Hino e da Bandeira. Não existe mais o sentimento, a condição dos jovens servirem a Pátria. Esse jovem do interior, que às vezes ia para Brasília, para o Rio de Janeiro, para as nossas gloriosas Forças Armadas, está ficando aí sem oportunidade. E entra na droga, no vício, na bebida. O nosso Exército Nacional, o nosso Presidente da República devia investir nas Forças Armadas, para tirar o jovem e guarnecer as nossas fronteiras. Aí estaríamos sobrando Polícia para guarnecer.

Precisamos mexer com o Congresso Nacional. Compromisso de campanha dos próximos Presidente da República. O Brasil começa através desse pronunciamento seu, deste apoio meu. Tenho certeza que o Brasil inteiro comunga conosco nessa opinião.

Parabéns, Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO SILVA (PMDB)

Obrigado, Deputado Anibelli. Na verdade, o Brasil inteiro combatendo, criticando o efeito e ninguém vai, na verdade, combater a causa. Pergunto, Sr. Presidente, aonde vamos pagar? Na minha Foz do Iguaçu, 1/3 da população está desempregada. E sem emprego não tem recursos para comer, e sem comer, tem que roubar. A situação é dramática pelo Brasil afora. Claro que temos que nos pronunciar, não podemos assistir isso de braços cruzados. Mas, não adianta, pode dobrar o número de policiais que vão continuar os jovens na droga, morrendo, matando.

Então, queria deixar aqui esse desabafo, principalmente o Congresso Nacional que tome as providências.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN, Bloco PTB/PR, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estamos aqui hoje discutindo a questão desta lei que está hoje em segunda votação, que dispõe sobre o serviço de transporte intermunicipal de cadáveres. Está gerando uma polêmica. E aqui dentro estamos discutindo o artigo 2º, que as leis municipais que dispuserem sobre serviço funerário não poderão assegurar às empresas locais a exclusividade no transporte de cadáveres para fora dos respectivos Municípios.

Então, nesse artigo 2º há uma discussão, um entendimento do Deputado Durval Amaral, que é inconstitucional. Há um impedimento nosso também, que esse artigo 2º pode inviabilizar a lei que é boa. Agora conseguimos uma cópia, esse projeto já é lei há muitos anos em São Paulo.

Para tirar todas as dúvidas e para que, acima de tudo, as funerárias do interior, que têm o maior interesse em ver esta lei aprovada, nós decidimos adiar por cinco Sessões. E nesse período, propondo através da CCJ um debate, uma Audiência Pública, trazendo todos os interessados neste tema para fazermos uma lei que seja boa para todo mundo. Acho que é a lei ideal que este Parlamento tem que aprovar. Estou retirando por cinco Sessões e vou providenciar, na sequência, se houver necessidade, uma emenda. E nesse período, peço ao Deputado Durval Amaral, nosso Presidente da CCJ, que façamos uma Audiência Pública e que escute todos os segmentos, as Prefeituras inclusive, os Vereadores.

Soube agora que Laranjeiras do Sul está fazendo um rodízio de cadáveres, para ver quem está na vez. E até eles querem participar dessa reunião para discutir.

Então, fica a sugestão, e acho que o Parlamento é bom quando você consegue discutir bem com todos. O Deputado que apresenta uma lei, ele não é o cara que fez a lei, a lei é quando todos participam, e eu não posso aprovar alguma coisa aqui que na sequência, possa vir a prejudicar até a lei que estamos apresentando e o próprio Parlamento.

Por isso, Deputado Edson, estou retirando por cinco Sessões, para que possamos ouvir mais pessoas, porque acho que a função do Parlamento é esta: ouvir os dois lados da moeda, discutir, e aí sim propor a volta da lei para que o cidadão, vou dar um exemplo, que venha lá de Ponta Grossa, morreu alguém aqui em Curitiba, ele possa, que a funerária dele, de confiança dele, lá de Ponta Grossa, possa retirar o corpo aqui, não sendo obrigado a ter que pegar uma funerária daqui.

Então, não sou contra o rodízio que as Prefeituras, algumas têm, agora, na própria Lei do Consumidor já existe até, já existe decisões em tribunais de que é proibido querer empurrar goela abaixo uma funerária só para fazer o velório daquela pessoa.

Então, é um tema muito polêmico, e em função da polêmica - e estamos aqui para acertar e não para errar - estamos percebendo que ainda há uma dúvida, e quando há uma dúvida não podemos deixar progredir, prosperar um projeto que lá na sequência venha a trazer problemas para todos nós.

Então, Sr. Presidente, eu peço, já requeri, já fiz o requerimento, que possamos por cinco Sessões discutir, fazer uma Audiência Pública, Deputado Durval Amaral, os Srs. Deputados tragam sugestões, o pessoal de funerárias do interior tragam sugestões, os Prefeitos, os Vereadores a Câmara de Curitiba já nos convocou para uma reunião lá para tratar deste assunto, que também há uma discussão que quer fazer a Câmara de Curitiba.

Então, acho que o debate é bom e por isso, pelo bom debate, para uma lei de respeito, retiro o meu projeto que seria votado e fica para uma próxima oportunidade, aí devidamente discutido com todos os Deputados e com toda a sociedade paranaense.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputado.

PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar quero cumprimentar os servidores públicos pelo seu dia, 28 de outubro um dia que deve ser comemorado, como bem lembrou o Professor Lemos, que acompanhou toda a manifestação dos servidores hoje de manhã, a reunião com o Governo do Estado, a Secretária Maria Marta, é um dia de conquistas para os servidores. O Governo do Estado se compromete a pagar até dia 11 de dezembro uma série de pagamentos atrasados no período, por exemplo, os servidores do quadro da Educação, da APP-Sindicato, dos agentes educacionais, que fizeram para o funcionário, deveriam receber o aumento desde janeiro, receberam apenas um mês agora de setembro e outubro receberão todo atrasado no dia 11 de dezembro. Esta é uma indicação que chegou várias vezes até mim, mesmo pelo fato de eu ser Presidente da Comissão de Educação nesta Casa.

Então, acho que todas estas questões devem ser comemoradas pelos servidores. Sabemos que no Paraná e no Brasil de hoje temos Governos comprometidos com o fortalecimento e valorização do Estado e do servidor público, com nuances diferentes, claro. A postura que o meu partido, o PT, tem com a situação do servidor é um

pouco diferente da questão do PMDB, apesar dos dois partidos defenderem o fortalecimento do Estado, principalmente o Governador Requião, que pertence à ala mais a Esquerda do PMDB, mas a diferença, por exemplo, na questão sindical, o PT é um partido que tem uma base de origem sindical muito forte, o Presidente da República é um sindicalista, e lembro aqui algumas questões que estamos trabalhando e que não foram à votação ainda nesta Casa e este propósito.

Entrei com um projeto de lei, Deputado Romanelli, liberando dirigentes sindicais. O sindicato do setor público, a cada 1 mil trabalhadores na base, tem no mínimo um representante liberado sem precisar de acordo com o Governo, qualquer que seja o Governo.

Então, rogo mais uma vez à Mesa, Presidente Nelson Justus, que coloque o meu projeto em votação. Já faz mais de um ano que tramita e seria muito bom se hoje, Dia do Servidor, pudéssemos também estar aprovando esse projeto, com outros projetos da bancada do partido sempre vinculados à questão servidor público.

Mas, de qualquer forma, repito, é um dia de comemoração, foram muitos avanços que aconteceram ao servidor.

No Governo Federal, podíamos ficar o tempo todo aqui discorrendo sobre isso, o compromisso, claro, com o fortalecimento do Estado brasileiro, inclusive muito criticado. A crítica ideológica direita, como é que ela aparece? Corte de despesas, a solução para a questão econômica é o Governo, o Estado cortar despesas, significa não contratar servidor, dar aumento menor para o servidor, é o velho discurso neoliberal em voga. Agora mesmo, quando foi baixada uma taxa de 2% do capital especulativo, qual a questão dos ideólogos de economia de Direita? Está errado, o Governo tem que cortar despesas.

Então, isso se reflete na relação do Governo com o servidor e na concepção de Estado.

Acho que no Paraná também há grandes avanços, na questão da SANEPAR, que era para ser privatizada, o Governo resgatou o caráter público, assim como a COPEL e assim por diante. Acho o Governo Requião um bom Governo, na média, com relação aos servidores o que não impede essa tensão permanente.

Estava falando com o Deputado Romanelli, entendo quando o Deputado Lemos faz críticas, ele é um Deputado da base e em 90% das questões desta Casa ele tem votado de acordo com o Governo, mas ele tem toda uma história de dirigente sindical que tem que ser respeitada, foi Presidente da APP durante muito tempo e tem uma forma de ser que às vezes é diferente da minha, ou de outros Deputados, mas no geral é um Deputado leal à base de Governo. Trabalha, claro, nessa tensão permanente que todos nós que defendemos a democracia não queremos pessoas ao nosso lado que não têm vida própria. O Governador Requião é exemplo de um líder que sempre teve uma autonomia, uma ação muito forte, questionando inclusive seus companheiros em muitas ações, como questiona o Governo Lula e assim por diante.

Então, não podemos esperar subserviência de nossos aliados, mas temos que compreendê-los na sua dinâmica pessoal, na sua forma de ser, na sua atuação política. Por isso discordei do Deputado Romanelli, não pude falar, mas acho que é desproporcional, às vezes, a crítica que faz ao Professor Lemos em função das questões que o Deputado Lemos coloca e tem nosso apoio, apesar de nos posicionarmos, muitas vezes, de formas diferentes. Mas tenho certeza absoluta que o nosso intuito, tanto os Deputados do PT, com as suas divergências internas, na maioria das vezes é sempre o mesmo objetivo, é o mesmo objetivo também do PMDB e da base do Governo, Deputado Romanelli.

Com relação à piada de mau gosto do Governador Requião, o Governo deu mostras de respeito à diversidade, às minorias em todos os pontos de vista. Agora, esta tensão é necessária. Quando qualquer um de nós faz uma piada de mau gosto é necessário que a outra reaja.

Eu queria lembrar Sartre aqui, Professor Lemos, nos seus mais belos ensaios, esse grande filósofo existencialista francês, tem um livro dele chamado A Questão Judaica, e no mesmo livro tem A Questão Judaica e Orfeu Negro, onde trabalha a questão do preconceito contra os judeus, contra os negros e por consequência contra as minorias, os homossexuais e assim por diante. Ele diz que são justamente nas piadas de mau gosto que se revela a força do inconsciente coletivo, do preconceito social.

Então, o Governador, eu não tenho nenhuma dúvida, uma liderança que eu admiro, o Brasil, o Paraná admiram, tem um Governo que prega a justiça social, respeito às minorias, não tenho nenhuma dúvida disso na personalidade do Governador, essa questão que às vezes aflora em nós, essa consciência tão profunda que às vezes aflora em nós, esse inconsciente coletivo, ele fez uma piada de mau gosto. Tenho certeza absoluta que o Governador terá a grandeza de pedir desculpas às pessoas que se sentiram agredidas com esta piada de mau gosto, porque não é uma coisa que saiu da sua consciência, da forma de ser do Governador Requião. Mas acho que a reação é normal, é necessário que seja assim, porque é assim que a sociedade evolui e vamos construindo uma sociedade cada vez humana, que respeita a diferença, respeita as minorias. É esse o Brasil que todos nós sonhamos, é o Brasil com o qual o Governador Requião também sonha.

Parabenizando o setor público, em nome da bancada do partido, vamos continuar sempre aqui defendendo o Governo que acreditamos, mas lutando pela grandeza e importância do setor público. Só podemos construir uma sociedade fraterna, humana, justa, no dia que o servidor público for reconhecido no seu papel, e ele também trabalhar como servidor público a favor da sociedade que ele representa no aparelho de Estado.

Participei, na sexta-feira passada, em Ponta Grossa, com o Vice-Governador Orlando Pessuti e com a Secretária Maria Marta, e ela fez uma palestra muito bonita de respeito ao servidor público, falou dos avanços e também das limitações do Governo atual.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero conclamar aos Deputados, à Comissão do Meio Ambiente e à

toda comunidade de Ponta Grossa para participar em amanhã, a partir das 14h, na Câmara Municipal, de Audiência Pública sobre o aterro sanitário.

Posicionei-me várias vezes sobre esse problema, fiz um ofício ao Deputado Luiz Eduardo Cheida, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, e ele prontamente atendeu nossa solicitação, assinado pelos demais Deputados ponta-grossenses. Amanhã ele comandará essa grande Audiência Pública na Câmara Municipal. Vai ter muita gente lá, entidades confirmaram a presença na Audiência Pública. O Presidente do IAP não vai poder estar presente, mas o representante do IBAMA, todas as forças vivas ponta-grossenses estarão lá representando.

Tenho uma posição claramente contrária ao local do aterro. O aterro vai ser construído num dos rios mais importantes da Cidade, que é o rio Verde, ele que está no imaginário do povo ponta-grossense, numa das regiões mais belas da Cidade, um belo cenário, uma região turística, que tem parques onde o povo se diverte, parque que fiz quando eu era Prefeito, balneário Rio Verde, Capão da Onça. Temos também o rio São Jorge, que corre com grandes cachoeiras e parques. É um absurdo que nesse lugar maravilhoso seja feito um aterro sanitário. O aterro é praticamente às margens do rio Verde, ele vai aterrar nascentes que levam água para o rio. Não tem sentido!

Ponta Grossa precisa de um aterro sanitário, precisa ter um aterro, mas não há. A comunidade está revoltada e não aceita, em hipótese alguma.

O estudo Cidade Vida, que eu participo, estamos lançando a campanha Salve o Governo, com o meu apoio. Estará nas ruas a partir de amanhã, na própria Audiência Pública, para impedir esse crime contra o patrimônio natural da Cidade, patrimônio turístico, ver a Cidade ser atingida por essa obra.

Começamos a campanha amanhã e mais do que isso, há uma suspeição do povo ponta-grossense, pode ser que não seja correta, mas é uma suspeição normal, porque Ponta Grossa coleta 170 toneladas lixo/dia e o aterro têm um potencial de 3 mil toneladas de lixo/dia. Curitiba coleta 2 mil toneladas.

Curitiba fica preocupada, com medo que o rio Verde acabe lá, além do problema grave ambiental, ele acabe servindo para coletar o lixo de Curitiba.

Não temos nenhuma posição radical, mas não Ponta Grossa virar o depósito do lixo do Paraná. Isso não podemos permitir, principalmente pelo que representam os Campos Gerais do Paraná, que um viajante chamou de paraíso terrestre do Brasil.

Amanhã conclamo a todos para participar dessa Audiência Pública.

Por último, acontece um problema em Guaratuba, um ferryboat, um ônibus da Federal do Paraná foi preso, um grande problema lá, com revolta dos alunos, porque os alunos não podiam pagar o ferryboat. Deu uma briga com a Polícia. Tenho um projeto nesta Casa que está tramitando, Projeto de Lei nº 067/09, que justamente permite que os veículos da Universidade Federal do Paraná sejam isentos do pagamento do ferryboat.

Conclamo que esse projeto seja aprovado, o mais depressa possível, e que a Comissão de Justiça deu parecer favorável, que venha a Plenário, para que possamos resolver esse problema, que é bom para o Paraná, para o Brasil e para as Universidades do Litoral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo. Com a palavra Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Teremos em seguida, a pedido do Deputado Edson Praczyk, a antecipação da Sessão de quinta-feira para logo após o término da de hoje.

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou retomar um assunto que, pela importância, merece que esta Casa possa se debruçar sobre ele, e vou encaminhar a cada uma das Sras. e Srs. Parlamentares, um documento preparado pelo Departamento de Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. É um documento que trata de um tema da maior importância e relevância, que é o ensino médio em nosso Estado.

Quero começar dizendo que novamente subiu à tribuna o Deputado Lemos, que veio aqui protestar porque o Governo vai pagar as promoções dos servidores. Foi isso que ele fez! Ele veio protestar! Porque Deputado Péricles, o Governo tem como integrante, como Secretário do Planejamento, o Deputado e Enio Verri que é o homem que pauta tudo o que acontece do ponto de vista da execução - somente depois que ele libera é que o Estado pode pagar. É ele quem controla, do ponto de vista remoto, o caixa do Estado e que integra o Partido dos Trabalhadores, bancada que o senhor lidera nesta Casa e ao mesmo tempo é o candidato à Presidência do PT do Paraná nas eleições do próximo dia 22 de novembro.

Fico vendo o Deputado Lemos vir à tribuna e hoje aqui, novamente, a forma desleal com que se refere ao nosso Governo. O nosso Governo assume os compromissos cumpre com o servidor público como nenhum Governo antes cumpriu na história deste Estado. O nosso Governo cumpre um compromisso com a Educação, não por causa do Lemos, mas o nosso Governo cumpre o compromisso com a Educação porque esse é um compromisso de vida do Governador Requião, que toma as decisões e sabemos que muitas vezes temos que fazer a escolha: ou vamos ter um policial em uma Cidade, ou vamos ter um professor. Sempre fazemos a escolha a favor da Educação e conseguimos avançar muito nos últimos anos.

Na última semana vim a esta tribuna porque ouvi o pronunciamento, como se verdadeiro fosse, de que o

Governo havia reduzido os investimentos na educação básica para o orçamento de 2010, e até dizia o Parlamentar: “Estão tirando 278 milhões do orçamento da Educação”.

Ora, em primeiro lugar, a Constituição Estadual, no seu artigo 185, diz: *O Estado e os Municípios aplicarão anualmente 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente da transferência da manutenção e desenvolvimento do ensino público*. E por força da Emenda Constitucional n° 021: *O Estado aplicará anualmente 30%, no mínimo, e os Municípios aplicarão anualmente 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência da manutenção e desenvolvimento do ensino público*. Aí, Presidente Nelson Justus, a Constituição Federal, no seu artigo 212, diz: *A União aplicará anualmente nunca menos de 18% e os Estados, Distrito Federal e Municípios 25%, no mínimo, das mesmas receitas para o desenvolvimento do ensino*.

E o que estou dizendo, Sr. Presidente? Que não dá para vir a esta tribuna e falar meia verdade e meia mentira, que tem sido a prática contumaz do Parlamentar a que me referi há pouco, o Lemos. E por quê?

Vou dar percentuais, que é melhor, Presidente. Quanto é que investimos em educação básica: em 2003, 19%; em 2004, 19,47%; em 2005, 19,37%; em 2006, 20,39%; em 2007, 23,25%; em 2008, 23,42%; em 2009, até a presente data, 24,17%, e previstos 22,95% para 2010.

Aí, complementamos os valores e investimentos da Educação em ensino superior, que também é educação pública: 26% em 2003; 26,44 crescendo 4,68%; em 2004 mais 4,25%, completando 26,76%; em 2005, 4,36%, somando 26,73%; em 2006 mais 4,9%, somando 27,91. E aí, com a emenda constitucional, passamos a investir mais 5%, que fecha um total de 30,09% em 2007; mais 5,49%, 30,53% em 2008; e muito provavelmente fecharemos este ano com 31,61%, em 2009.

Vendo o seguinte: que não há diploma legal algum que vincule 25% da educação básica. E como eu dei os dados, dá para se perceber que na verdade não há esta vinculação em nenhum diploma legal e muito menos na prática real, porque é uma somatória do ensino público o que estamos tentando. Esta é a primeira mentira que estou demonstrando: olha aqui mundo real. Esta é a verdade inofismável da Constituição Federal, Estadual e da realidade do orçamento do Estado do Paraná.

Segundo ponto: veio o Deputado e disse que o Paraná tem 54% dos alunos em idade escolar fora do ensino médio. Não damos vagas para os alunos. Eu já desafiei que se traga uma única pessoa que deixou de fazer uma matrícula no ensino médio no Estado do Paraná. Claro que pode, uma pessoa, num colégio estadual, que tem critério de acesso, mas sempre há alternativa. Ninguém fica fora da sala de aula. Mas, o Deputado que gosta de contar meia mentira e meia verdade, vem aqui na tribuna e diz: “O Paraná tem 54% fora da sala de aula”. Isto é mentira!

Tenho aqui um documento extenso, mas que é absolutamente elucidativo sobre este tema, porque tem os números. E este documento foi preparado pelo Departamento de Educação Básica, professora Marilane, que é uma pessoa comprometida com a Educação, uma educadora. Não vou entrar nas questões que ela argumenta sobre este processo de exclusão nacional que temos e de quanto estamos avançando, mas vou pegar os números gerais.

Temos hoje, no total, 2008, 472 mil jovens matriculados no ensino médio, sendo que o Estado oferta 88,5% de todas as vagas do ensino médio no Estado do Paraná; 0,7% o Governo Federal e 10,8% da rede privada. Veja como é pequena a participação da rede privada e do Governo Federal. Deveria o Governo Federal ser o responsável por toda a educação superior. Não nos deixar gasta, estes mais 5% na educação básica seria fantástico, se pudéssemos fazer. Mas, infelizmente, o Paraná foi historicamente discriminado pelo Governo Federal. E não é por este Governo, porque V. Exa., Deputado Péricles, sabe o quanto avançamos com o Governo Lula nesse tema. Estou dizendo do ente federado, Governo Federal. Muito bem.

(Lê):

Conforme dados do IBGE, a população residente por faixa etária de 15 a 17 anos é de 557 mil 652 no ano de 2008. Destes, 135 mil 806 ainda cursam o ensino fundamental, 282 mil 540 estão cursando o ensino médio na rede estadual pública de ensino, 46 mil 181 cursam o ensino médio na rede privada e 11 mil 069 cursam o ensino fundamental na modalidade de Educação de

Jovens e Adultos. Conforme a tabela abaixo, podemos afirmar que 82,4% da população de 15 a 17 anos frequentam a escola no Estado do Paraná.

Faixa Etária de 15 a 17 anos - 2008	577.652
Ensino Fundamental - Rede Estadual	135.806
Ensino Médio - Rede Estadual	282.540
Ensino Médio - Rede Privada	46.181
Ensino Fundamental - Rede Estadual - EJA	11.069
Ensino Médio - Rede Estadual - EJA	462
TOTAL DE ATENDIMENTO	476.068=82,4%
Fonte: IBGE/Censo Escolar - SEED / SUDE / DAE	

Além da expansão das matrículas, os dados educacionais do Paraná nos últimos anos demonstram que estamos conseguindo diminuir a taxa de distorção idade-série.

Ao analisar os dados educacionais é possível perceber, ano a ano, um aumento no número de alunos de 15 a 17 anos (de 55% em 2000 para 67,7% em 2008) e diminuição do número de alunos acima de 17 anos (de 44,9% em 2000 para 31% em 2008), o que demonstra acerto nas políticas educacionais de acesso e permanência do aluno na escola.

MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL REDE ESTADUAL POR IDADE - PARANÁ

ANO	TOTAL	MENOS DE 15 ANOS	DE 15 A 17 ANOS	ACIMA DE 17 ANOS	% MENOS 15 ANOS	% DE 15 A 17 ANOS	% ACIMA DE 17 ANOS
2008	752.717	596.959	135.806	19.952	79,3%	18,0%	2,7%
Fonte: Censo Escolar - SEED / SUDE / DAE							

Indicadores quantitativos nacionais têm mostrado a situação de exclusão de uma parcela significativa dos adolescentes de 15 a 17 anos, a difícil relação com escolarização e a inserção precoce no mundo do trabalho.

Mas no Estado do Paraná os dados educacionais confirmam que estamos expandindo a oferta educacional com a abertura de estabelecimentos de ensino médio em todas as regiões do Estado.

ESTABELECIMENTOS COM ENSINO MÉDIO POR DEP.ADM.- PARANÁ - 2000-08

ANO	TOTAL	ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
2000	1181	935	8	1	237
2001	1230	965	8	-	257
2002	1299	1007	9	-	283
2003	1331	1034	8	-	289
2004	1398	1093	8	1	296
2005	1454	1134	8	1	311
2006	1529	1187	7	-	335
2007	1585	1240	10	-	335
2008	1662	1296	10	-	356
Fonte: Censo Escolar - SEED / SUDE / DAE					

Como se observa na tabela acima, em oito anos a rede estadual de ensino ampliou o número de estabelecimentos de 935 para 1 mil 296, um crescimento de 38%.

Também preocupados com o acesso dos jovens e adultos no ensino médio, identificamos a necessidade de ampliação dos estabelecimentos de ensino que ofertam a modalidade de EJA. Neste sentido, na rede estadual de ensino, atendemos essa demanda específica, em 292 estabelecimentos de ensino com mais de 73 mil alunos matriculados no ensino médio.

Com relação a oferta educacional para os adolescentes no campo, o Estado do Paraná possui um significativo crescimento das matrículas na área rural (357%).

Assim, enquanto o Governo Federal buscou consolidar políticas públicas para a educação profissional e tecnológica, com vistas à superação do dualismo entre cultura geral e conhecimentos técnicos específicos e integrando o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, aos Governos Estaduais coube fomentar uma política pública voltada para atendimento mais universal do ensino médio.

Neste sentido, o Estado do Paraná investiu fortemente na retomada da educação profissional, através de políticas educacionais desenvolvidas para atender os jovens que ingressam no mundo do trabalho, após ou concomitante ao processo de escolarização. Para isso foi necessária a abertura de cursos de ensino médio integrados à educação profissional e cursos subsequentes ao ensino médio, ofertada em 165 municípios, em 288 estabelecimentos de ensino.

Temos o entendimento que o ensino médio tem uma função estratégica para a construção do Estado do Paraná, e para isso desenvolvemos, nos últimos anos, políticas educacionais específicas para que alunos e professores tivessem condições concretas de tornar a escola um espaço de produção e apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Neste sentido, já podemos perceber o reflexo das políticas educacionais implementados através dos resultados de rendimentos dos nossos alunos. O Paraná teve o segundo melhor IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) no ensino médio, superando a meta estabelecida pelo Ministério da Educação, para 2011, conforme tabela abaixo:

Fases de Ensino	IDEB DO PARANÁ		Metas Projetadas		
	2005	2007	2007	2009	2011
Ensino Médio	3,3	3,7	3,3	3,4	3,6
Fonte: SAEB e Censo Escolar					

Resumo do atendimento no Ensino Médio e Educação Profissional 2008 - 2009

Ensino Médio Regular	397.654
Ensino Médio Integrado	44.714
Educação de Jovens e Adultos	73.568
Pós-Médio	33.899
TOTAL	549.835
FONTE: Fonte: Censo Escolar - SEED / SUDE / DAE / DET	

Vamos colocar a mão na consciência, Deputado Lemos, para com esse ataque insano para a área da Educação, porque, infelizmente V. Exa. presta um grande desserviço, ao invés de vir aqui elogiar os grandes avanços e conquistas que tivemos, graças a toda nossa rede pública estadual de valentes e valorosos mestres professores, professoras que lutam e fazem uma grande diferença, além, é claro, da Secretária Yvelise e toda a direção da APP-Sindicato, da professora Marley, que reconhece o trabalho, diferente dos ingratos que estão por um acordo político e, infelizmente, não cumprem o acordo que assumiram para respeitar o mandato do Deputado Enio Verri.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passarmos à Ordem do Dia há um requerimento do Deputado Reni Pereira, requerendo a antecipação da Sessão Ordinária.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Expediente subscrito pela Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a reserva do plenário, às 10h do dia 04 de novembro do corrente ano, para entrega de menção honrosa à RDP Petróleo. **À Comissão Executiva.**

Expediente subscrito pela Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando autorizar, no Grande Expediente do dia 03 de novembro do corrente ano, que o CREA/PR apresente a Agenda Parlamentar da Instituição, pelo período improrrogável de 05 (cinco) minutos. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 909/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, as providências para recuperação da pavimentação asfáltica nas PRs 484 e 180, que liga Boa Vista da Aparecida a Juvinópolis, na Região Oeste do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Com relação a esse projeto, é um projeto autorizatório. Houve até um debate acalorado, dias atrás, aqui nesta Casa, com relação a projetos autorizatórios. Então, não vou apoiá-lo porque foi acordado entre as lideranças, inclusive entre os Parlamentares, que não seriam mais encaminhados projetos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Perfeitamente.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5227, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, informando que estará ausente da Sessão Legislativa do dia 28 de outubro do corrente ano, por estar em Paranavaí, no Seminário de Educação, conforme programação anexa descrita. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5264, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 29 de outubro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária, com diminuição do interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 494/09, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação de Capacitação da Mulher e Centro de Educação Infantil Anita Correia, com sede e foro na Cidade de Londrina. **Aprovada. (Publ. no DA nº 109/09, de 21/09/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 514/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública a ALUÁ - Organização para o Desenvolvimento da Cultura, Arte e História Afrobrasileira e Africana, com sede em Londrina. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 514/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação ALUÁ - Arte Afro-Brasil - Organização para o Desenvolvimento da Cultura, Arte e História Afrobrasileira e Africana, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/10/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 518/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública o Instituto AMA - Associação Mantenedora de Apoio à Criança e de Risco de Câncer, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 518/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto AMA - Associação Mantenedora de Apoio à Criança de Risco e de Câncer, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/10/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que institui a Semana Estadual de Prevenção da Saúde do Homem, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero dizer que acabou de entrar um projeto de autoria do Deputado Batista. Chamou-me a atenção. Acho que é o mesmo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Realmente, também me chamou a atenção. Estamos votando o projeto de autoria do Deputado Francisco Bühner e o Deputado Dr. Batista dá ingresso, hoje. Claro que quando chegar na CCJ isso será sanado, até porque a preferência é do Deputado Francisco Bühner.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/09, de autoria do Deputado Ademir Bier, fica denominado Colégio Estadual Professor Ildo José Fritzen, o novo estabelecimento de ensino localizado no Município de Entre Rios do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre o Serviço de Transporte Intermunicipal de Cadáveres. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 5283, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, conforme requerimento do autor e a defesa do autor da tribuna para que possamos, inclusive, marcar já para o dia 10 de novembro, a Audiência Pública aqui nesta plenária. Perfeito, Deputado?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É isso, Sr. Presidente. Exatamente. Só para confirmar, por meio TV SINAL a todo Paraná, que para debater melhor este projeto faremos uma Audiência Pública já definida por V. Exa. e pelo Deputado Durval na CCJ, dia 10 de novembro, às 10h, neste plenário. Convidamos os Vereadores, Prefeitos, funerárias do Paraná inteiro, para debater esse tema de cadáveres. Dia 19 de novembro, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/09, que objetiva dar nova redação aos incisos I e II do artigo 3º da Lei nº 14077, de 04/07/03, alterados pela Lei nº 15878, de 09/07/08. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 071/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de Loanda. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Recicladores de Lixo Eletroeletrônico, com sede e foro no Município e Comarca de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Vamos apreciar neste turno emenda da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que insere, no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa da Tainha e a Festa do Pescador. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. **Aprovada. (Publ. no DA nº 084/09, de 03/08/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 361/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei visa inserir, no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa da Tainha e a Festa do Pescador, a serem comemorados entre o mês de junho e julho de cada ano, no Município de Paranguá. Em conformidade à justificativa apresentada pelo nobre Deputado, a finalidade da presente proposta legislativa é a de prestigiar a realização desses eventos - característicos marcos de nosso turismo -, os quais promovem a congregação de comunidades caiçaras.

Fundamentação

Inicialmente, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância às disposições constantes no Regimento Interno desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada¹.

A pretensão do proponente, ao incluir no calendário do Estado as Festas da Tainha e do Pescador, tem por escopo, de modo mediato, a valorização da cultura paranaense, uma vez que tais festividades - celebradas todos os anos - não só promovem a integração da população, como se manifestam por meio de características próprias à comunidade e costumes do Paraná.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura², sendo, ainda, de incumbência do Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo a valorização e difusão da manifestações culturais³.

A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa⁴.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do Poder Público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância e patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas⁵.

1. Art. 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Cabe às Comissões Permanentes, observadas a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

2. Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal concorrentemente sobre: IX - educação, cultura, ensino e desporto.

3. Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

4. Art. 190, caput, da Constituição do Estado do Paraná.

5. DE MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. Ed. Atlas: São Paulo, 2007, 22ª. ed. pg 808.

Ressalte-se, ademais, que as datas comemorativas de alta significação, para os distintos segmentos étnicos do País, serão fixadas mediante lei, sendo esta de iniciativa, a *exempli gratia*, de qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa. Ainda, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Assim, configuradas a constitucionalidade e legalidade deste projeto de lei, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 361/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Mario Roque tem por objetivo inserir, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa da Tainha e Festa do Pescador.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de lei para análise.

É de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez que se refere a eventos consagrados e que são marcos do turismo do Estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29/09/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao PROVOPAR, no Município de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e COPTC. **Aprovado (Publ. no DA nº 088/09, de 10/08/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 382/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 382/09, de autoria do Chefe do Poder Executivo Estadual, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao PROVOPAR, no Município de Curitiba.

Releva destacar que não se trata de doação de imóvel mas cessão de uso para ser utilizado pelo PROVOPAR.

A cessão será até dia 31/12/10 e poderá ser prorrogado.

O imóvel cedido está descrito no artigo 1º da proposição e está localizado na rua Saldanha Marinho 161 esquina com a rua Cruz Machado 50, nesta Capital.

O imóvel poderá ser utilizado exclusivamente para fins dos serviços prestados pelo PROVOPAR.

A proposição não encontra vício de iniciativa e pode o Estado dispor de seus bens dentro dos limites da legalidade.

Não há óbices à cessão do direito de uso, portanto, o parecer é pela tramitação regimental da proposição pois presentes os requisitos formais e constitucionais.

É neste sentido o parecer pela constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 25/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 382/09**

P A R E C E R :

Considerações

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo através da mensagem do Sr. Governador para efetuar a doação de imóvel ao PROVOPAR, no Município de Curitiba.

Esse imóvel está localizado na rua Saldanha Marinho 161, na esquina com a rua Cruz Machado, nº 50.

A efetivação da cessão de uso de bem público para a PROVOPAR, se consolida com a autorização do Poder Executivo.

Assim, o presente projeto de lei pretende conseguir a devida autorização governamental, até o dia 31/12/10, quando termina o mandato do atual Governador, quando poderá ser renovado de acordo com os interesses das partes interestaduais.

Como não representa custos adicionais para o Estado, pois trata-se de uma renovação da cessão de uso, pois o PROVOPAR já funciona lá, somos de parecer favorável à tramitação do Projeto do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Santo Antonio do Paraíso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e COPTC. **Aprovado (Publ. no DA nº 094/09, de 19/08/09, em Mensagens).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 419/09**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o próprio Poder Executivo a efetuar doação de imóvel urbano ao Município de Santo Antonio do Paraíso/PR, a fim de que seja usado para o funcionamento da Biblioteca Cidadã.

Fundamentação

Os bens que integram a Administração Pública e pertencem ao Estado compõem o chamado domínio público. Para os administradores, a expressão domínio público pode, ora significar o poder estatal sobre os bens próprios e alheios, ora designar a condição destes. Num sentido amplo, é o poder de dominação e regulamentação do Estado sobre seus bens, ou seja, bens públicos.

Para uma maior organização e controle por parte da Administração, buscou-se classificar os bens públicos em federais, estaduais e municipais, quanto à sua administração, e em categorias, conforme o Novo Código Civil estão divididos em: de uso comum do povo, uso especial e dominicais.

No presente projeto de lei, os lotes destinados à doação, são passíveis de alienação, vez que não encontram destinação pública própria e, por conseguinte, integram o rol de patrimônio disponível da administração. Os bens públicos podem passar do domínio público para particular, ressaltando que os bens públicos são inalienáveis enquanto destinados ao uso comum do povo ou a fins especiais, isto é, enquanto tiverem afetação pública - ou seja, destinação pública. Exemplificando, uma praça ou um edifício público não podem ser alienados enquanto tiverem essa destinação; mas qualquer deles poderá ser vendido, doado ou permutado desde o momento em que seja, por lei, desafetado da destinação originária e traspassado para a categoria de bens dominicais, isto é, do patrimônio disponível da Administração.

Assim sendo, conforme artigo 101, do Código Civil, tais lotes não encontram vedação legal para que sejam alienados na forma em que se pretende pelo Poder Executivo. Todavia, a alienação de bens públicos, sendo a doação uma de suas modalidades, necessita respeitar os ditames legais. Para tal, a Lei Federal nº 8666/93 disciplina que para ser válida a alienação de bem público, requer-se a verificação de prévia avaliação, interesse público, licitação e autorização legislativa.

Quando demonstrado o interesse público, a licitação pode ser dispensada. No caso em tela, o interesse público esta presente, vez que nota-se condição para a verificação da doação, qual seja o funcionamento de serviços públicos municipais, devendo o imóvel retornar ao patrimônio estadual caso não se absorve tal condição, além de repassar o disposto na Constituição Estadual acerca da matéria. Os bens imóveis do Estado não podem

ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declara de utilização pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Desta feita, vislumbra-se a perfeita consonância entre a pretensão deste projeto de lei aos moldes constitucionais, posto que obediente à esfera de competência atribuída ao Poder Executivo, bem como às exigências constitucionais relacionadas às hipóteses de alienação de bem pertencente à Administração Pública.

Por fim, quanto à estrutura normativa, não existe óbices às normas de técnicas legislativas disposta na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Desta forma, havendo legitimidade do Poder Executivo para tal proposição e estando o mesmo dentro dos critérios legais, somos pela aprovação do presente projeto de lei, por se tratar de um projeto fincado na constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 419/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de Imóvel ao Município de Santo Antonio do Paraíso.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação da Biblioteca Cidadã.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 19/10/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, é uma questão de redação. Tem saído frequentemente na pauta da Ordem do Dia, como esse caso, doação de área para o PROVOPAR. E na verdade é uma cessão de área temporária, que é diferente de uma doação efetiva. Então, só estou colocando para que o pessoal que preenche a pauta diferencie o que é doação e o que é doação de área.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 5172, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, fizemos um levantamento que em 2008 para 2009, o Presidente Lula, por decreto, modificou a regra do jogo, os Prefeitos que estavam saindo dos mandatos ou os Prefeitos reeleitos na eleição de 2008, tiveram a possibilidade de prestar contas com o orçamento ainda da arrecadação 2008 para 2009, mas no ano de exercício 2009. Isto é, puderam acrescentar quase 33,3% da arrecadação do mês de janeiro, que é arrecadação, talvez a maior perante a arrecadação anual, simbolizando que acrescentam um percentual para o SIMAN das prestações de contas aos Tribunais de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas da União.

A matéria que queremos fazer é a mesma, dando que a arrecadação da primeira quinzena de 2010 ainda é pertinente ao ano de 2009. Por isso, os Prefeitos têm o direito, os reeleitos ou os eleitos nas eleições de 2008, da mesma forma que foi feita aos Prefeitos da gestão passada. Queremos simbolizar isso pela Assembleia Legislativa.

Estivemos com o Ministro Paulo Bernardo, tivemos contato com o Secretário do Tesouro Nacional, que isso depende de um decreto presidencial, juntamente com o Ministro do Planejamento e uma autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, para que os atuais gestores do Estado do Paraná, todos, os 399, incluindo a Cidade de Curitiba, simbolizando apenas Curitiba, teria um efeito direto de quase 60 milhões a mais para o atual gestor, apesar de ser reeleito, na prestação de contas, ao ano de 2009. A referência dá-se porque tivemos perda da arrecadação da FPM, pela isenção do IPI dos automóveis e da linha branca, eletroeletrônicos e eletrodomésticos. No Paraná isso significa uma injeção na prestação de contas, na possibilidade do fechamento das contas dos atuais gestores, em cerca de R\$ 300 milhões a mais, dentro só do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, tenho certeza que se acontecer isso ao Paraná, com certeza absoluta teremos isonomia aos demais 5 mil e 300 Municípios do País. Uma injeção que dignifica hoje a ordem de R\$ 6 bilhões na economia, no sentido prestação de contas e fechamento das contas dos atuais gestores do Paraná e do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento n° 5198, de autoria dos Deputados Fernando Scanavaca, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5280, de autoria dos Deputados Fernando Scanavaca, Antonio Anibelli, Mario Roque e demais Deputados membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 5218 a 5220, 5222 e 5281, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5223 e 5262, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5224, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5263, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5214 e 5217, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5221, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5265 a 5267, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5225, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5228, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 5230 a 5261, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5268 e 5269, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5270, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5275 e 5276, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5282, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Antes de encerrarmos a Sessão, temos o Deputado Professor Lemos inscrito em Explicações Pessoais, por 10 minutos.

Lembramos que teremos uma Sessão logo a seguir. Aproveitar também para convidar e ratificar o convite aos Srs. Deputados para a Sessão de amanhã, que será muito especial, aqui na Assembleia, porque teremos nosso Encontro Regional da UNALE Sul e Sudeste. Teremos um número expressivo de Deputados, o Governador Roberto Requião. Será às 9h de amanhã, com diversos palestras, com almoço e jantar na casa do Governador. Conto com a presença de todos.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Professor Lemos, inscrito.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos telespectadores, imprensa, demais presentes.

Quero usar esse espaço para apresentar novamente os dados que nos preocupam. O que nos preocupa é o que está na página 452, que é a Lei Orçamentária que vamos votar aqui até o final do ano, que traz 3 bilhões, 111 milhões e 502 mil para a educação básica. Isto representa 22,95% da receita de impostos, da qual temos que tirar para a educação básica 25%. Isto é que queremos mudar. Queremos que, no próximo ano, o Paraná aplique 25%, no mínimo, na educação básica. É isto que o Governo precisa responder. Ele vai bancar a redução de 25 para 22,9. Se fizer isto, vai retirar da educação básica, no orçamento de 2010, 278 milhões. É esta diferença que não posso aceitar, que o povo do Paraná não pode concordar.

Não adianta o Deputado Romanelli vir aqui dizer que o Professor Lemos está mentindo. Está aqui nesta Casa, estou com a cópia da página que diz vinculações constitucionais e legais. Não tem essa história de dizer: "Se não está aqui, está em outro lugar". É mentira. Aqui está tudo o que se propõe para a educação básica no ano que vem.

Outra mentira do Deputado Romanelli é que 25% não é para a educação básica. É exatamente o que está na Constituição Federal, da LDB, da lei que criou o Plano Nacional de Educação. É exatamente isto. O Tribunal de Contas, aqui do Estado do Paraná, vem emitindo pareceres neste sentido. Pega, por exemplo, a Instrução n° 40 de 2001. Desde 2001 o Tribunal de Contas do Paraná vem emitindo pareceres, instruções, demonstrando que tem que aplicar, no mínimo, 25% na educação básica. O que é educação básica? É toda Educação, exceto curso superior. E é deste jeito que votou, de forma brilhante, o

Conselheiro Rafael Iatauro, em 2003, quando discutiu as contas do primeiro ano do segundo mandato do Governador Roberto Requião. O voto dele foi brilhante, dizendo: “O Paraná não cumpriu com os 25%, constitucional.”

E o Governador Roberto Requião, o que diz disso? Em 2002 ele assinou um documento, tornou público no dia 15 de outubro, Dia do Professor, em período de campanha, o Jornal do Professor, no item 9 na página 4 escreveu que iria aplicar, no mínimo, 25% das receitas de impostos na educação básica.

Não estou dizendo que o Paraná não está prevendo para o ano que vem 30% para o ensino. Está. Mas o que não está prevendo é 25% da educação básica. Isto está acontecendo e é isso que queremos mudar. Mesmo que o Deputado Romanelli venha dizer que estou mentindo, venha dizer que sou sem-vergonha, como ele disse nesta tribuna, não vou entrar nessas provocações.

Mas, quero que esta Casa não deixe passar um orçamento para 2010 com menos de 25% para a educação básica, porque educação básica compreende mais de 1 milhão e 400 mil estudantes da rede estadual e não pode ficar com recurso menor do que 25%. Ora, foi por isso que defendemos aqui.

Outra coisa, ele está dizendo que eu vim aqui hoje e protestei contra o pagamento. É mentira do Deputado Romanelli. Não protestei, não. Eu vim aqui informar os servidores que às 10h da manhã estivemos no Palácio, em audiência, e um documento nos foi entregue. Está dizendo aqui para os professores que o pagamento será feito no dia 11 de dezembro deste ano, referente ao período que não foi pago, de outubro a setembro de 2009. Estava atrasado sim. Está dizendo aqui que vai pagar o atrasado dos funcionários de escolas, de agosto, retroativo a janeiro desta ano. Diz que vai pagar aqui aos demais servidores públicos, a progressão e promoção, que deveria ter sido paga no ano passado e que vai pagar tudo lá no final do ano. Então, estava atrasado sim.

Então, não é mentira que estava atrasado e não é mentira que dissemos aqui que temos jovens no Brasil e no Paraná que deveriam estar estudando e não estão. A média do Paraná é melhor do que a média nacional. Isto é verdade. Mas a média do Paraná é muito alta com jovens, e jovem não é de 15 a 17 anos não, Deputado Romanelli, vai até os 29 anos... safado é você, Deputado Romanelli...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por gentileza, por gentileza, por favor, Deputado Romanelli, a palavra está com o Deputado Professor Lemos V. Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Eu não te interrompi, Deputado Romanelli. O senhor pare de fazer provocação, o senhor não é dono da Assembleia e não é dono do Paraná. O senhor não é dono...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, por favor! Deputado, V. Exa. tem a palavra.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

O senhor não é dono do Paraná, não é dono da Assembleia e o senhor tem que ouvir. O senhor pode me chamar de idiota, pode chamar do que o senhor quiser, mas queremos 25% para a educação básica no ano que vem, porque eu não estou aqui, o senhor mentiu aqui que eu vim fazer acordo para vir para a Assembleia. É mentira! O Deputado Luizão estava aqui, ficou até 31 de dezembro, assumiu o Governo do Município de Pinhais no dia 1º de janeiro deste ano, quando o Deputado Enio já era Secretário do Planejamento. Nunca pedi, nunca pedi, isto é mentira, o senhor fica repetindo mentira, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, não fica bem, eu vou ter que suspender a Sessão.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

O senhor fala aqui e eu fico escutando os insultos, fico escutando mentiras. O senhor falou que eu fui pedir ao Governador para colocar o Enio lá. Não é verdade. O senhor falou aqui nesta tribuna dos jovens de 15 a 17 anos, não são de 15 a 17 anos os jovens. O que eu disse aqui, o censo escolar do MEC diz que o Paraná, da faixa etária que vai de 15 a 24 anos, tem 54% dessa faixa etária que não está no ensino médio. Isto está, são dados do IBGE, são dados do censo escolar, do INEP. Foi isso que eu disse. Se o senhor inventou de 15 a 17, inventou por conta própria.

O senhor me deixe falar, Deputado, porque quando o senhor está falando aqui, eu respeito. Tem que ter o mínimo de educação. O senhor disse aqui ontem que eu vim sofrível para cá, com 22 mil votos. Quando foi Deputado aqui e foi candidato a reeleição no Governo Lerner, o senhor fez 14 mil votos e não veio para esta Casa. Elegeu-se a primeira vez porque estava no Governo. Quando não estava no Governo não fez voto nenhum e não veio para esta Casa nem como suplente. O senhor voltou ao Governo...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, vou pedir a V. Exa. pela última vez. Já que V. Exa. não tem intenção de respeitar o Deputado, o Professor Lemos, por gentileza respeite esta Casa.

Vou pedir pela última vez!

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Veja, Deputado Romanelli, o senhor precisa respeitar as pessoas, como eu respeito. Agora, o senhor todo dia me atacando, está errado! O que estou defendendo aqui é 25% da educação básica e não abro mão dessa defesa.

Quando o senhor diz que vai aplicar 30% para o ensino, e até mais, é verdade; agora, não pode diminuir da educação básica! Por que eu falei que é importante? Porque precisa melhorar o salário dos professores, precisa melhorar o salário dos funcionários de escolas, precisa ainda pagar os atrasados para a Educação que não foram pagos.

Eu vim aqui dizer que não pode diminuir os recursos da Educação. Por quê? Porque tem escola caindo aos pedaços! Vamos pegar, por exemplo, Araucária, tem dois colégios que ofertam ensino médio pela manhã: o Chimanski, que está caindo, e a Fazenda Velha, que já caiu! Das nove salas caíram quatro. Está interditada pela Defesa Civil desde o dia 29 de setembro. Está fazendo rodízio, todo dia faltam quatro turmas porque não tem sala! Agora desabou esta escola há poucos dias, por quê? Porque faz muitos anos que aquela comunidade reivindica a reforma e não foi reformada!

Está ancorada com bambu uma escola rural no Município de Ampére, em Vargem Bonita, há muito tempo, e as crianças estudando em prédio alugado! Temos outras escolas também com problemas.

Eu não estou dizendo que o Governo não tem investido. Tem sim, eu disse aqui, tem feito muitas coisas boas. Mas não estou aqui para ficar só elogiando, Deputado, tenho que dizer que a educação básica não pode abrir mão e vamos lutar, mesmo que o senhor fique bravo.

Outra coisa, nós não temos medo nenhum, já ameaçaram: “Professor, se o senhor falar, o Deputado Enio vem para cá e o senhor volta para a escola.” Volto para a escola com satisfação, porque a minha profissão não é ser político, sou professor há mais de 20 anos e não vim aqui para ouvir mentira e desaforo e nem fazer desaforo para ninguém, mas não aguento mais as mentiras, as provocações e o insulto do Deputado Romanelli, que aqui se mostra de forma muito deslegante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em Explicações Pessoais, com a palavra o Deputado Romanelli.

Quero solicitar aos Srs. Deputados, por gentileza, vamos agir com equilíbrio e bom senso, o que norteou sempre esta Casa. Entendemos perfeitamente as divergências entre os Srs. Parlamentares, o que é normal, mas não vamos sair da linha, porque eu não quero e nem pretendo tomar providências que eu não gostaria de tomar.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Todos me conhecem, venho de longe, defendendo sim, com muita intensidade, o que acredito. Todos sabemos o quanto pudemos fazer para que a Educação no Estado do Paraná pudesse ser reconhecida por todos, como a política pública. Tem muita coisa para ser feita ainda, mas que se fizermos um balanço do Governo Requião, Presidente Nelson Justus, tem duas áreas, aliás

é controversa essa discussão. A primeira é a área da Educação, do que aconteceu, das transformações que aconteceram. A segunda, é claro, é a área fiscal, que fez com que pudéssemos avançar muito.

Não tenho nada do ponto de vista pessoal e relação ao Deputado Lemos. Considero-o uma pessoa ingrata. Reafirmo, sim, fez um acordo comigo e com o Governo que para vir aqui ocupar a vaga do Secretário Enio, permitindo que o mesmo voltasse a ser Secretário do Planejamento, ele teria aqui uma relação de lealdade e respeito com o Governo. Todos sabemos que ele, durante quase todo esse período, manteve-se extremamente comportado, disciplinado a esse compromisso. Agora, já próximo da sua saída da Assembleia, com o retorno que deverá ocorrer até o final do ano, ou o mês que vem, do Secretário Enio Verri, que certamente passará a disputar, o Secretário Enio me disse que tão logo termine o processo eleitoral do PT e reconhecendo a responsabilidade, se for eleito pelo voto direto dos petistas Presidente do Partido no Estado, ele reassume o mandato na Assembleia Legislativa. Até porque tem uma tarefa grande entre as articulações que são necessárias.

Por que eu falo isso? Porque indiscutivelmente estamos tratando aqui da criação de um factóide. Eu dei os números hoje, esse documento a que me refiro no ensino médio no Paraná. Foi um documento elaborado pelos técnicos da Secretaria da Educação, pela chefe do Departamento de Educação Básica. Li o documento aqui e vou passar a íntegra do documento para todos, porque sabemos que conseguimos avançar muito.

Não é possível fazer como fez o Deputado. Quando digo que ele faz e fala meias verdades e meias mentiras, não estou sendo leviano. Ele considera idade escolar, censo escolar, jovens de 15 a 24 anos para fazer o ensino médio. Não é essa a idade, não é essa a faixa etária que estamos tratando. A faixa etária dos jovens fazerem o ensino médio é dos 15 aos 17 anos. É aqui no Paraná, em Santa Catarina, em qualquer Estado. Se ele estiver fora dessa idade, ele está fora da série. Dei os números, o documento é oficial.

Na questão da educação básica, olha aqui o que nós crescemos, investimos, chegando a 24,17 este ano de 2009. E claro, com a redução do imposto, porque temos uma perda para o FUNDEF de 168 milhões no ano que vem. Indiscutivelmente, do ponto de vista do crescimento, embora os valores nominais cresçam de 2 milhões 961 para 3 milhões 111, temos uma diferença de 1%, que vai depender do que vai ser empenhado no ano que vem.

O fato é que, infelizmente, a profunda deslealdade, o profundo descompromisso que tem com o Governo, fez com que ele pudesse ser Deputado aqui na Assembleia, do acordo que fez. E aqui ninguém faz acordo e vem aqui para vender a COPEL, vender o BANESTADO, ou privatizar as rodovias. Não foi para isso. Veio aqui para votar aquilo que acha que é correto, reivindicar o que é certo e, ao mesmo tempo, criticar o que deve ser criticado como faz qualquer Parlamentar aqui nesta Casa. Esse é o compromisso. Não há nenhum compromisso que não seja com a verdade, com as boas políticas públicas.

A minha indignação é vê-lo vir aqui na tribuna atacar o Governador, que deu um escorregão em relação àquela infeliz declaração. Veio aqui, fez um ataque, gritou quase que histericamente. Estão aí as notas taquigráficas e a TV para ver o que ele fez aqui hoje. É todo dia criando um factóide, que nem os Deputados que são de Oposição firme fazem, porque são experientes, têm postura e têm lealdade, inclusive ao seu mandato e aos seus eleitores.

Não estou aqui para ditar norma de comportamento para ninguém, mas não posso, como Líder do Governo, independente da minha relação pessoal com ele ou com qualquer outro Parlamentar, vir aqui na tribuna desfilar em meias verdades e meias mentiras em um tema tão sério, tão importante que é a área da Educação.

Esses anos todos, antes de ele assumir o mandato aqui na Assembleia, ia ao meu gabinete: “Deputado Romanelli, o senhor tem que nos ajudar, nós temos que...” Olha cá entre nós como ele de fato ia ao meu gabinete me pedir.

Graças a Deus, como fiz com o SindSaúde hoje, como tenho feito com todos os servidores públicos, tenho feito os encaminhamentos. Quem foi Líder do Governo aqui sabe que é obrigação nossa fazer os encaminhamentos, os processos de negociação. Agora, a deslealdade, a falta de compromisso com a sociedade, a insistência em se criar um factóide sobre um tema que é absolutamente importante, porque sabemos, Presidente Nelson Justus, precisamos de R\$ 2 bilhões pelo menos, para poder resolver completamente o problema das condições físicas das escolas públicas do Estado do Paraná. Falta muito ainda para que possamos ficar no modelo ideal, do ponto de vista daquilo que é fundamental. Tanto que o Governo agora, todos sabem, tivemos que pegar dinheiro do recurso da educação básica para poder fazer investimentos, para poder acabar com as dualidades dos Municípios, problemas gravíssimos, dos Municípios que não têm escolas municipais. Elencamos pelo menos 100 Municípios com piores situações. São escolas prioritárias para superar essa profunda desigualdade social e com isso conseguir avançar ainda mais numa questão que é tão complexa como é a Educação, reconhecendo a profunda desigualdade social que temos em nosso Estado.

Sabemos que na Educação tem muito que ser feito ainda, muito. Como hoje, todos os pagamentos que vão ser feitos. Ora, ele veio aqui criticar. Está atrasado, sim.

Ora, Deputado Lemos, não quero criticar o Governo anterior, mas que conquista tiveram os professores do Governo anterior? Falar com um Governo democrático que respeita os professores, representados pela APP-Sindicato é fácil. Falar com um Governo que recebe, que discute, que planeja, que concede, que cria as condições de melhorar a Educação é fácil. Queria ver como era o comportamento dele no Governo anterior.

Nos orgulhamos do que fizemos até agora. Quando digo nós, incluo inclusive a Oposição, porque aqui todos trabalharam e lutam para melhorar as políticas públicas. Primeiro, o Secretário Maurício Requião fez um belíssimo trabalho, hoje a Secretária Yvelise, toda a equipe, são pessoas engajadas, são 100 mil pessoas hoje, entre professores e funcionários.

Acabamos com a precarização descontada através do Paranaeducação. Fizemos concursos públicos importantíssimos. Fizemos testes seletivos. Sempre tenho dito, às vezes falta policial num Município ou outro, professor não falta, e se faltar é única e exclusivamente porque alguém não teve a competência de dar os encaminhamentos que são regulares. Porque o Governo contrata todos que são necessários, não fica ninguém sem ter professor em sala de aula aqui, seja concursado ou teste seletivo através do PSS.

Não quero ficar aqui alimentando grandes divergências. A vida é muito curta para perder tempo com isso. Não é nem o meu estilo. Mas fico indignado, não é possível esse tipo de comportamento e de conduta. A crítica leal ouço e respondo, muitas vezes até admito. Aqui não cabe essa crítica, na verdade é criar um factóide, única e exclusivamente para poder tentar surfar numa área que sabemos que foi uns dos grandes avanços que tivemos neste Governo.

O próximo Governador, seja o Orlando Pessuti, o Osmar Dias, o Beto Richa, O Álvaro Dias, quem for, terá que continuar esse caminho próspero da Educação.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 29 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado do Deputado Reni Pereira, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 500, 519 e 520/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 361, 382 e 419/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 018 e 477/09.

Levanta-se a Sessão.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 131

124ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	56
Presenças	56
Abertura da Sessão	56
Expediente:	
Requerimentos	56
Ordem do Dia:	

Discussão/Votação

Redação Final	57
3ª Discussão	58
2ª Discussão	58
1ª Discussão	58
Encerramento da Sessão	61
Publicações:	
Comissão de Constituição e Justiça	
Extrato	61

DIÁRIO Nº 131

124ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezoito horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mario Roque, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Osmar Bertoldi, Pércles de Mello, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Elton Welter, Ademir Bier, Jonas Guimarães, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Plauto Miró e Stephanes Júnior (09).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Luiz Nishimori, Nereu Moura e Teruo Kato (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 29 de outubro (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5284

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, REQUER, a reserva de espaço do Plenário no dia 10/11/09, às 10h,

bem como solicitar os préstimos da equipe da taquigrafia e cerimonial na mesma data e horário para auxiliar na Audiência Pública que será realizada acerca do Projeto de Lei nº 390/09 que dispõe sobre o serviço de transporte de cadáveres mediante solicitação do Sr. Deputado Jocelito Canto.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 5285

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do plenário, desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 09 de novembro do corrente ano, no período das 8h30 às 12h, sob o tema Plano de Carreira e Condições de Trabalho dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Os servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, carecem de um Plano de Carreira, Cargos e Salários que garantam a efetiva valorização da carreira, bem como a discussão de inúmeros assuntos referentes às condições de trabalho dessa categoria. A realização de audiência pública sobre esta temática é de grande relevância para que o legislativo estadual possa contribuir na discussão da mesma, bem como obter subsídios para a futura aprovação de um plano de carreira da categoria.

Sala das Sessões, em 28/10/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Pela Ordem)

Como no pronunciamento do Professor Lemos, nosso Deputado, foram citadas as escolas do Município de Araucária, e me sinto na obrigação de fazer algumas colocações rapidamente.

No dia 26 de março de 2007, aprovei nesta Casa - em 26 de março eu tinha um mês de Assembleia Legislativa, lembrando sempre que é o meu primeiro cargo eletivo - protocolei indicação legislativa solicitando providências em relação à situação precária das escolas estaduais do Município de Araucária.

Entre as escolas citadas, aqui hoje citou o Professor Lemos a Escola Júlio Schimanski, Escola Fazenda Velha, a Escola Limpo Coimbra, Escola Agalvira.

No dia 30 de outubro, sete meses depois, eu protocolei, fiz e aprovamos uma outra indicação legislativa solicitando providências do Governo do Paraná com relação à situação precária que se encontravam as mesmas escolas.

No dia 21 de maio de 2008 nós pedimos reparos na Escola Fazenda Velha, no dia 10 de junho de 2008, pedíamos reparos na Escola Fazenda Velha; no dia 10 de junho, pedíamos outros reparos na Escola Fazenda Velha; separamos porque achamos que tramitaria melhor se pudéssemos fragmentar as solicitações.

Quero restabelecer a verdade: este ano tivemos um investimento na Escola Limpo Coimbra, cerca de 85 mil para reparos; tivemos investimentos na Escola Agalvira, cerca de R\$ 98 mil para reparos. E esta Escola Fazenda Velha, que o Professor Lemos também se referiu, temos uma licitação já aprovada, com as obras para começarem, no valor de R\$ 276 mil de reparos.

Com relação à Escola Julio Schimanski, a situação dela é tão ruim que há um estudo e uma opção para construir um novo colégio para aquele Município. Então, temos um caminho do meio aqui: a verdade, parcialmente, com o Professor Lemos, com relação à situação de algumas escolas do Município que eu represento; e a verdade, parcialmente, com o Deputado Luiz Claudio Romanelli, dizendo que as respostas estão sendo dadas.

Na verdade, demoramos muito e esperamos muito tempo. E realmente a situação das escolas se precarizaram muito. Mas, temos esta resposta. E eu não poderia deixar de usar da palavra, porque fui citada e os moradores de Araucária, os alunos, o corpo discente e docente das escolas esperam de mim este pronunciamento.

Estamos ainda batalhando muito para aumentar, sim, as vagas do ensino médio diurno, porque hoje há um clamor da sociedade querendo, até pelas questões de segurança, matricular os jovens no ensino médio diurno, que era diferente há alguns anos atrás, mas que hoje se busca este ensino diurno, até para assegurar, como eu disse, a vida e a segurança de ir e vir aos colégios.

Era isto o que eu tinha para relatar e muito obrigada pela oportunidade.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 500/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, que institui o Dia do Auditor Fiscal da Receita Estadual do Paraná. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 109/09, de 21/09/09, em Projetos de Lei).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 519/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a UNARBAN - União das Associações de Moradores e Clube de Mães da Regional Bairro Novo, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 519/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a UNARBAN - União das Associações de Moradores e Clube de Mães da Regional Bairro Novo, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/10/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 520/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Melhor Idade do Bairro Novo e Sítio Cercado, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 520/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Melhor Idade do Bairro Novo e Sítio Cercado, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/10/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Recicladores de Lixo Eletroeletrônico, com sede e foro no Município e Comarca de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que insere, no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa da Tainha e a Festa do Pescador. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao PROVOPAR, no Município de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Santo Antonio do Paraíso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 8

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a reciclagem de lixo recolhido nas redes de pesca no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. **Aprovada. (Publ. no DA nº 004/09, de 09/02/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 018/08

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 018/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por escopo dispor sobre a reciclagem de lixo recolhido nas redes de pescas do Estado do Paraná.

Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional e legal.

Observamos na Constituição Estadual em seu artigo 53, inciso X da Constituição do Estado do Paraná, assevera que:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado.

Portanto compete a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, dispor sobre as atribuições da Secretaria Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná.

A Constituição Federal no artigo 225, *caput* e artigo 207, *caput* da Constituição do Estado do Paraná asseveram:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Assim, cabe a Secretaria de Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná, realizar análise jurídica e prestar informações técnicas sobre o referido projeto de lei, bem como, se ocorrerá impacto financeiro para implantação do presente projeto e impacto ambiental.

Conclusão

Diante do exposto, baixa em diligência à Secretaria de Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná.

Sala das Comissões, em 03/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI Nº 018/09

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria da nobre Deputada Cida Borghetti tem por objetivo dispor sobre a reciclagem de lixo recolhido nas redes de pesca no Estado do Paraná.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de lei para análise nesta Comissão.

É de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez que se refere à defesa das águas paranaenses quanto aos resíduos plásticos lançados no mar.

Dessa forma, por ter por objetivo a redução dos detritos lançados em rios e mar, responsáveis pela morte de um milhão de aves marinha todos os anos, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; a presente matéria ora em análise é de extrema importância para o cidadão paranaense, bem como para o meio ambiente em geral.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21/10/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a remessa de telegramas com entrega em mãos e mensagens de correio eletrônicas aos candidatos aprovados em concurso público estadual. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 105/09, em 14/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 477/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

Visando conferir maior publicidade aos aprovados em concurso público, a presente proposta legislativa dispõe sobre o envio de telegramas e mensagens eletrônicas aos candidatos, sem prejuízo da publicação em Diário Oficial, para fins de cientificá-los acerca de sua aprovação. Ademais, serão informados acerca do prazo, local e horário para entrega e encaminhamento de suas documentações aos exames admissionais, bem como para assunção do respectivo cargo.

Fundamentação

Primeiramente, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em conformidade ao disposto pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná¹, a análise acerca da constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, legitimidade do proponente, e por fim, a técnica legislativa ora utilizada.

Destaque-se que a Constituição da República Federativa do Brasil assegura aos Estados a competência legislativa residual, de modo que o ente estatal, no presente caso, é autorizado a legislar sobre a matéria em debate, uma vez que não há vedação constitucional². Ademais, dispõe a Constituição Estadual que a iniciativa de leis ordinárias cabe a qualquer membro da Assembleia Legislativa³.

Ainda, na intenção de conferir maior publicidade ao resultado dos certames públicos, o órgão legiferante não invade o rol, de iniciativa privativa, atribuído ao Governador do Estado. Esclareça-se que a Constituição Estadual somente concede a iniciativa legislativa privativa, ao Chefe do Poder Executivo Estadual, quando o conteúdo normativo versar sobre o provimento de cargos públicos⁴.

1. Art. 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quando ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

2. Art. 25. parágrafo 1º, da Constituição Federal. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

3. Art. 65. da Constituição Estadual. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

4. Art. 66. da Constituição Estadual. Ressalvando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos (...).

Desta feita, considerando-se que a proposta de lei não versa diretamente sobre o provimento, mas tão-somente, à forma pela qual serão cientificados aos aprovados, inexistente vício de origem que resulte na inconstitucionalidade foral da proposta legislativa. Portanto, evidencia-se que o nobre proponente é autorizado a legislar sobre a matéria, eis que tal prerrogativa lhe foi constitucionalmente assegurada.

Impende salientar que a Administração Pública, seja direta ou indireta, segue pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência¹; e, tendo em vista o conteúdo, ora mencionado, faz-se necessário frisar quanto ao princípio da publicidade. Nesta seara, destaca-se sustentado pelo jurista Marçal Justen Filho, em sua obra Curso de Direito Administrativo, senão vejamos:

*Um dos efeitos mais relevantes da procedimentalização se relaciona com a publicidade das decisões administrativas. A necessidade de observar o procedimento inviabiliza o sigilo das escolhas administrativas. A possibilidade de conhecimento público sobre as escolhas desincentiva a prática de irregularidades, especialmente em vista da ampliação da possibilidade de repressão a ilícitos e a desvios.*²

A Lei Federal nº 8112/90, que regulamenta o regime jurídico dos servidores públicos, dispõe que os concursos públicos terão validade de até 2 (dois) anos - prorrogáveis por igual período - sendo sua validade e as condições de sua realização fixadas em edital, o qual será publicada em Diário Oficial e em jornal de grande circulação³.

Assim sendo, verifica-se o projeto de lei, ora em análise, pretende ampliar a exigência legalmente disposta, aumentando, pois, os meios de comunicação aos aprovados, e por conseguinte, implicando maior efetividade ao princípio da publicidade.

Inclusive, a jurisprudência já se manifestou em diversas situações, sustentando que a Administração Pública não pode exigir que o candidato acompanhe rotineiramente o conteúdo publicado em Diário Oficiais, ainda mais quando a convocação se der em período muito superior à realização das provas, sendo necessário que a comunicação se dê por outros meios. Neste íterim, destaque-se:

1. Art. 37. *caput*, Constituição Federal. A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2. Justen Filho, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 2ª ed. Saraiva: São Paulo, 2006. p. 66.

3. Art. 12. da Lei Federal nº 8112/90. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

Mandado de Segurança - Administrativo - Concurso Público - Demora da nomeação e convocação para a posse - convocação por meio de imprensa oficial do Estado - insuficiência - violação de dispositivo constitucional e de lei complementar estadual - ordem concedida. A Administração Pública é regida, entre outros, pelo princípio da publicidade de seus atos como determina o artigo 37 da CF/88. A Lei Complementar Estadual nº 004/90 que rege o estatuto dos servidores públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, prevê no artigo 15, parágrafo 1º a necessidade de que todo e qualquer ato referente ao concurso público deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação. Não pode a Administração Pública exigir que o candidato aprovado em concurso público proceda à leitura sistemática de Diários, por prazo indeterminado, para verificar se foi nomeado, mormente porque, a realidade jurídica mostra que a população não tem o hábito de ler o Diário Oficial, daí a razão de a lei citada estender a forma de divulgação aos jornais de grande circulação. (MSI nº 23412/2005, Primeira Câmara Cíveis Reunidas, Tribunal de Justiça do Mato Grosso, julgado em 09/09/05, Relator Dr. Cleber da Silva Pereira). Concurso Público - candidato aprovado - inexistência de comunicação - convocação por edital - exclusão - ilegalidade. A convocação de candidato aprovado em concurso público deve ser feita pessoalmente ou de forma que aquele tome ciência daquela chamada para assumir o respectivo cargo. (Apelação Cível nº 1.0024.07.564086-2/2001, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, julgado em 29/04/08, Relator Des. Belizário de Lacerda).

Por fim, quanto à técnica legislativa, verifica-se uma congruência ao disposto pela Lei Complementar nº 095/98, em razão de que a expressão revogadas as disposições em contrário, constante no artigo 4º, é vedada, pois quando existente cláusula de revogação, esta deverá fazer remissão expressa. Destarte, a fim de sanar a ilegalidade, ora apresentada, sugerimos a emenda supressiva, a seguir em anexo.

Conclusão

Assim, deflagrada a constitucionalidade deste projeto de lei, opinamos por sua aprovação, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 13/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 477/09

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa de Leis, retificamos o Projeto de Lei nº 477/09 para alterar de seu artigo 4º, *caput*, a expressão revogadas as disposições em contrário. Desta forma, a redação do artigo possa a ser a seguinte:

“Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 28/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 5284, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. À **Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5285, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. À **Comissão Executiva**.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03 de novembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 521, 525,
537 e 538/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 018 e 477/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 456, 492 e 553/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

OFÍCIO N° 068/09

Curitiba, em 27/10/09

Senhor Presidente:

Considerando o quanto o disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princí-

prios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o Extrato contendo em suma o resultado da Reunião realizada em 27/10/09, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de Recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- * Projeto de Lei nº 282/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 413/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 441/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 444/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 447/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 456/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 462/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 463/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 464/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 469/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 470/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 473/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 478/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 479/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 485/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 492/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 497/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 504/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 553/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 562/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 571/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 576/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 585/09 - Parecer Favorável.
- * Projeto de Lei nº 294/07 - Parecer Contrário.
- * Projeto de Lei nº 403/07 - Parecer Contrário.
- * Projeto de Lei nº 578/07 - Parecer Contrário.
- * Projeto de Lei nº 734/07 - Parecer Contrário.
- * Projeto de Lei nº 747/07 - Parecer Contrário.
- * Projeto de Lei nº 410/08 - Parecer Contrário.
- * Projeto de Lei nº 352/09 - Parecer Contrário.
- * Projeto de Lei nº 407/09 - Parecer Contrário.
- * Projeto de Lei nº 433/09 - Parecer Contrário.

(a) DURVAL AMARAL
Presidente